



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

164ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 18 e 19 de fevereiro de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

164ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 18 e 19 de fevereiro de 2009

1 Aos dezoito e dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e nove teve início a Centésima
2 Sexagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a
3 Presidência da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante
4 Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Valdete de
5 Barros Martins. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade:
6 Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Valdete Barros Martins, Ministério do
7 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Renato Francisco dos Santos
8 Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo
9 França Diniz - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Conselheiro Daniel
10 Pitangueira Avelino - Ministério da Educação; Conselheira Edna Aparecida Alegro - MTE e MF;
11 Conselheira Tânia Mara Garib, Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social –
12 FONSEAS; Vice-Presidente e Conselheiro Pe. Nivaldo Luiz Pessinati - Confederação Nacional de
13 Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro Antônio Celso Pasquini - União Social Camiliana;
14 Conselheira Irmã Rosa Maria Ruthes - Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo;
15 Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de
16 Lima Leite - Federação Espírita Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari - Associação para
17 Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE; Conselheira Marisa Fúria Silva - Associação
18 Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheiro Mizael Conrado de Oliveira, União Brasileira dos
19 Cegos – UBC; Conselheiro João Carlos Carreira Alves, Federação Nacional de Educação e
20 Integração dos surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto – Federação Nacional das
21 APAES – FENAPAE; Conselheiro Samuel Rodrigues - Movimento Nacional de População de Rua;
22 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera - Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS;
23 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos - Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais
24 – ABEDV; Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Federação Nacional dos
25 Trabalhadores das Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF;
26 Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite - Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; e,
27 Conselheiro Josenir Teixeira - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. **ABERTURA.** A senhora
28 Presidente, Conselheira Valdete de Barros Martins, cumprimentando a todos, deu início à Reunião,
29 solicitando que a Secretária Executiva, Sra. Cláudia Sabóia, procedesse à conferência do quorum:
30 Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari,
31 Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Margareth Alves, Conselheiro Geraldo, Conselheira
32 Valdete, Conselheiro Mizael, Conselheiro Frederico, Conselheira Tânia Garib, Conselheira Dolores,
33 Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Rosa, Conselheiro Pessinati e Conselheiro José Geraldo.
34 Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro João Carlos, Conselheiro
35 Josenir, Conselheiro Samuel, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Edivaldo.
36 Concluindo, registrou a presença do Dr. Douglas, representando a Procuradoria Jurídica do MDS.
37 Na sequência, a senhora Presidente informou ser essa a primeira reunião oficial do Conselho nesse
38 ano, desejando sucesso a todos e que a realização da Conferência, com o tema “Participação e o
39 Controle Social no SUAS”, fosse coroada de êxito. A senhora Presidente indagou se havia algum
40 questionamento sobre a Ata da Reunião da 163ª RO CNAS. Em não havendo, a Ata da Centésima
41 Sexagésima Terceira Reunião Ordinária foi aprovada pelos Conselheiros presentes. Prosseguindo,
42 passou à leitura da Pauta: **Dia 18.02.2009 - Manhã: 09:00 às 10:00h:** Aprovação da Ata e da

43 Pauta, Informes da Presidência, Secretaria Executiva, Conselheiros, MDS e CIT; **10:00 às**
44 **10h30min:** Relato da Presidência Ampliada; **10:30 às 11h30min:** Relato do GT Transição
45 Gerencial sobre o procedimento adotado relativo à Medida Provisória 446, de 2008; **11:30 às**
46 **12h30min:** Relato da Comissão de Conselhos, Encaminhamentos e Informes sobre a Reunião
47 Ampliada do CNAS a realizar-se em abril. **Tarde – 14:00 às 15h30min:** Relato da Comissão
48 Organizadora da VII Conferência Nacional, com os objetivos da Conferência Nacional; **15:30 às**
49 **16h30min:** Relato da Comissão de Financiamento, Relatório Final da Execução Orçamentária e
50 Financeira do Fundo Nacional, do exercício 2008; e, outros; **16:30 às 17h30min:** Relato da
51 Comissão de Política, Informes e Encaminhamentos do GT CONANDA-CNAS, relativos ao
52 documento “Orientações Técnicas e Serviços de Recolhimento de Crianças e Adolescentes e
53 Acompanhamento do PL-SUAS”; **17:30 às 18h30min:** Câmara de Julgamento de Processos sobre
54 Importações. **Dia 19.02.2009 – Manhã: 09:00 às 10h30min:** Relato da Comissão de Normas,
55 Procedimentos Internos e outros; **10:30 às 11h30min:** Relato Conjunto das Comissões de Política e
56 Conselhos, do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados; **11:30 às 12h30min:** Relato
57 Conjunto das Comissões de Normas e de Conselhos, Regulação sobre procedimentos de
58 processamento de denúncias recebidas no CNAS; **14:00 às 13:00h:** Implementação das ações de
59 vigilância social, levantamento nacional de abrigos de crianças e adolescentes abrigados; **15:00 às**
60 **16h30min:** MP 446 de 2008, dos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e
61 Combate à Fome; **16:00 às 18:00h:** Julgamento dos Processos de Reconsideração e Manifestação
62 de Importação. **INVERSÃO DE PAUTA.** A senhora Presidente propôs as seguintes alterações na
63 Pauta: transferência do Relato da Presidência Ampliada para o dia seguinte, como primeiro ponto
64 da Pauta, das 9:00 às 10h30min, em substituição à Comissão de Normas, que viria para o início da
65 tarde desse dia, 18 de fevereiro; que o item Julgamento de Processos de Reconsideração e
66 Manifestação de Importação, último ponto de Pauta do dia 19 de fevereiro, viesse para o final da
67 tarde desse dia, 18 de fevereiro, antes das Câmaras de Julgamento. Justificou as alterações
68 propostas, havendo consenso por parte dos Membros presentes. Prosseguindo, registrou a presença
69 do novo Conselheiro Renato Saidel Coelho, em substituição à Conselheira Neuza, dando-lhe as
70 boas vindas e entregando-lhe o Certificado. Cumprimentou, também, o Conselheiro Pessinatti, que
71 estava de aniversário no dia anterior. A Presidente, dando seqüência à Pauta, passou para os
72 Informes da Presidência e da Secretaria Executiva, que passou a relatar: **Ausências justificadas:**
73 Conselheiro Frederico, dia 26; Conselheiro José Geraldo Diniz, dia 26, por motivo de férias;
74 Conselheira Patrícia, dia 2 de fevereiro, por motivo de férias; Conselheira Patrícia, nos dias 3 e 4,
75 por motivo de férias; Conselheiro Edval, nos dias 3 e 4, em razão de compromissos acadêmicos;
76 Conselheira Patrícia, no dia 5, em razão de férias; Conselheira Tânia Garib, do dia 27 de janeiro a 1º
77 de fevereiro, por estar participando do Fórum Social, dia 4 de fevereiro, ausente tanto do Fórum
78 como da Reunião do Planejamento Estratégico por motivo de agenda profissional com o
79 Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselheira Margareth Alves, nos dias 3 e 4 na
80 Reunião do Planejamento Estratégico, e, no dia 2 de fevereiro na Reunião da Comissão de
81 Conselhos, por problemas pessoais; Conselheiro Geraldo, no dia 13 de fevereiro, em razão de
82 compromissos previamente agendados; Conselheiro Waldir, na Reunião Extraordinária do CNAS,
83 por motivo de saúde; Conselheira Tânia Garib, no dia 17 de fevereiro, por motivo de agenda no
84 estado; Conselheiro Charles Pranke, CONGEMAS, nas Reunião dos dias 17, 18 e 19 de fevereiro
85 em curso, por motivo de saúde; Conselheira Valdete, no dia 17 de fevereiro, em razão de tratamento
86 médico; Conselheiro Samuel, no dia 17 de fevereiro, em razão de compromisso anteriormente
87 assumido; Conselheiro Josenir, dia 17 de fevereiro, por motivo de compromissos profissionais em
88 Curitiba; Conselheiro Daniel, no dia 17 de fevereiro, em virtude de outra reunião no Ministério da
89 Educação; Conselheira Carla, na Reunião Plenária em razão de compromissos profissionais fora de

90 Brasília; Conselheiro José Geraldo no dia 19 de fevereiro, em razão de compromissos institucionais.
91 **E-mails enviados:** Versão preliminar da Política Nacional para a Inclusão Social da População em
92 Situação de Rua; dia 16 de dezembro, com informação sobre a Consulta Pública; Ata da 163ª RO;
93 versão com a Consulta Pública do Documento “*Serviços de Acolhimento para Crianças e*
94 *Adolescentes*” aos Conselheiros, para contribuições; dia 23 de janeiro, “*Informação sobre*
95 *procedimentos adotados pelo CNAS em relação à Medida Provisória*”; apresentações em Power
96 Point utilizadas em eventos em 2008, encaminhadas pela Conselheira Edna, como contribuição para
97 os Conselheiros. Participação do CNAS nos seguintes eventos: “*Capacitação para Conselheiros de*
98 *Assistência Social, e Reestruturação da Secretaria Executiva do Conselho de Tocantins*”,
99 representando o CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, e a Sra. Liliane, Assistente da
100 Secretaria Executiva. Informou que a Convenção Batista Brasileira enviou convite solicitando a
101 presença de Representantes do Conselho Nacional para o 6º Encontro de Ação Social, tema: “*O*
102 *Conselho Nacional e Novas Diretrizes*”, realizado no dia 15 de janeiro, com a participação da
103 Conselheira Edna Allegro; Fórum Social Mundial, Belém, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro:
104 Conselheiros Carlos Ferrari, Edval Bernardino Campos, Edivaldo Ramos, Frederico, Samuel, e a
105 Presidente Valdete; os Conselheiros Carlos Ferrari e Edval, participaram da mesa “*Diálogo sobre o*
106 *Controle Social*”, a Presidente Valdete e o Conselheiro Frederico participaram do painel “*O*
107 *Controle Social no SUAS*”, e o Conselheiro Frederico foi palestrante na Oficina “*O Papel dos*
108 *Psicólogos nas Políticas Públicas, Relações e Condições de Trabalho*”. Informou que já estava
109 disponível no *site*, com todas as perguntas e respostas que foram trabalhadas pelo GT com relação à
110 Medida Provisória, Publicações feitas, e a Nota em comemoração aos 15 anos da LOAS.
111 Audiências realizadas e alguns comunicados, com destaques. Encaminhamento aos Conselhos de
112 Assistência Social, no dia 22 de dezembro de 2008, de um e-mail com a versão preliminar da
113 Política Nacional para Inclusão da População de Rua, informando, ainda, sobre a Consulta Pública e
114 os endereços para envio das contribuições. Encaminhamento aos Conselheiros Nacionais, de
115 documento contendo as informações gerais para a coleta de dados dos Conselhos junto ao CNAS,
116 para atualização do cadastro dos Conselhos; Calendário das Conferências, conforme aprovado pelos
117 Conselheiros. A Secretária Executiva comunicou que a Receita Federal publicou no Diário Oficial
118 de 11 de fevereiro, uma solução de consulta número 51, que acreditava ser o resultado de uma
119 consulta feita fazia alguns dias, logo após a extinção da CPMF. Observou que, como as Entidades
120 sempre pediam e continuavam pedindo certidões para fins bancários, essa resposta publicada no
121 Diário Oficial vinha atender a esse questionamento. O Conselheiro Antônio Celso comunicou haver
122 justificado sua ausência no dia anterior, o que ficou registrado. O Conselheiro Edivaldo da Silva
123 Ramos solicitou correção da Memória, por não haver sido mencionada sua participação no evento
124 no estado de Tocantins, junto ao Conselheiro Eduardo Ferrari e a Assistente Técnica Liliane, e no
125 Fórum Mundial, constando assim, o registro de sua observação. A Conselheira Dolores procedeu à
126 leitura de um texto com os cumprimentos da APAE ao Conselho. O Conselheiro Josenir, fazendo
127 um comentário sobre o e-mail da Conselheira Edna, ressaltou que, ao contrário do que havia sido
128 colocado pela Conselheira, não estava definida a posição sobre a questão da Lei Ordinária e Lei
129 Complementar como ato constitutivo da legislação Federal, ficando registrada sua observação.
130 Após esses registros, a senhora Presidente passou para os **Informes do MDS**, com o Conselheiro
131 Renato relatando: primeiro, no início de 2009 o MDS estava dando continuidade ao processo de
132 capacitação iniciado em 2008, dentro da proposta de fazer capacitações gerais para todo o sistema e
133 capacitações específicas de programas pontuais. Que já havia sido iniciado o segundo ciclo de
134 capacitações nos estados e municípios para a implementação do BPC na Escola e que em março
135 seria dado início às capacitações do ProJovem Adolescente, informando o cronograma das datas de
136 capacitações do BPC em um quadro e do ProJovem em outro, destacando a preocupação de colocar

137 as datas das Reuniões Ampliadas que os Conselhos Estaduais estavam organizando, para
138 acompanhamento nos respectivos estados; e, segundo: informou que os novos gestores, tanto
139 Prefeitos quanto Secretários de Assistência já poderiam fazer a troca de senha, com seu aplicativo
140 no *site* do MDS, processo associado ao Plano de Ação de 2009, que seria feito a partir do dia 2 de
141 março. Informou já estar agendada uma teleconferência nesse mesmo dia 2 de março para tratar não
142 só do Plano de Ação, mas dos outros aplicativos do SUASweb, no Banco do Brasil, e mais duas
143 teleconferências, também no Banco do Brasil, nos dias 20 de março e 20 de abril, para tratar dos
144 procedimentos junto aos gestores, explando sobre o que seria veiculado e como era esse recurso e a
145 participação do MDS nesse programa, com a possibilidade de pautar os assuntos de interesse
146 público, participação que seria divulgada previamente. Informou, também, que o Boletim
147 Eletrônico que estava sendo construído, denominado Informa SUAS, deveria ficar pronto até o dia
148 19, com a primeira edição trazendo informação sobre o Plano de Ação, preenchimento e Informe
149 aos Conselhos, para acompanhamento. A senhora Presidente destacou a necessidade de distribuição
150 das revistas dos CRAS e CREAS, lançadas pelo Ministério, ao que o Conselheiro Renato informou
151 já haver sido distribuída a revista do CRAS, faltando apenas a do CREAS, que existia no *site*, em
152 formato eletrônico. A Conselheira Margareth manifestou sua preocupação com relação à
153 informação do Conselheiro Josenir sobre o material repassado, fazendo um encaminhamento para
154 que o Conselheiro e a Conselheira Edna pudessem passar ao Pleno para que houvesse tranquilidade
155 quanto ao uso do material. O Dr. Douglas solicitou que esse material lhe fosse enviado, para análise
156 e manifestação sobre o assunto na próxima Reunião. A senhora Presidente destacou que esse
157 material não deveria ser utilizado por enquanto, observando que a solicitação era que os
158 Conselheiros que representassem o Conselho em qualquer evento enviassem o material utilizado
159 para que se tornasse de uso e conhecimento unificado pelos Conselheiros. **Encaminhamento:** A
160 senhora Presidente solicitou que o Conselheiro Josenir e a Conselheira Edna trabalhassem juntos no
161 material em tela e também a solicitação do Dr. Douglas para que ele pudesse analisar e se
162 manifestar a respeito desse item. Na sequência, a Conselheira Tânia informou que no dia 16, foi
163 realizada uma teleconferência sobre o Programa Bolsa Família e o recadastramento das famílias
164 que, de acordo à Portaria de 2008, que estabelecia incentivo de gestão, deveria ser feito a cada dois
165 anos, a ser reprisada pela Rede de Notícias do Brasil, RNBr, no próximo dia 24, sábado, às 14
166 horas. **Encaminhamento:** A senhora Presidente ressaltou que era assunto de interesse para o
167 Conselho conhecer o cadastro do Programas Bolsa Família e como era desenvolvido, deixando o
168 registro para ser pautado em outra oportunidade. Prosseguindo com os Informes, o Conselheiro
169 Mizael relatou que no dia 14, ocorreu o pleito eleitoral para os cargos da Diretoria Executiva do
170 Comitê Paraolímpico Brasileiro, da qual fazia parte como Vice-Presidente de Finanças, colocando
171 esse Comitê à disposição do Conselho, de seus Membros e das organizações que representavam,
172 para que pudessem contribuir para a consolidação do esporte paraolímpico no Brasil. O Conselheiro
173 Samuel agradeceu a contribuição que os Conselhos e estados trouxeram para a Política Nacional da
174 População em Situação de Rua, que ficou por 30 dias em Consulta Pública, justificando sua
175 ausência no dia anterior nas Comissões. Informou que o GTI que coordenava a Política Nacional da
176 População em Situação de Rua não estava mais sob a responsabilidade do MDS, e sim da
177 Presidência da República, e que nos dias 9 e 10 estaria na última reunião do GTI e provavelmente
178 marcando a data do Seminário onde seria validada essa Política por Decreto do Presidente da
179 República. Agradeceu as contribuições recebidas, relatando que uma das mudanças propostas era
180 que essa Política passasse a ser denominada “*Política Nacional da População em Situação de Rua*”.
181 Solicitou o registro de correção da nomenclatura da Reunião do dia anterior, que era Reunião
182 Ordinária das Comissões, e não Reunião Extraordinária das Comissões, como estava indicado. A
183 senhora Presidente, na sequência, solicitou que fosse distribuído o material sobre a Comissão

184 Organizadora da VII Conferência Nacional, passando a palavra para a Secretária Executiva para
185 registro da presença dos convidados: Sra. Maria Joaquina, Presidente do Conselho Estadual de
186 Goiás; Sra. Annemarie, do Conselho Estadual de São Paulo, da Secretaria Executiva; Segundo
187 Secretário Aparecida de Fátima, do Conselho Estadual de São Paulo; Sra. Lúcia Maria Bludeni, da
188 OAB/SP, da presidência da Comissão do Terceiro Setor e Conselheira do CONANDA; Sra. Patrícia
189 Dário do IPEA; Sra. Fernanda Campana, da AVAPE; Sra. Renata Rodrigues, da ACM Brasília; Sra.
190 Rosilene Magalhães, do gabinete do Senador Flávio Arns; Sra. Maria Rosa, do Fórum Nacional de
191 Assistência Social; e, Sra. Francimar, interprete de Libras. A Presidente solicitou ao Conselheiro
192 Pessinatti para proceder ao Relato da Comissão Organizadora: “ *Memória de Reunião da Comissão*
193 *Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Local: CNAS. Data: 05/02/2009.*
194 *Conselheiros Presentes: Carlos Eduardo Ferrari; Clodoaldo de Lima Leite; Edivaldo da Silva*
195 *Ramos; Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti; Renato Francisco dos Santos Paula; Valdete de Barros*
196 *Martins — Coordenadora. Ausências Justificadas: Patrícia Souza de Marco; Tânia Mara Garib;*
197 *leda Maria de Castro Nobre. Convidados: Beatriz Paiva; Márcia Maria Biondi Pinheiro; Raquel*
198 *Raichelis. Apoio: Cláudia Sabóia; Daniela Munguba; Liliane Neves; Maria Auxiliadora Pereira;*
199 *Soraya Castro.1 — Caderno de Textos. Os textos I e II estão prontos e encontram-se na SAGI/MDS*
200 *para revisão. Os textos III e IV ficarão prontos no dia 6 de fevereiro para encaminhamento à SACI*
201 *para revisão e posterior diagramação e impressão do caderno de textos. Os textos desse caderno*
202 *são os seguintes: Texto 1 - Participação e Controle Social no SUAS: O que temos e o que*
203 *queremos. Autora: Presidente do CNAS Valdete de Barros Martins. Texto II - O protagonismo do*
204 *usuário da Assistência Social na implementação e controle social do SUAS. Autor: Professor Dr.*
205 *Edval Bernardino Campos. Texto III — Representação e representatividade: dilemas para os*
206 *Conselhos de Assistência Social. Autor: Professora Dra. Rosângela Paz. Texto IV - Formatos e*
207 *processos de escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social.*
208 *Autores: José Antônio Mororti e Márcia Maria Biondi Pinheiro. 2 — Objetivos específicos,*
209 *subtemas e metodologia da VII Conferência Nacional de Assistência Social: A Comissão*
210 *Organizadora da VII Conferência, a partir das contribuições da Plenária de dezembro, realizou um*
211 *debate sobre o processo das conferências anteriores, que definiram diretrizes para a criação do*
212 *SUAS (2003) e a aprovação e avaliação do Plano Decenal (2005 e 2007), e a importância deste*
213 *momento para se discutir a participação e o controle social no SUAS. A partir desse debate, a*
214 *Comissão propõe os seguintes objetivos específicos que retratam o tema e o objetivo geral da VII*
215 *Conferência: TEMA: “Participação e controle Social no SUAS”. OBJETIVO GERAL: Avaliar e*
216 *propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social — SUAS, na*
217 *perspectiva da participação e do controle social. Depois foram construídos e debatidos os objetivos*
218 *específicos, dos quais também derivam, com bastante consonância com os oito subitens abaixo.*
219 *OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Discutir e avaliar a participação popular e o exercício do*
220 *controle social no âmbito do SUAS; Avaliar a dinâmica de efetivação dos 10 direitos sócio-*
221 *assistenciais definindo estratégias de fortalecimento da participação popular; Discutir e avaliar a*
222 *participação popular e o controle social em relação ao orçamento e ao co-financiamento, para a*
223 *implementação do Plano Decenal nos três níveis de governo; Conhecer e debater experiências de*
224 *implementação do SUAS, que envolvam a participação popular e o controle social; Debater a*
225 *atuação do trabalhador da Assistência Social na perspectiva da articulação do protagonismo dos*
226 *usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do controle social; Discutir e avaliar a*
227 *representatividade, composição, dinâmica e processo de escolha dos membros dos Conselhos de*
228 *Assistência Social, visando a democratização e efetivação do controle social e da participação*
229 *popular; Discutir a atuação das entidades de Assistência Social, no âmbito do SUAS, na*
230 *perspectiva do fortalecimento do controle social, da participação popular e da democratização de*

231 sua gestão interna; Daí derivamos os subtemas. SUBTEMAS: 1) Processo Histórico da
232 Participação Popular no país: nossa Cidade em Movimento. 2) Trajetória e Significado do
233 Controle Social na Política de Assistência Social: a Diretriz Constitucional em Debate. 3)
234 Protagonismo do Usuário e o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável. 4) Os
235 Conselhos de Assistência Social e o SUAS: Composição, Dinâmica, Caráter da Representação e
236 Processo de Escolha. 5) Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a Justiça
237 Tributária que queremos. 6) A Democratização da Gestão do SUAS: Participação e Articulação. 7)
238 Entidades de Assistência Social e O Vínculo SUAS: Controle Social, Participação Popular e
239 Gestão Interna. 8) O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuário4: Bases para urna
240 Atuação Democrática e Participativa. - Encaminhamento: - A Comissão Organizadora trabalhará,
241 na reunião do dia 5 de março, a metodologia das conferências, a partir dos objetivos específicos e
242 dos subtemas propostos nesta reunião. 3 — Estrutura/formato da VII Conferência (previsão, de
243 necessidades para inclusão no Projeto Básico - nº de dias, painéis, oficinas, plenárias simultâneas,
244 etc.). Este tema será pautado na reunião do dia 26 de março, a partir do fechamento dos subtemas
245 e da metodologia. 4 -Grupo de Acompanhamento da Acessibilidade às conferências de Assistência
246 Social. A Comissão Organizadora da VII Conferência indica os Conselheiros Clodoaldo de Lima
247 Leite, Edivaldo da Silva Ramos e Carlos Eduardo Ferrari, Integrantes da Comissão Organizadora.
248 O Conselheiro João Carlos Carreira será convidado a participar desse grupo. 5 — Calendário de
249 Reuniões da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional: - 5 de março: - Informes e
250 encaminhamentos na Plenária — dias 10, 11 e 12 de março. - 26 de março - Informes e
251 encaminhamentos na Plenária — dias 14, 15 16 de abril. - 23 de abril - Informes e
252 encaminhamento₅ ria Plenária - dias 12, 13 e 14 de maio. - 21 de maio - 4 de junho - Informes e
253 encaminhamentos na Plenária - dias 16, 17 e 18 de junho. - 2 de julho - Informes e
254 encaminhamentos na Plenária — dias 14, 15 e 16 de julho. - 23 de julho Em julho a Comissão
255 definirá o calendário de reuniões para o período de agosto à dezembro de 2009. 6. SOLICITAÇÃO
256 DO FONACEAS: A Comissão Organizadora da VII Conferência discutiu o pleito do FONACEAS
257 de participação na Comissão Organizadora e na programação da VII Conferência Nacional. A
258 Comissão ressaltou a impossibilidade de atender ao pleito do FONACEAS. A Comissão
259 Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social foi criada em 23 de setembro de
260 2008, por meio da Resolução CNAS nº 67 e é composta por membros desse Conselho Nacional,
261 obedecendo à paridade, conforme Regimento Interno desse conselho, esclarecendo que não há
262 previsão de composição de outras instituições ou órgãos em Comissões ou Grupos de Trabalho do
263 CNAS. A participação do FONACEAS na programação da VII Conferência Nacional será avaliada
264 em momento oportuno. No momento a Comissão está discutindo os objetivos, subtemas e a
265 metodologia das conferências. Presidente Valdete de Barros Martins, Coordenadora da Comissão
266 Organizadora da VII Conferência Nacional.” Prosseguindo, a senhora Presidente ressaltou como a
267 discussão seria encaminhada e o trabalho realizado pela Comissão Organizadora, partindo dos
268 objetivos específicos, que após fechados e aprovados, permitiriam a análise das três últimas
269 Conferências Nacionais em todos seus aspectos. Destacou que como os sub-temas não haviam sido
270 tratados pela Comissão eram trazidos à Plenária, solicitando a colaboração de todos considerando o
271 curto espaço de tempo disponível. Observando que as Conferências Municipais iniciavam em 1º de
272 maio, informou que a partir de 05de março, seriam fornecidas as orientações para essas
273 Conferências, indicando o pré-calendário: dia **05 de março**, na Reunião da Comissão Organizadora:
274 Trabalhar as diretrizes e a metodologia da Conferência a partir dos objetivos específicos e dos sub-
275 temas; **dia 26 de março**: Trabalhar a previsão da necessidade de inclusão do projeto básico, que era
276 o desdobramento da metodologia, e os custos dessa Conferência, citando os cortes ocorridos no
277 orçamento, necessitando maior apoio para a realização da VII Conferência Nacional. Continuando,

278 informou que o caderno de textos já estava concluído, com quatro textos que estavam para correção,
279 e que logo estariam disponíveis em PDF, sendo informado o prazo para disponibilidade de acesso a
280 esse primeiro caderno de textos que era o ponto de partida do tema Controle Social. Indagou se
281 havia alguma questão a ser esclarecida sobre o assunto, ao que o Conselheiro Geraldo questionou se
282 os textos, após serem revisados pela SAGI estariam prontos para ir à público ou se haveria alguma
283 contribuição a ser feita pelos Conselheiros. Observou ser importante que os Membros do CNAS
284 tivesse seus posicionamentos bem definidos, considerando os convites para participação nas
285 Conferências Municipais, sendo primordial a compreensão de que o Conselheiro soubesse o que
286 expressar no seu papel institucional. A Conselheira Tânia encontrou interessante a situação
287 pleiteada pelo Conselheiro Geraldo, visto que todos estariam representando o CNAS nas
288 Conferências que porventura participassem, sugerindo uma capacitação coletiva relativa aos textos
289 aos quais os Conselheiros seriam apresentados. A senhora Presidente, concordando com a
290 Conselheira Tânia, observou que os textos não estariam submetidos ao processo de avaliação ou
291 revisão, destacando que em todas as Conferências havia os cadernos e os textos preparatórios, sendo
292 importante saber a data de término de revisão pela SAGI para poder encaminhar aos Conselheiros o
293 conjunto dos textos. Com relação à participação nas Reuniões Descentralizadas, o tema seria tratado
294 na Presidência Ampliada, com esclarecimento de todos os pontos. O Conselheiro Geraldo ressaltou
295 que gostaria de deixar registrada sua manifestação, de que os textos deveriam ser disponibilizados
296 aos Conselheiros nas mesmas condições que o eram à SAGI, pois não espelhavam a vontade da
297 maioria do Conselho, sem sua participação e vindo a público de uma forma direcionada e dirigida.
298 O Conselheiro Clodoaldo destacou haver uma real preocupação sobre o item, devendo ficar
299 expresso que o conteúdo dos textos não expressava a posição oficial do Conselho Nacional de
300 Assistência Social, sendo apenas uma contribuição para o debate a respeito dessa temática. A
301 senhora Presidente observou que desde o início ficou estabelecido que esses textos seriam uma
302 contribuição, lembrando como surgiu o Caderno de Textos, resultado dos relatos após o
303 encerramento dos eventos. Relatou que como a Plenária Ampliada foi adiada por duas vezes,
304 ficando sua realização para abril, havia sido decidido trazer para a responsabilidade da Comissão
305 Organizadora a condução desse Caderno de Textos, que facilitaria a entrada do tema do Controle
306 Social para a Conferência, observando que os autores dos textos estariam nas mesas da Reunião
307 Ampliada com essas falas. Que não via como do CNAS esse pensamento, mas sim de pessoas que
308 foram convidadas para estar nas mesas e falar sobre determinado assunto. Que quando se fosse
309 decidir, o que estava pautado na Comissão Organizadora seria necessário produzir um Caderno de
310 Textos para a VII Conferência Nacional, tendo que se pensar nas pessoas que escreveriam e os
311 temas abordados, destacando que, de acordo com o histórico das Conferências poderia ser
312 observada a expressão do pensamento de vários Conselheiros e que às vezes não eram similares.
313 Observou que, na realidade era uma proposta para se debater o tema “*Participação e Controle*
314 *Social*” sob alguns aspectos que estavam mencionados nesses Cadernos de Texto. O Conselheiro
315 Renato concordou com as manifestações dos colegas, mas que, dentro do que havia sido colocado
316 pelo Conselheiro Geraldo gostaria que o Conselho se preocupasse de como essa informação seria
317 tratada, deixando claro que a opinião expressada era do autor e não do CNAS. O Conselheiro
318 Renato lembrou que na Plenária de novembro, havia feito uma proposta, que foi vencida, que
319 fosse constituída uma Comissão paralela para fazer a leitura dos textos, fazendo uma proposta de
320 encaminhamento: Que se propunha a redigir para o dia seguinte, e caso outro Conselheiro desejasse
321 colaborar, um breve texto de apresentação desse Caderno, discorrendo sobre seu objetivo e
322 construção, deixando claro que era para subsídio e para o debate, que não era a opinião e a posição
323 do CNAS. A senhora Presidente destacou que, na qualidade de Presidente e de Coordenadora da
324 Comissão Organizadora, já havia feito uma apresentação do Caderno de Textos, que podia ser

325 submetido à avaliação do Conselho. A Conselheira Margareth observou ser importante o debate
326 sobre o tema para aclarar o entendimento dos Conselheiros, observando haver concordado com a
327 proposta do Conselheiro Renato, mas como havia uma apresentação da Presidente do Conselho que
328 poderia ser utilizada, mas ficando claro que não era a visão do Conselho. Como encaminhamento,
329 destacou ser importante que o Conselho tivesse acesso antecipado aos textos, para melhor
330 contribuição nos debates. A senhora Presidente observou que a Plenária era soberana e que se
331 decidisse que não houvesse Cardeno de Textos, o mesmo não sairia, mas que à medida que fossem
332 revisados, poderia ser dado conhecimento imediato a todos os Conselheiros. O Conselheiro Carlos
333 reforçou a proposta do Conselheiro Renato sobre trabalhar em cima do texto para melhorar sua
334 apresentação, e que era importante a forma como seria apresentado para a Sociedade Civil. A
335 Conselheira Dolores ressaltou sua concordância com a posição do Conselheiro Geraldo, sendo
336 função do Conselho tomar conhecimento prévio desse material. A senhora Presidente observou que
337 concordava se fosse esse entendimento, sugerindo como encaminhamento o envio dos textos para
338 conhecimento dos Conselheiros, após as devidas correções, também podendo ser feita uma
339 apresentação conjunta assinada pelos Conselheiros do Conselho, posicionamento apoiado pelo
340 Conselheiro Mizael e pelo Conselheiro Frederico. O Conselheiro Geraldo explanou sobre sua
341 finalidade ao expôr seu ponto de vista, o que havia feito no intuito de colaborar e conhecer
342 antecipadamente o teor dos documentos para se ter igualdade de oportunidade para estabelecer um
343 contraponto, caso fosse necessário. **Encaminhamento:** colocar o Caderno de Textos à disposição
344 dos Conselheiros, ficando a apresentação da forma como estava, salvo que se tivesse outra questão.
345 Em seguida, a senhora Presidente passou à discussão sobre os objetivos específicos da Memória da
346 Reunião, com o Conselheiro Clodoaldo sugerindo que constasse a qualificação dos convidados.
347 Com relação aos objetivos específicos, propôs, onde dizia “*Discutir a atuação das Entidades de*
348 *Assistência Social no âmbito do SUAS na perspectiva do fortalecimento do Controle Social, da*
349 *participação popular e da democratização de sua gestão interna*” acrescentando a expressão “*em*
350 *todos os níveis*”, reproduzindo, assim, o que estava na seção dois do artigo 5º e inciso II da Lei
351 Orgânica da Assistência Social, da participação da Sociedade, destacando, também, a questão da
352 co-responsabilidade da Sociedade Civil. A senhora Presidente sugeriu como Encaminhamento ir
353 lendo e discutindo um a um os objetivos específicos, passando ao primeiro: “Discutir e avaliar a
354 atuação das entidades de assistência social, no âmbito do SUAS”; segundo, “*Avaliar a dinâmica de*
355 *efetivação dos 10 direitos sócio-assistenciais definindo estratégias de fortalecimento da*
356 *participação popular*”; terceiro, “*Discutir e avaliara participação popular e o controle social em*
357 *relação ao orçamento e ao co-financiamento, para a implementação do Plano Decenal nos três*
358 *níveis de governo*”; quarto, “*Conhecer e debates experiências de implementação do SIAS, que*
359 *envolvam a participação popular e o Controle Social*”, sendo todos aprovados; quinto, “*Debater a*
360 *atuação do trabalhador da Assistência Social na perspectiva da articulação do protagonismo dos*
361 *usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do Controle Social*”. Com relação ao
362 último objetivo, a Conselheira Margareth sugeriu que fosse tratado o direito do trabalhador, visto
363 que na Memória da reunião de novembro, foi discutida a necessidade de não ver o trabalhador como
364 alguém que iria apenas contribuir na materialização da Política e que se estava caminhando para a
365 VII Conferência sem tratar desses direitos, sendo necessário a sua discussão. O Conselheiro
366 Frederico observou ser uma preocupação importante, mas que deveria haver um espaço para
367 abordar a questão do trabalhador na Assistência Social, não se sentindo contemplado com essa
368 questão no objetivo específico do sub-tema cinco. A senhora Presidente sugeriu que os
369 Conselheiros Margareth e Frederico fizessem uma proposta de redação, ao que o Conselheiro
370 Renato de Paula indagou se essa proposta significava uma nova redação desse item ou a inclusão de
371 um item a mais, ficando consensuada a inclusão de mais um item e aprovado esse ponto. O

372 Conselheiro Geraldo indagou como isso seria feito, ao que a senhora Presidente observou que
373 poderia ser trabalhado no sentido de fazer um único item ou redigir um segundo, lembrando de que
374 dos objetivos específicos sairia um sub-tema. Prosseguindo passou ao próximo objetivo específico:
375 sexto, “*Discutir e avaliar a representatividade, composição, dinâmica e processo de escolha dos*
376 *membros dos Conselhos de Assistência Social, visando a democratização e efetivação do Controle*
377 *Social e da participação popular”*, sétimo, “*Discutir a atuação das Entidades de Assistência Social,*
378 *no âmbito do SIAS, na perspectiva do fortalecimento do Controle Social, da participação popular e*
379 *da democratização de sua gestão interna”*, com sugestão de redação pelo Conselheiro Clodoaldo:
380 “*Discutir a atuação das Entidades de Assistência Social, sua co-responsabilidade no âmbito do*
381 *SUAS, na perspectiva do fortalecimento do Controle Social em todos os níveis, e da participação*
382 *popular e da democratização de sua gestão interna”*. O Conselheiro Edivaldo indagou a quais
383 níveis se referia essa proposta, ao que o Conselheiro Clodoaldo informou haver tirado essa redação
384 do artigo 5º da LOAS. A Conselheira Dolores indagou se esse objetivo iria somente girar no
385 contexto do fortalecimento do Controle Social, ou se era na perspectiva da execução da política
386 pública e no fortalecimento do controle, visto que as Organizações Sociais tinham de ver que a
387 participação delas não seria somente no Controle Social, mas também no processo de execução, o
388 que deveria ficar colocado, ao que o Conselheiro Clodoaldo observou estar reforçando o aspecto da
389 co-responsabilidade. O Conselheiro Renato de Paula ressaltou que não existia SUAS sem
390 responsabilidade compartilhada, porque essas eram as diretrizes do Sistema, sendo redundante essa
391 redação, mas se era necessário reforçar, concordaria com esse novo texto. Observou que o item foi
392 discutido exaustivamente na Comissão, e a preocupação foi vincular esse objetivo específico ao
393 objetivo da Conferência, cujo tema geral era Participação e Controle Social. Manifestou sua
394 concordância com a Conselheira Dolores, mas que era só uma ponderação, não uma posição,
395 encontrando ser um risco ampliar muito e fugir do objetivo geral, deixando o assunto no sub-tema.
396 Complementando, a Conselheira Dolores observou a necessidade de que houvesse clareza e debater
397 na Conferência em determinados momentos que papel era esse na execução da política, porque
398 podia ser que o Controle não fosse a execução, propondo discutir a atuação das Entidades de
399 Assistência Social no âmbito do SUAS, na execução da política e nas perspectivas do fortalecimento
400 do Controle Social, da participação popular e na participação de sua gestão, sugerindo uma votação.
401 A senhora Presidente observou que gostaria de submeter à aprovação do Pleno as propostas dos
402 dois Conselheiros, dentro desse objetivo, com sugestão pela Conselheira Margareth dos seguintes
403 sub-temas: *1 – Relações e condições de trabalho dos trabalhadores; 2 – A precarização da relação*
404 *de trabalho na Política de Assistência Social; 3 – Plano de Cargo, Carreira e Salário, para os*
405 *trabalhadores da Assistência Social: Efetivando direitos”*. Prosseguindo, a senhora Presidente abriu
406 às contribuições no sentido de que era necessário fazer uma discussão sobre os direitos dos
407 trabalhadores da Assistência Social nessa Conferência, lembrando que o seu tema era “*Participação*
408 *e o Controle Social no SUAS”*, onde seria discutida a gestão, o financiamento e o Controle da
409 Política, abrindo às contribuições para fechar esses sub-temas ou os próprios objetivos específicos.
410 O Conselheiro Renato de Paula observou que o objetivo específico era norteador da avaliação que
411 seria feita no final da Conferência, o que deveria estar claro todo o tempo. Discorrendo sobre o item
412 observou que poderia contribuir na discussão sobre um objetivo específico que contemplasse a
413 questão específica do direito do trabalhador, entendendo a efetivação desse direito como algo que
414 contribuía no Controle Social e na participação, e um sub-tema voltado para a ratificação da
415 implementação da NOB-RH, ou das metas do Plano Decenal relativas à NOB-RH, informando que
416 iria apresentar uma proposta de redação. O Conselheiro Geraldo sugeriu uma proposta de redação:
417 *Discutir os direitos e deveres do trabalhador da Assistência Social e sua atuação na perspectiva da*
418 *atuação do protagonismo dos usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do Controle*

419 *Social*. O Conselheiro Frederico observou que o item cinco já havia sido aprovado, ao que o
420 Conselheiro José Geraldo sugeriu manter o item e incluir um sub-tema, “*Discutir os direitos e*
421 *deveres dos trabalhadores no âmbito da Assistência Social*”. O Conselheiro Edivaldo observou que
422 entendia, não a discussão dos direitos, mas sim a consolidação dos direitos do trabalhador no
423 âmbito do SUAS, com vistas ao Controle Social, o que estava aquém do desejado. Prosseguindo,
424 sugeriu como encaminhamento que a Bancada dos Trabalhadores se reunisse e fizesse uma
425 proposta, com a anuência do Conselheiro Frederico. A senhora Presidente passou a palavra para o
426 Conselheiro Renato de Paula, com uma proposta de redação: *Discutir e avaliar a implementação da*
427 *política de recursos humanos no SUAS na perspectiva da consolidação dos Direitos Sócio-*
428 *assistenciais*. A senhora Presidente solicitou o registro de sua contribuição: “*Discutir a gestão,*
429 *instrumentos e processo de trabalho no âmbito do SUAS, na perspectiva da consolidação dos*
430 *direitos dos trabalhadores*”. A Conselheira Margareth sugeriu fosse acatada a proposta da
431 Presidência, retirando a palavra *consolidação* do texto anterior, sendo aprovada essa proposta.
432 Prosseguindo a senhora Presidente passou aos sub-temas: 1) *Processo Histórico da Participação*
433 *Popular no país: nossa Cidade em Movimento*. 2) *Trajatória e Significado do Controle Social na*
434 *Política de Assistência Social: a Diretriz Constitucional em Debate*. 3) *Protagonismo do Usuário e*
435 *o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável*. 4) *Os Conselhos de Assistência Social e*
436 *o SUAS: Composição, Dinâmica, Caráter da Representação e Processo de Escolha*. 5) *Bases para*
437 *Garantia do Financiamento da Assistência Social: a Justiça Tributária que queremos*. 6) *A*
438 *Democratização da Gestão do SUAS: Participação e Articulação intergovernamental*. 7) *Entidades*
439 *de Assistência Social e O Vínculo SUAS: Controle Social, Participação Popular e Gestão Interna*.
440 Observando que nesse item a Conselheira Dolores tinha uma sugestão a fazer, a senhora Presidente
441 passou a palavra para a Conselheira, que observou que não gostaria de ver como objetivo final a
442 palavra “*discutir*”, do item sétimo, que deveria ser trocada, sugerindo: “*Entidades de Assistência*
443 *Social e o Vínculo SUAS - O Papel das Entidades na Execução, na Gestão Interna e no Controle*
444 *Social*”. Prosseguindo com a discussão, a senhora Presidente passou a palavra para o Conselheiro
445 Edivaldo que esclareceu o uso da expressão da organização interna. O Conselheiro Carlos observou
446 que gostaria de defender o tema na forma como estava escrito, observando que participação
447 popular, gestão interna e Controle Social iam ao encontro ao tema central da Conferência, que era o
448 Controle Social. A senhora Presidente concordou com o colocado pelo Conselheiro Carlos,
449 entendendo que quando se falava do vínculo SUAS, se estaria remetendo a todos os critérios
450 estabelecidos na Política e na NOB, e também nos instrumentos regulatórios que viriam
451 posteriormente. Destacou que quando falava de gestão interna, estava se referindo ao processo de
452 oferta de serviços e benefícios que essa instituição desenvolvia, não sabendo se mereceria ser
453 detalhado, mas que o tema da conferência devia ser focado em todos os momentos. Que entendia
454 a preocupação demonstrada, mas gostaria de manifestar seu entendimento de que ela estava
455 presente nesse sub-tema. Após discorrer sobre seu posicionamento, a Conselheira Dolores observou
456 que os itens deveriam especificar a participação da Entidade no Controle Social, ademais da
457 produção da gestão do vínculo SUAS. O Conselheiro Carlos manifestou sua preocupação de colocar
458 tais questões nos sub-temas, desvirtuando metodologicamente o seu papel, destacando sua posição
459 de manter essa redação. A senhora Presidente observou ter duas propostas, a da Conselheira
460 Dolores e do Conselheiro Carlos, com o que concordava, de se deixar a redação como estava.
461 **Encaminhamento.** Reputando como importante a contribuição da Conselheira Dolores, a senhora
462 Presidente sugeriu deixar o item como se encontrava, com observação na ementa que se iria
463 produzir, sendo aprovada a permanência da redação. Na sequência, a senhora Presidente passou
464 para o item oito: “*O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: Bases para uma*
465 *Atuação Democrática e Participativa*”, não havendo ressalva por parte da Bancada dos

466 Trabalhadores. Prosseguindo com a sugestão dos novos sub-temas, o Conselheiro Frederico
467 apresentou a proposta: “Garantir a implementação da NOB-RH-SUAS”, ao que a senhora
468 Presidente sugeriu: “A garantia da NOB-RH na implementação do Sistema Único da Assistência
469 Social”, texto aprovado. Dando continuidade, o Presidente em exercício indagou se havia alguma
470 sugestão ou discordância com relação à reunião do dia 5 de março, informando que a Comissão iria
471 se debruçar sobre essas questões mais pontuais do item três, *A estrutura*, que também seria tema do
472 dia 26 de março; item quatro, *Acompanhamento da questão da acessibilidade* e os nomes indicados
473 para integrar a Comissão Organizadora: Conselheiros Clodoaldo, Edivaldo e Carlos Eduardo, com o
474 convite estendido ao Conselheiro João Carlos, o qual foi aceito, e com a Conselheira Dolores
475 manifestando seu interesse em participar. Prosseguindo, o Vice-Presidente informou que o item
476 cinco era o Calendário com a ressalva do segundo semestre, indicando, ainda, a solicitação da
477 FONACEAS, de participar não oficialmente. O Conselheiro Clodoaldo observou que existia a
478 questão regimental que impedia a participação do FONASEAS nas Comissões, lembrando que
479 havia sido discutido que o FONSEAS teria assento na mesa da Conferência, posição que gostaria
480 que fosse discutida, ao que o Conselheiro Frederico destacou que essa questão seria abordada
481 quando se discutisse a construção das mesas. O Conselheiro Edivaldo lembrou que esse assunto da
482 participação do FONASEAS seria debatido na elaboração da programação, ao que o Conselheiro
483 Pessinatti esclareceu que essa participação seria conversada na próxima reunião, estando
484 contemplada essa solicitação, ma que quanto à participação na Comissão havia impossibilidade pela
485 complicação da Resolução. Encerrando o Relato da VII Conferência, passou para a Comissão de
486 Conselhos com a leitura da Memória da Reunião da Comissão de Conselhos, pelo Conselheiro
487 Clodoaldo: “**MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA**
488 **SOCIAL – CNAS - Reunião Extraordinária. Data: 02 de fevereiro de 2009; Local: sala 108 /**
489 **CNAS; Horário: 9h às 13h. CONSELHEIROS PRESENTES: Clodoaldo de Lima Leite; Edivaldo**
490 **da Silva Ramos; Samuel Rodrigues; Tânia Mara Garib. CONSELHEIROS COM AUSÊNCIAS**
491 **JUSTIFICADAS: Carlos Eduardo Ferrari; Ieda Maria de Castro Nobre; Margareth Alves**
492 **Dallaruvera; Margarete Cutrim Vieira; Patrícia Souza De Marco; Renato Francisco dos Santos de**
493 **Paula; Renato Saidel Coelho; Charles Roberto Pranke. APOIO: Liliane Neves do Carmo; Giovana**
494 **Rocha Veloso; Rosana de Cássia Alves da Silva. 1. RETORNO DOS ENCAMINHAMENTOS DO**
495 **CNAS QUANTO AS QUESTÕES RELACIONADAS AOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA**
496 **SOCIAL.** *Nas últimas reuniões essa Comissão teve como pauta questões relacionada ao*
497 *funcionamento de alguns Conselhos de Assistência Social, sendo deliberado pela Plenária o*
498 *encaminhamento de ofícios solicitando informações acerca das questões apresentados. O CNAS*
499 *recebeu resposta de alguns dos referidos ofícios, que foram repassadas à Comissão para*
500 *apreciação. Importante salientar que o Conselho deliberou pela discussão em reunião conjunta*
501 *com a Comissão de Normas para definir os procedimentos para processamento de denúncias sobre*
502 *atuação de Conselhos. 1.1. Município de Santa Inês — BA: recebemos correspondência eletrônica,*
503 *em 24 de agosto de 2008, relatando que o município está sem Secretário(a) de Assistência Social as*
504 *demandas são encaminhadas à Primeira Dama. Em resposta a essa questão, encaminhamos ofício*
505 *(30 de outubro) ao Presidente do CEAS solicitando informações acerca da situação do órgão*
506 *gestor da Assistência Social do Município. E, também encaminhamos memorando (30 de outubro)*
507 *à SNAS informando sobre a questão. Até o momento o CNAS não recebeu resposta do Conselho e,*
508 *diante disso, sugerimos os seguintes encaminhamentos: - Encaminhar ofício ao Conselho Estadual*
509 *solicitando informações acerca de seu funcionamento e composição, e ainda, informações sobre*
510 *quem está respondendo pelo órgão gestor municipal; Encaminhar ofício ao denunciante,*
511 *informando sobre os procedimentos realizados pelo Conselho Nacional até o momento. 1.2.*
512 *Município de Tamboril — CE: Recebemos ofício (em 26 de setembro de 2008) assinado pelo*

513 *senhor Adriano Ferreira dos Santos — Presidente do CMAS de Tamboril — CE, informando que*
514 *“tendo em vista a falta de compromisso por parte dos conselheiros em participar das reuniões”, o*
515 *Presidente e a Vice-presidente do CMAS decidiram desligar-se do Conselho. O CNAS, ao tomar*
516 *conhecimento do caso, deliberou por encaminhar ofício aos seguintes órgãos: - Ao CMAS (ofício*
517 *encaminhado em 30 de outubro de 2008): solicitando informações sobre quem está respondendo*
518 *pelo Conselho no momento; as providências adotadas pelo mesmo acerca das questões*
519 *apresentadas na correspondência; se o CMAS está funcionando e em quais condições; a data de*
520 *vigência da atual gestão e quais foram as medidas adotadas junto aos órgãos de controle como*
521 *Ministério Público do órgão gestor municipal. - À Secretaria Municipal de Assistência Social*
522 *(ofício 30 de outubro de 2008): solicitando informações quanto à situação de funcionamento do*
523 *Conselho. - Ao CEAS do Ceará (30 de outubro): dando ciência sobre o ofício recebido e as*
524 *questões apresentadas e, caso esse já tivesse conhecimento da situação, solicitou informações*
525 *quanto aos encaminhamentos adotados. O CNAS recebeu resposta do Conselho Estadual, por meio*
526 *de correspondência eletrônica, em 05 de novembro de 2008, informando que, após várias tentativas*
527 *de comunicação com o Presidente do CMAS, sem sucesso, foi agendada visita ao município, que*
528 *seria realizada em novembro de 2008. Nessa correspondência o CEAS se encarregou de*
529 *encaminhar relatório ao CNAS, porém, até a presente data não recebemos resposta. Diante disso,*
530 *sugerimos os seguintes encaminhamentos: - Encaminhar ofício ao CEAS solicitando o relatório de*
531 *visita ao município de Tamboril, conforme resposta ao ofício encaminhado pelo CNAS; -*
532 *Encaminhar ofício ao CMAS solicitando informações acerca de seu funcionamento e composição.*
533 *1.3. CEAS Pernambuco: Em reunião da Comissão de Conselhos do CNAS no mês de outubro de*
534 *2008, a Presidente do CEAS de Pernambuco repassou informações acerca das discussões*
535 *realizadas sobre a criação do Conselho de Assistência Social no Distrito Estadual de Fernando de*
536 *Noronha. Na ocasião o CNAS repassou as informações necessárias sobre a questão, e deliberou*
537 *por solicitar ao CEAS manifestação oficial sobre a questão, além do encaminhamento dos*
538 *instrumentos normativos utilizados para a criação do referido Conselho. O CEAS de Pernambuco*
539 *informou, via ofício, recebido em 10 de novembro de 2008, que o Conselho Distrital em questão,*
540 *encontra-se em fase de estruturação, inclusive no que se refere aos instrumentos normativos e que,*
541 *tão logo estejam finalizadas as providências para a sua instalação, encaminhará os documentos*
542 *solicitados. Em razão disso, essa Comissão sugere o seguinte encaminhamento: - Encaminhar*
543 *ofício ao CEAS-PE, esclarecendo quais são os Conselhos de Assistência Social que têm guarida*
544 *legal, conforme a LOAS. 1.4. O CNAS recebeu ofício do Conselho Municipal de Macapá, em abril*
545 *de 2008, informando que, em reunião realizada no dia 09/04/2008, o colegiado do CMAS deliberou*
546 *por suspender suas atividades até que questões relacionadas à sua organização técnico-jurídica*
547 *fossem sanadas. Essas tratam de: Estruturação e funcionamento do Conselho nos termos da*
548 *NOB/SUAS/2005; que a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhe documentos para*
549 *embasar as ações do Conselho no controle social, como documentos relativos ao orçamento do*
550 *município para a área de assistência social, o quadro de recursos humanos da assistência social e*
551 *o vínculo destes profissionais com o município; que fossem fornecidos ao CMAS os recursos*
552 *materiais necessários para sua atuação (computador com acesso a internet, telefone para ligações*
553 *interurbanas e para celular, material de expediente, consumo e transporte). Essas informações*
554 *foram relatadas na Exposição de Motivos encaminhada junto à denúncia. Na ocasião o Conselho*
555 *Nacional deliberou por encaminhar ofício ao gestor municipal solicitando informações sobre a*
556 *questão apresentada, e ao CMAS solicitando informações sobre o retorno de suas atividades. Os*
557 *referidos ofícios foram encaminhados em 25 de agosto. O CMAS informou, via ofício em 19 de*
558 *maio de 2008, que foi deliberado em reunião extraordinária a retomada de suas atividades. O*
559 *gestor da assistência social e o Gabinete do Prefeito enviaram ofícios (18 de setembro de 2008)*

560 *informando sobre as medidas que foram adotadas diante das solicitações do Conselho Municipal.*
561 *Diante disso, foi deliberado pela Plenária o envio de correspondência ao CMAS, expedido em 30*
562 *de outubro de 2008, dando ciência sobre a resposta do órgão gestor e do Senhor Prefeito,*
563 *solicitando que esse se manifestasse acerca da resposta, e ainda, sugerindo que a mesma fosse*
564 *repassada aos órgãos citados a Exposição de Motivos, juntamente com a manifestação. O CNAS*
565 *não obteve resposta do conselho e, diante disso sugerimos o encaminhamento: - Reiterar ofício ao*
566 *Conselho Municipal solicitando manifestação acerca da resposta do órgão gestor quanto às*
567 *questões apresentadas. 2. DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO CNAS SOBRE ATUAÇÃO DE*
568 **CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 2.1. O CNAS recebeu correspondência eletrônica**
569 *datada em 29 de novembro de 2008, informando sobre possíveis irregularidades no CEAS do*
570 *Amazonas. Essas consistem na longa permanência da presidente no cargo e a não existência de*
571 *processo de eleições da Sociedade Civil. Diante das informações repassadas sugerimos os*
572 *seguintes encaminhamentos: - Encaminhar ofício ao CEAS/AM informando o recebimento da*
573 *correspondência e solicitar a cópia da lei de criação do conselho e regimento interno. Essa*
574 *solicitação se justifica em função de possíveis alterações das normas. Solicitar ainda, as*
575 *Resoluções do conselho que normatizam o seu processo eleitoral; as atas do processo de eleição*
576 *dos representantes da sociedade civil; as atas de eleição e posse dos presidentes; as atas de posse*
577 *da sociedade civil e as indicações dos representantes governamentais desde que foi criado o*
578 *Conselho. 2.2. O CNAS recebeu ofício, do CMAS de São Bento de Sapucaí — SP, em 27 de janeiro*
579 *de 2009, informando que aprovou a Resolução CMAS nº 08/2008, a qual notifica o Prefeito “para*
580 *o cumprimento das obrigações sociais estabelecidas pelo MDS e SEADS e, ainda, à estruturação*
581 *do Departamento Social, por não realizar ações necessárias ao andamento do SUAS”. A*
582 *Comissão, por compreender que o assunto refere-se, principalmente a gestão, sugere os seguintes*
583 *encaminhamentos: - Encaminhar à SNAS memorando informando sobre o ofício recebido,*
584 *recomendando que o assunto seja repassado à CIT; - Encaminhar ofício ao CEAS — SP dando*
585 *ciência acerca do ofício recebido. ENCAMINHAMENTOS GERAIS REFERENTE A ESSE*
586 **PONTO.** *A Comissão, diante das situações apresentadas pelos conselhos e considerando que esse é*
587 *um ano de início de gestão municipal, sugere: - Encaminhar ofício circular aos gestores da*
588 *assistência social e Prefeitos reafirmando a importância do controle social no SUAS e, sobre a*
589 *realização das Conferências no ano de 2009. - Solicitar aos CEAS o encaminhamento da relação*
590 *dos municípios que realizaram, bem como os que não realizaram conferências municipais no ano*
591 *de 2007, de acordo com o relatório da Conferência encaminhado ao CNAS, para efeitos de*
592 *diagnóstico do controle social nos municípios. - Encaminhar aos Conselhos de Assistência Social o*
593 *acórdão do Ministério Público que orienta sobre período de mandato dos conselheiros de*
594 *assistência social. 3. O CONTROLE SOCIAL NO SUAS E REGRAS PARA A ELEIÇÃO DA*
595 **SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** *A Comissão remeteu*
596 *esse ponto para a próxima reunião da Comissão. Reunião Ordinária: Data: 17 de fevereiro de*
597 *2009; Local: sala 108 CNAS; Horário: 9h às 12h. CONSELHEIROS PRESENTES: Clodoaldo de*
598 *Lima Leite; Carlos Eduardo Ferrari; Edivaldo da Silva Ramos; Margareth Alves Daliaruvera;*
599 *Renato Francisco dos Santos de Paula; Renato Saidel; Rosa Maria Ruthes; Geraldo Gonçalves de*
600 *Oliveira Filho. CONSELHEIROS COM AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Charles Roberto*
601 *Pranke; Ieda Maria de Castro Nobre; Margarete Cutrim Vieira; Patrícia Souza De Marco; Samuel*
602 *Rodrigues; Tânia Mara Garib. 1. PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA A REALIZAÇÃO DA*
603 **REUNIÃO AMPLIADA DO CNAS.** *A Reunião foi proposta para abril, diante disso, foi solicitado*
604 *ao Senado o uso de espaço físico, sendo então informado que o auditório não estará disponível no*
605 *dia 15. O CNAS encaminhou convite aos painelistas que deram retorno, sendo que para o painel*
606 *que irá discutir “Representação e Representatividade: Dilemas para os Conselhos de Assistência*

607 Social”, a professora doutora Rosângela Paz informou estar impossibilitada de participar. Essa
608 indicará um nome para contribuir no debate. **ENCAMINHAMENTOS:** - Diante da
609 impossibilidade do uso do espaço no dia 15, a Comissão sugere a realização do evento nos dias 13
610 e 14; - Como haverá mudança no calendário, sugere também consultar novamente os painelistas; -
611 Divulgar a Reunião Ampliada junto aos conselhos e gestores da assistência social, com orientações
612 de participação; -Disponibilizar inscrição para participação na Reunião na página eletrônica do
613 CNAS em março; **INFORMES:** 1. O CONGEMAS realizará o XI Congresso Nacional, em
614 Curitiba, nos dias 17, 18 e 19 de março. Esse contará com 12 oficinas que acontecerão no último
615 dia de 9h às 12h. Uma das oficinas tratará do controle social, intitulada: “Controle Social e a
616 Gestão do SUAS”. 2. Encaminhamos material aos CEAS para uso nas Reuniões
617 Ampliadas/Descentralizadas a serem realizadas. Foram enviados Cartilhas do CNAS, NOB/SUAS e
618 RH e LOAS. 3. O Caderno de Textos que subsidiará as discussões nas Reuniões Ampliadas sobre o
619 controle social, tema da VII Conferência Nacional, está em fase de finalização, e será encaminhado
620 em breve aos CEAS, via correspondência eletrônica. Assinam Margareth Dallaruvera,
621 Coordenadora da Comissão de Conselhos e Clodoaldo, Coordenador da Reunião Extraordinária
622 da Comissão de Conselhos.” Prosseguindo, a senhora Presidente passou para os Encaminhamentos:
623 item 1: “Encaminhar ofício ao Conselho Estadual solicitando informações acerca de seu
624 funcionamento e composição” e “encaminhar ofício ao denunciante”, com a concordância de todos;
625 item 2, “Encaminhar ofício ao CEAS/AM” e “Solicitar ainda, as Resoluções do Conselho”; item
626 2.2, com dois encaminhamentos: “Encaminhar à SNAS memorando” e “Encaminhar ofício ao
627 CEAS – SP”. Prosseguindo, passou para os Procedimentos para a Realização da Reunião Ampliada
628 do CNAS, com um item importante sobre a questão da mudança de data, informando que nos dias
629 14 e 15 não havia espaço, sendo transferido para os dias 13 e 14 e a Plenária dia 15. Referindo-se
630 aos palestrantes, a senhora Presidente informou que a Comissão de Conselho faria consulta aos
631 mesmos sobre o seu comparecimento. O Conselheiro Samuel informou haver recebido convite para
632 painalista, com o tema *Protagonismo dos Usuários de Assistência Social*, mais um Conselheiro
633 Municipal de Belo Horizonte e um Conselheiro Estadual da Região Norte ou Nordeste, indagando
634 se os mesmos já haviam confirmado sua presença, ao que o Conselheiro Carlos informou que a
635 presença havia sido confirmada mas sem indicação de nomes. A senhora Presidente indagou se a
636 Comissão havia dado prazo e indicação de data, considerando já estar quase no mês de março, ao
637 que o Conselheiro Carlos sugeriu até o dia 6 de março. A senhora Presidente observou que, caso
638 não fosse confirmada a indicação, teria que discutir na Plenária até o dia 10, com confirmação da
639 data para posicionamento dos palestrantes, passando ao item “Divulgar a Reunião Ampliada junto
640 aos Conselhos e gestores da Assistência Social, com orientações de participação”, indagando se a
641 Comissão havia discutido como seria realizado, discutir na Plenária e posteriormente disponibilizar
642 na página eletrônica. A Secretária Executiva observou que fariam a divulgação a todos que
643 tivessem interesse em participar da Reunião Ampliada do CNAS, indicando a data que as inscrições
644 estariam disponíveis no *site*, para que todos tivessem o mesmo direito de acessar. Destacou não ter
645 retorno da Comissão sobre o critério de distribuição por estado, precisando dessa orientação para
646 divulgar e colocar uma regra no *site* para inscrição. A senhora Presidente, considerando o tempo
647 transcorrido, observou ser necessário olhar a composição das mesas, preservando os convidados
648 para as mesas iniciais e perguntando ao Conselheiro Clodoaldo se o assunto havia sido discutido. A
649 Conselheira Tânia informou que o assunto já estava definido e, na qualidade de Presidente do
650 FONSEAS já havia recebido o convite para participar no evento. A senhora Presidente destacou que
651 sua dúvida era em relação à mesa que discutiria o PL 3021 que estava no final e tinha que ser
652 revisto, sendo informada que o mesmo havia sido retirado, com esclarecimentos prestados pelo
653 Conselheiro Carlos, só permanecendo o PL 3077. A Conselheira Tânia referiu-se às inscrições que,

654 segundo informado pela Sra. Liliane, era por ordem de chegada, o que teria que ser definido pela
655 Plenária, ao que a senhora Presidente ressaltou que seria registrado em Ata que o formato dessa
656 Reunião Ampliada seria o mesmo das anteriores, com abertura para inscrição no *site* do Conselho e
657 por ordem de chegada, indagando por quanto tempo estariam abertas as inscrições. O Conselheiro
658 Renato informou que até a Plenária de março esses pontos estariam definidos, ou definir no Evento
659 que se realizaria em 10, 11 e 12, abrindo as inscrições com 30 dias de antecedência. O Conselheiro
660 Geraldo destacou que quando a inscrição era por ordem de chegada, se poderia ter um quantitativo
661 muito grande de inscrição de um estado em detrimento de outros; e, segundo, recordou que alguns
662 usuários não tinham condições financeiras, sendo necessário resolver essa situação. A senhora
663 Presidente ressaltou que quando foi alterado o formato dessa Ampliada não ficou mais definido que
664 o CNAS bancaria a vinda desses usuários, que seria por conta do Conselho correspondente. Mas
665 que merecia discussão a definição do número de participantes por região ou por estado. A
666 Conselheira Tânia explanou sobre o financiamento de participantes no Evento, não devendo se
667 constituir em preocupação para o Conselho, que não dispunha de recursos para bancar essa despesa.
668 A senhora Presidente se referiu à questão da participação dos estados, indagando sobre o formato de
669 reuniões anteriores, ao que o Conselheiro João Carlos sugeriu usar como parâmetro a última
670 Conferência. A senhora Presidente indagou à Sra. Maria das Mercês, Coordenadora de
671 Financiamento, como havia sido abordada essa questão em outras Reuniões Ampliadas, que
672 observou que normalmente esses Eventos tinham os números de vagas divididos por estado,
673 independente da população ou do número de municípios, com as vagas remanescentes sendo
674 direcionadas para as demandas que chegavam ao Conselho por ordem de chegada. O Conselheiro
675 Renato sugeriu que as vagas fossem distribuídas proporcionalmente ao número de municípios de
676 cada estado, ao que a senhora Presidente ressaltou que a Comissão de Conselhos, que estava
677 tratando desse assunto, se reunisse nesse dia na hora do almoço ou no dia seguinte, na parte da
678 manhã ou na hora do almoço, para trazer para aprovação na Plenária até o dia seguinte à tarde.
679 Concluindo, a senhora Presidente deu como **Encaminhamento: data de 6 de março para indicativos**
680 **dos palestrantes; abrir a inscrição depois da Plenária de março; com início das inscrições no dia 13.**
681 Respeito à realização do Congresso CONGEMAS em Curitiba, a senhora Presidente encontrava que
682 o Conselho, não havia recebido nenhum convite oficial para participar desse Evento. O Conselheiro
683 Carlos lembrou que na Reunião de novembro foi discutida e deliberada pela Comissão de
684 Conselhos e aprovado nesse Pleno a criação de um GT para discutir processo eleitoral e
685 representatividade, o que não havia ocorrido, solicitando seu encaminhamento, com a senhora
686 Presidente solicitando resgate da Memória dessa Reunião. A Secretária Executiva observou que
687 talvez o entendimento tivesse sido equivocado, considerando que GT, dentro do Regimento, só
688 existia com paridade, instituído em Resolução entendendo que seria uma divisão de trabalho dentro
689 da Comissão. A Conselheira Tânia, concordando com o colocado, indagou se poderia levar essa
690 questão para a Comissão de Conselhos e dentro da Comissão apresentar a proposta no Plenário, de
691 GT ou esse encaminhamento. A Conselheira Margareth observou que o GT foi votado no Plenário,
692 com a indicação dos nomes dos membros da Sociedade Civil, faltando os nomes do governo, ao que
693 a senhora Presidente observou que iriam analisar e indicar os nomes para o GT.
694 **ENCERRAMENTO.** A Presidente interrompeu a Reunião para o almoço, solicitando o retorno de
695 todos os presentes às quatorze horas. Dando continuidade aos trabalhos da ordem do dia, a
696 Presidente solicitou à Secretária Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na
697 titularidade presentes: Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth Alves, Conselheira Edna,
698 Conselheira Valdete, Conselheiro João Carlos, Conselheiro Frederico, Conselheira Tânia Garib,
699 Conselheiro Samuel, Conselheiro Renato, Conselheira Rosa, Conselheiro Pasquini e Conselheiro
700 José Geraldo. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Josenir. A senhora Presidente, antes

701 de dar início ao relato do GT Transição Gerencial, destacou que gostaria de registrar nessa Plenária
702 os agradecimentos ao Grupo que conduziu esse trabalho, a Secretária Executiva, o Conselheiro
703 Pessinatti, a Conselheira Edna, em conjunto com a CONJUR, principalmente o Dr. Douglas,
704 estendendo os cumprimentos a todos os funcionários que trabalharam nesse processo. Que gostaria
705 de registrar também que durante a realização do Planejamento Estratégico foi recebido um
706 telefonema do Ministro Patruz Ananias cumprimentando o CNAS pelo trabalho que realizou
707 durante esse período. Prosseguindo, solicitou à Conselheira Edna que procedesse ao Relato, que era
708 um complemento daquele feito na Plenária anterior. A Secretária Executiva, dirigindo-se aos novos
709 Conselheiros, esclareceu que foi criado um GT para acompanhar a transição gerencial, da Medida
710 Provisória em relação às disposições transitórias, especificamente, sendo feito em dezembro com as
711 providências que deveriam ser desencadeadas, realizando-se agora, uma prestação de contas do que
712 havia sido feito até então. Prosseguindo, a Conselheira Edna relatou as Reuniões realizadas nos dias
713 13 e 27 de janeiro, com a participação de todos os componentes e os procedimentos adotados pelo
714 CNAS em relação ao artigo 36 da MP, que tratava das Concessões Originárias, explanando sobre
715 essa normatização e informando o total de processos e os procedimentos adotados sobre os mesmos,
716 assim como a existência de processos por localizar. A Secretária Executiva informou que três
717 desses processos apareciam inicialmente como “concessão originária”, mas como a Entidade já
718 tinha uma concessão originária, seria tratado como renovação. A Conselheira Edna informou sobre
719 as ordens de serviço editadas e os assuntos tratados, e cuja aprovação pelo Colegiado e análise pela
720 CONJUR, assim como o Relato da proposta do GT se encontravam no *site*. Relatou os Informes
721 sobre procedimentos adotados pelo CNAS respeito ao artigo 37 da Medida Provisória, explanando
722 sobre a capacitação da equipe de trabalho, discriminando as Resoluções publicadas e os processos
723 incluídos em cada uma delas, assim como esclarecendo sobre os despachos enquadrando o processo
724 no artigo correspondente da MP, com complementação pela Secretária Executiva. A Conselheira
725 Edna informou que os processos requisitados não voltavam ao CNAS, mas que estavam registrados
726 no Sistema indicando sua localização, com as informações sobre as decisões tomadas alimentando o
727 SICNAS, assim como as decisões sobre os processos de renovação, reconsideração e aqueles em
728 que a representação foi considerada prejudicada, conforme o despacho da Secretaria Executiva. A
729 Conselheira Edna, na sequência, passou para **Outros Informes**. Item três. Processos com
730 indicação dos Órgãos de Controle para terem o julgamento revisto, os quais foram encaminhados
731 aos respectivos Ministérios, de acordo com a área de atuação da Entidade. A Secretária Executiva
732 observou que alguns dos processos julgados e que seriam revistos, função que correspondia ao
733 Conselho, devendo ser pautada sua execução. Prosseguindo, a Conselheira Edna informou sobre o
734 encaminhamento pela Consultoria do MDS a pedido da Secretaria Executiva do CNAS, lista de
735 todos os processos de recursos e processos anexos que estavam naquela Consultoria Jurídica, assim
736 como identificou para quais Ministérios os mesmos foram encaminhados, com esclarecimentos
737 prestados pela Secretária Executiva. A Conselheira Edna relatou outros procedimentos tratados no
738 GT, que recomendava que no caso de não localização de algum processo, a situação deveria ser
739 comunicada à Secretaria Executiva do CNAS para procedimento e medidas cabíveis. Concluindo,
740 relatou: **Outras questões de encaminhamentos**. Processos de representação relativos à Fundação
741 Ferraz Egreja e Associação Olimpense de Promoção do Adolescente foram devolvidos à Secretaria
742 da Receita Federal da 8ª Região, São Paulo, conforme entendimento do GT, do Colegiado e
743 corroborado pelo Parecer 1765 da CONJUR/MDS, que dizia que todas as representações recebidas
744 após a Medida Provisória deveriam ser devolvidas ao representante para que esse fizesse o
745 encaminhamento ao Ministério devido. A senhora Presidente abriu para questionamentos, ao que o
746 Conselheiro João Carlos indagou o que havia provocado a liminar que determinou a suspensão do
747 Certificado da Associação Prudentina de Educação e Cultura, com a Conselheira Edna informando

748 haver sido solicitação do Ministério Público e INSS. O Conselheiro Clodoaldo indagou como ficava
749 o *site* diante da rejeição, ao que a Conselheira Edna informou que as perguntas e respostas eram
750 válidas enquanto vigesse a MP. A senhora Presidente recordou que na Reunião do dia seguinte, a
751 partir das 15h30min seria tratada a questão pós MP, ficando o assunto para discussão nessa
752 oportunidade. Após mais alguns questionamentos, o Conselheiro Geraldo expressou seus
753 agradecimentos e reconhecimento pelo trabalho realizado pela equipe do GT. Prosseguindo, a
754 senhora Presidente informou que seria distribuído aos Conselheiros o calendário sobre a realização
755 das Reuniões Descentralizadas durante o mês de março, para que pudessem agendar sua
756 participação nos eventos, passando para o **Relato da Comissão de Financiamento**, pelo
757 Conselheiro José Geraldo: “*MEMÓRIA DE REUNIÃO - NOME: Reunião da Comissão de*
758 *Financiamento da Assistência Social; LOCAL: CNAS; DATA: 17/2/2009. Conselheiros:*
759 *GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO; JOSE GERALDO FRANÇA DINIZ; Pe.*
760 *NIVALDO LUIZ PFSSINATTI; RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA; RENATO SAIDEL*
761 *COELHO; ROSA MARIA RUTHES. Ausências Justificadas: Edval Bernardino Campos; Patrícia*
762 *Souza de Marco; Tânia Mara Garib. Convidadas: Amanda Silva — Assessora/SNAS/MDS;*
763 *Duicelena Alves Vaz Martins — Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira da*
764 *Diretoria Executiva/DEFNAS/SNAS/MDS; Laura Campos - DEFNAS/SNAS/MDS. Apoio: Ana*
765 *Teresa Gomes; Guilherme; Maria das Mercês Avelino de Carvalho. **1.EXECUÇÃO***
766 **ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2008 - 1.1 Relatório de Execução Orçamentária e**
767 **Financeira do FNAS — exercício de 2008.** A Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e
768 Financeira da Diretoria Executiva do FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins, apresentou o Relatório
769 de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, apurado pelo regime de caixa, de janeiro a
770 dezembro de 2008, em anexo, encaminhando por meio do
771 memorando/FNAS/SNAS/MDS/nº14/2009, datado de 10/2/2009. Destacou-se: - Foram aprovados
772 créditos suplementares na ordem de 1,66% à dotação inicial aprovada; - A recomposição da PLOA
773 foi feita com o cancelamento de dotação das ações 2060 — Serviços Socioeducativos do PETI e
774 8664 - Bolsa do Agente Jovem; - A dotação aprovada para a execução das Despesas Obrigatórias
775 tem participação expressiva, representando 91,21%, do orçamento geral aprovado para o FNAS,
776 sendo executados 99,44%; - O orçamento aprovado para o financiamento das Despesas
777 Discricionárias (R\$ 1.505.130.993,00) representa aproximadamente 8,78% do orçamento total
778 aprovado para o FNAS, sendo empenhados 85,54% e pago 76%; - A parcela de dezembro de 2008,
779 referente às despesas discricionárias, não foi paga no exercício, estando em restos a pagar; - De
780 forma global, o término do exercício de 2008 apresentou uma execução orçamentária de 97,28%,
781 considerando que houve a aprovação de créditos suplementares não utilizados por insuficiência de
782 limite orçamentário. (Solicitou a permissão do Pleno para não ler a planilhas, atendo-se ao texto,
783 esclarecendo-se as dúvidas posteriormente, salvo se a Conselheira Margareth fizesse questão.) A
784 Comissão de Financiamento questionou sobre algumas ações que demonstraram um percentual de
785 execução abaixo de 70%, como Promoção da Inclusão Produtiva (4963), Estruturação da Rede de
786 Serviços de Proteção Social Básica (2530), Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e às
787 Famílias (2A65), Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial (2B31). Na ação
788 4963 — Promoção da Inclusão Produtiva os valores orçamentários para as emendas começaram a
789 ser executados a partir de novembro, observados os critérios de habilitação/cadastro dos projetos
790 apresentados pelos municípios. A ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial a indivíduos e
791 famílias em decorrência do processo de avaliação de critérios de co-financiamento e pactuação, na
792 CIT, ocorrida em maio de 2008, o início do co-financiamento dos serviços se deu no mês junho.
793 Para a execução dos recursos orçamentários e financeiros foi necessária a adesão dos municípios,
794 de acordo com a Portaria MDS nº. 222, de 30/6/2008, aprovada neste CNAS também no mês de

795 junho de 2008, que regulamentou os critérios de partilha dos referidos recursos. As ações 2B30 e
796 2B31 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básico e Estruturação da Rede de
797 Serviços de Proteção Social Especial o percentual de execução refere-se a empenho de projetos
798 decorrentes de emendas parlamentares. A inabilitação de convênios e o baixo limite orçamentário
799 disponibilizado acarretaram o percentual de execução de 65% e uma sobra expressiva de dotação.
800 No caso de emendas não houve limite adicional para execução das mesmas, a exemplo dos
801 Ministérios da Saúde e Educação. **1.2 Programa 1006 — Gestão da Política de**
802 **Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos de**
803 **Assistência Social - exercício de 2008.** A assessora da SNvAS, Amanda Silva, informou que foram
804 executados 95,41% do orçamento aprovado para a ação 8249 — Funcionamento dos Conselhos de
805 Assistência Social, com as seguintes despesas: - Diárias e Passagens (R\$960.945,42); -
806 Manutenção e Fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social via Pacto de Aprimoramento da
807 Gestão Estadual (R\$1.940.000,00); Serviço de Taquigrafia (R\$300.013,00); Intérprete de Libras
808 (R\$987,00); Material de consumo (R\$5.296,80). Dos recursos não empenhados (R\$152.284,78),
809 60% estavam classificados como investimento para aquisição de equipamentos para o CNAS, no
810 entanto o processo licitatório — modalidade pregão eletrônico somente foi finalizado neste
811 exercício e será pago com recursos de 2009. **Encaminhamentos:** Feitos os esclarecimentos a
812 Comissão sugere a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do
813 FNAS exercício 2008, conforme Resolução em anexo, destacando-se o alto percentual de execução
814 de 97,28%, com a orientação de se discutir com o MDS que a capacitação dos gestores municipais
815 em andamento dê ênfase aos procedimentos a serem adotados visando uma execução mais efetiva
816 da dotação orçamentária das ações com baixa execução, bem como a necessidade de permanente
817 gestão junto aos parlamentares quanto à possibilidade da execução ou não das emendas de
818 proposição dos mesmos. **2. Instrumental para o relatório da execução orçamentária e financeira**
819 **do FNAS.** A Comissão de Financiamento está de acordo com o modelo apresentado do relatório
820 com a planilha de dados e Nota Explicativa. Sugere que as áreas técnicas do CNAS e do FNAS
821 analisem o documento no sentido de aperfeiçoarem-no quanto: - As Notas Explicativas sejam mais
822 detalhadas no tocante ao orçamento não executado; - Qualificar Restos a Pagar em processados e
823 não processados; (Abriu um parênteses para explicar o último item, sobre restos a pagar
824 processados e não-processados). - Apresentar o valor da execução por região, dentre outras. **3.**
825 **Informes sobre o Orçamento 2009.** A assessora Amanda Silva, da SNAS/MDS, informou sobre as
826 alterações na proposta orçamentária da União para 2009, acréscimos e cancelamentos:

PLOA 2009	EMENDAS	CANCELAMENTO	LOA 2009
19.991.884.736	171.535.361	-347.926.158	19.815.311.939

827 Temos a destacar: Do total do PLOA 2009, R\$1.443.416.860,00, no que se refere às Despesas
828 Discricionárias, foram aprovados recursos na ordem de R\$1.266.844.063,00; No exercício de 2009
829 serão pagas 13 parcelas, sendo 1 parcela de Restos a Pagar, o que compromete o financeiro; O
830 Congresso Nacional autorizou a recomposição do PLOA 2009, no que se refere as despesas
831 correntes, por meio do cancelamento das emendas de bancada e de comissão, sendo emendas de
832 bancada no caso do MDS: R\$134.554.825,00 (Estruturação da Rede); emendas de comissão:
833 R\$2.000.000,00 (PAIF/CRAS); O MDS está em fase de negociação para a recomposição do PLOA
834 2009; Na ação 8249 — Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social foram cancelados, no
835 Congresso Nacional, recursos na ordem de R\$662. 169,00, do total de R\$3.684. 196,00 constantes
836 do PLOA 2009. Foi apresentada à Secretaria Executiva do MDS a necessidade adicional de
837 R\$.2.924.125,00 para esta ação, de forma a alcançar o valor da proposta original, tendo em vista a
838 realização do VII Conferência Nacional de Assistência Social. **4. PEC 233/2008 – Reforma**
839 **Tributária** A discussão da PEC 233/2008 — Reforma Tributária pautada na Comissão de

840 *Financiamento para o mês de março, inclusive com convidados, foi adiada para maio de 2009.*
841 *Esta é a Memória que vai por mim, Coordenador da Comissão de Financiamento, Conselheiro*
842 *José Geraldo França Diniz”. Após a apresentação da Memória, a senhora Presidente passou ao*
843 *primeiro item, de **Encaminhamento** “Feitos os esclarecimentos a Comissão sugere a aprovação do*
844 *Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS exercício 2008, colocando em*
845 *discussão e informando ser essa uma votação com voto qualificado”. A Conselheira Margareth,*
846 *referindo-se ao item 4, na PEC 233, indagou se essa discussão não poderia ser realizada no Pleno,*
847 *ao invés de na Comissão de Financiamento, ao que a senhora Presidente, observando que sua*
848 *pergunta estava registrada, sugeriu que fosse aprovado o primeiro item que tratava da*
849 *aprovação da execução orçamentária do exercício de 2008, para depois prosseguir com cada item*
850 *fazendo as aprovações. Na sequência, solicitou ao Conselheiro José Geraldo que procedesse à*
851 *leitura da Resolução, para colocar em votação: “Anexo I - MINISTÉRIO DO*
852 *DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME CONSELHO NACIONAL DE*
853 *ASSISTÊNCIA SOCIAL – Minuta - RESOLUÇÃO N.º, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009. O*
854 *Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos*
855 *dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e*
856 *XIV do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social*
857 *(LOAS), resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório Final da Execução orçamentária e Financeira do*
858 *Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2008, apresentado pela Diretoria*
859 *Executiva do FNAS (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério*
860 *do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução*
861 *entra em vigor na data de sua publicação”.* A senhora Presidente colocou em discussão, com o
862 Conselheiro Renato observando que algumas recomendações e orientações feitas não constavam na
863 Resolução, ao que o Conselheiro José Geraldo esclareceu que as orientações cabiam, não para
864 colocar em Resolução, mas para a Comissão de Financiamento acompanhar se elas estavam sendo
865 atendidas. O Conselheiro Edivaldo indagou se seria possível na próxima Resolução acrescentar o
866 que os números representavam em porcentagem, para dar uma noção maior do volume que foi
867 executado e do que deixou de ser executado, ao que o Conselheiro José Geraldo esclareceu que
868 esses percentuais se encontravam nas planilhas. A senhora Presidente solicitou conferência de
869 quorum pela Secretária Executiva, para proceder à votação, que procedeu à chamada dos
870 Conselheiros Titulares ou na titularidade. Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Renato Saidel,
871 Conselheira Margareth Alves, Conselheiro Geraldo, Conselheira Edna, Conselheira Valdete,
872 Conselheiro João Carlos, Conselheiro Frederico, Conselheira Tânia Garib, Conselheiro Samuel,
873 Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Rosa, Conselheiro Pessinatti e Conselheiro José Geraldo.
874 Prosseguindo, a senhora Presidente passou à votação da Resolução, conduzida pela Secretária
875 Executiva: Conselheiro Carlos: “*Eu vou me abster, mas quero justificar porque fiquei boa parte do*
876 *tempo fora da sala”*; Conselheiro Renato Saidel: “*Pela aprovação*”; Conselheira Margareth Alves:
877 “*Pela aprovação*”; Conselheiro Geraldo, ausente; Conselheira Edna: “*Pela aprovação*”;
878 Conselheira Valdete: “*Pela aprovação*”; Conselheiro João Carlos: “*Pela aprovação*”; Conselheiro
879 Frederico: “*Pela aprovação*”; Conselheira Tânia Garib: “*Pela aprovação*”; Conselheiro Samuel:
880 “*Pela aprovação*”; Conselheiro Renato de Paula: “*Pela aprovação*”; Conselheira Rosa: “*Pela*
881 *aprovação*”; Conselheiro Pessinatti: “*Pela aprovação*”; Conselheiro José Geraldo: “*Pela*
882 *aprovação*”. Computando os votos, a senhora Presidente informou haver doze votos pela aprovação
883 e uma abstenção, ficando aprovada a Resolução. O Conselheiro João Carlos indagou sobre o Item
884 1.2, com relação aos recursos recebidos pelo intérprete de libras, com o Conselheiro José Geraldo
885 informação que o valor indicado se devia a uma contratação esporádica para atender durante a posse
886 dos representantes da Sociedade Civil, sendo pago a uma empresa pelos serviços no período de uma

887 manhã. O Conselheiro João Carlos observou que os intérpretes que o acompanhavam, somente
888 recebiam traslado e uma pequena ajuda de custo, o que considerava pouco, ao que a Secretária
889 Executiva informou haver uma licitação em andamento para uma contratação permanente para
890 atender todos os eventos do CNAS. Prosseguindo, a senhora Presidente solicitou que o Conselheiro
891 José Geraldo atendesse o questionamento da Conselheira Margareth com relação ao item 4. O
892 Conselheiro José Geraldo observou que a idéia era debater o assunto na Comissão de
893 Financiamento e trazer o resultado para a Plenária, com convidados, ao que a Conselheira
894 Margareth destacou que esses convidados também poderiam estar na Plenária para esclarecimentos,
895 o que foi confirmado pelo Conselheiro José Geraldo. A senhora Presidente observou ser
896 interessante que esse assunto pudesse ser trazido à Plenária, passando ao **Relato da Comissão de**
897 **Política** pelo Conselheiro Frederico Jorge: “*MEMÓRIA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE*
898 *POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Data: 17 de fevereiro de 2009; Local: CNAS; Horário:*
899 *14h às 18h. Participantes: Carlos Eduardo Ferrari; Edivaldo da Silva Ramos; Frederico Jorge de*
900 *Souza Leite; João Carlos Carreira Alves; Margareth Alves Dallaruvera. Ausência justificada:*
901 *Renato Francisco dos Santos Paula; Samuel Rodrigues; Valdete de Barros Martins. Apoio: Vaniela*
902 *Munguba Cardoso; Maria Auxiliadora Pereira. I. GT CNAS/CONANDA - ORIENTAÇÕES*
903 *TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O*
904 *Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, integrante do CT CNAS/CONANDA informou que as*
905 *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, uma versão*
906 *preparada após o recebimento de contribuições da consulta pública realizada pelo CNAS e pelo*
907 *CONANDA, tem a finalidade de regulamentar a organização e a oferta de Serviços de Acolhimento*
908 *para Crianças e Adolescentes no âmbito da Política de Assistência Social. Trata-se de uma ação*
909 *prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e*
910 *Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Os serviços de acolhimento para crianças e*
911 *adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social*
912 *(SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos*
913 *do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Convivência Familiar e*
914 *Comunitária (PNCFC), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Norma Operacional*
915 *Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) e*
916 *no Projeto de Diretrizes da Nações Unidas sobre o Emprego e Condições Adequadas de Cuidados*
917 *Alternativos com Crianças. A versão pós-consulta pública do documento, elaborada pelo*
918 *Departamento de Proteção Social Especial da SNAS/MDS foi apresentada ao CNAS e ao*
919 *CONANDA para análise e aprimoramento e também foi encaminhada para todos os conselheiros*
920 *do CNAS em 22 de janeiro de 2009, para envio de contribuições. Considerando que o Grupo de*
921 *Trabalho, em reunião realizada nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2009, deu continuidade ao*
922 *trabalho realizado em sua última reunião, com o procedimento de leitura do documento, anotação*
923 *dos destaques, discussão e eventual reformulação do texto. Estavam presentes à reunião do GT*
924 *CNAS/CONANDA: o Conselheiro Frederico Leite, representando o CNAS, as técnicas do*
925 *Ministério da Saúde, Maria de Lourdes Magalhães e Alessandra Bandeira, que vieram a pedido da*
926 *Conselheira Lena Peres, impossibilitada de participar; as Conselheiras do CONANDA, Solange*
927 *Martins e Minam Santos; as Técnicas da SNAS/MDS, Ana Angélica Melo, Juliana Fernandes, que*
928 *está em processo de desligamento e Shirlene Brandão, que irá substituir a Ana Angélica; e Daniela*
929 *Munguba do CNAS. O Departamento de Proteção Social Especial da SNAS/MDS finalizará a*
930 *redação, diagramação e correção ortográfica do texto para apresentação ao Conselho Nacional de*
931 *Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cabe*
932 *ressaltar que o Calendário proposto anteriormente - de aprovação desse documento em dezembro*
933 *de 2008 - ficou prejudicado principalmente em função do maior tempo dado para o processo de*

934 consulta pública. Em breve será proposto ao CNAS e CONANDA um novo calendário para: -
935 Encaminhamento da versão consolidada do documento aos conselheiros nacionais do CONANDA e
936 do CNAS, para apreciação e considerações; - Reunião conjunta das Comissões de Política do
937 CONANDA e do CNAS para ajustes finais ao documento. - Apreciação do documento pelos
938 Conselheiros do CONANDA e do CNAS; Plenária Conjunta do CONANDA e do CNAS para
939 apreciação e aprovação do documento. **2. MOBILIZAÇÃO DE APOIO AO PL SUAS:** Em 2008,
940 após a discussão no CNAS do Projeto de Lei nº. 3.077/2008 — PL SUAS e a aprovação em
941 plenária nos dias 11 a 14 de agosto de 2008, de uma Nota em Defesa ao referido PL, o CNAS
942 iniciou um processo de coleta de assinaturas de apoio ao PL SUAS, via internet e também por
943 correios. Até o momento foram recebidas 857 assinaturas. Considerando a importância da
944 aprovação do PL SUAS e as propostas ao seu aprimoramento defendidas na Nota do CNAS em sua
945 defesa, a Comissão de Política propõe: **Encaminhamentos:**- Reunião de representantes do CNAS
946 com o Relator do PL; - Envio de ofícios aos CEAS, CAS/DF, CONGEMAS, FONSEAS e
947 FONACEAS, socilitando que os mesmos possam dar continuidade à coleta de assinaturas durante
948 as Reuniões Descentralizadas no âmbito dos Estados e do DF, no período de março e início de
949 abril e as Municipais, Estaduais e do DF; - Recomendar que os Conselhos Estaduais e do Distrito
950 Federal de Assistência Social façam gestão junto aos Deputados Federais dê seus Estados para o
951 apoio e defesa do PL SUAS, enfatizando sua importância para a consolidação do SUAS; -Propor
952 realização de audiências públicas para a discussão do PL. **3. INFORMES SOBRE**
953 **EXPEDIENTES ENCAMINHADOS À COORDENAÇÃO DE POLÍTICA.** a) Demanda recebida
954 do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, SP sobre a definição da Tipologia dos
955 serviços sócio-assistenciais. O CMAS de Franca, SP, solicita orientação sobre a definição da
956 tipologia de serviços da assistência social para fins de reorganização da rede conforme o Art. 30
957 da LOAS. As entidades que prestam serviços, abaixo relacionados, estão enquadradas na Política
958 de Assistência Social: - Comunidades Terapêuticas que atendem dependentes químicos; -
959 Distribuição de medicação à população empobrecida; - Terapias alternativas (distribuição de
960 medicamento homeopático, yoga, Reik, acompanhamento psicológico, grupo de auto-ajuda,
961 atendimento à população vítima de violência e transtornos psíquicos, síndrome do pânico,
962 depressão, TOC, entre outros); - Atendimento integral às crianças e adultos após alta hospitalar,
963 ainda convalescentes, e que por impedimento do grupo familiar, são atendidos em instituições
964 sociais; -atendimento às gestantes (orientação e fornecimento de enxoval); - atendimento
965 individualizado através de orientação e acolhimento por telefone em situação emergencial por
966 diferentes riscos como, por exemplo, tentativa de suicídio — Centro de Valorização da Vida —
967 CVV; - Atendimento voltado para o detento que participa de atividades produtivas na área de
968 calçados e cultivo de horta; - Centros Comunitários, Sociedades de Bairros, Associações de
969 Moradores que executam atividades pontuais de lazer, esporte, atividades ocupacionais e
970 distribuição de recursos materiais; - Entidades que prestam serviços a indivíduos com fissura
971 lábio-palatal, encaminhado para hospitais especializados; - Associações que trabalham com
972 deficientes mentais, físicos, auditivos, cerebrais, visuais, onde a presença de profissionais de saúde
973 é marcante (médico, terapeuta, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, entre outros). **Encaminhamentos:** -
974 Responder ao Conselho Municipal de Assistência Social de Franca informando que o CNAS está
975 aguardando o envio da tipificação dos serviços socioassistenciais do SUAS pela SNAS para
976 apreciação e aprovação do CNAS; - Encaminhar MEMO para a SNAS, com a cópia da demanda
977 recebida do CMAS de Franca. **b) Recebimento de livros:** - **“Programa Ação Família — viver em**
978 **comunidade”, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo —**
979 **SMADS, lançado no dia 15 de dezembro.** O livro aborda diversos assuntos como a trajetória do
980 Programa e a metodologia do trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social do

981 *município de São Paulo. Destaca também os resultados obtidos por meio de relatos profissionais*
982 *do Programa e das famílias atendidas e ainda expõe as estratégias inovadoras para atender essas*
983 *famílias em seus territórios e comunidades — que materializa a política social em ações de*
984 *desenvolvimento social, investe no atendimento domiciliar e no acompanhamento socioeducativo e,*
985 *acima de tudo, aposta na força transformadora da intersectoralidade. - “Refúgio, Migrações e*
986 *Cidadania — Caderno de Debates 3 — Novembro de 2008, do Instituto Migrações e Direitos*
987 *Humanos. Os textos trazem, no ano em que se comemora os 60 anos da Declaração Universal dos*
988 *Direitos Humanos, uma reflexão sobre a importância do respeito a esses direitos e o papel que*
989 *cada um de nós tem para que tais direitos se tornem realmente universais, ajudando o mundo a*
990 *caminhar em Direção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. - “Das ruas à rede”, que dá*
991 *início à Coleção COEP Cidadania em Rede. Conta a trajetória da mobilização social no Brasil*
992 *nos últimos 15 anos, o qual também serviu de base para a elaboração de um vídeo de mesmo teor*
993 *que estará disponível no site da COEP TeVê —, a partir do início de março. Foi lançada, também,*
994 *uma versão do livro na internet, que possibilita a interação com o leitor, permitindo que novas*
995 *reflexões e conteúdos sejam incorporados — acesso pelo site:*
996 www.coeptbrasil.org.br/cidadaniaemrede. - “Caminhos para a Municipalização do Atendimento
997 *Sócio-educativo em Meio Aberto - Liberdade Assistida e prestação de serviços à comunidade”.*
998 *Esta publicação resulta de um projeto de pesquisa e avaliação realizado no âmbito do Programa*
999 *Gestão Pública Municipal e Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal*
1000 *- IBAM junto a iniciativas de atendimento socioeducativo em meio aberto — Liberdade assistida e*
1001 *prestação de serviços à comunidade — a adolescentes autores de ato infracional geridos por*
1002 *governos locais. Nesse projeto foram avaliadas 13 experiências de atendimento socioeducativo nos*
1003 *aspectos relacionados à estruturação e ao funcionamento, no período compreendido entre 2002 e*
1004 *2005. Encaminhamentos: - Os Conselheiros da Comissão de Política, Carlos Ferrari, Edivaldo*
1005 *Ramos e João Carlos, prepararão informações técnicas para orientar a Secretaria Executiva do*
1006 *CNAS no procedimento de solicitação às instituições que encaminharerr livros ao CNAS, de cópias*
1007 *dos mesmos em meio eletrônico e auditivo e visual, visando facilitar o acesso às informações por*
1008 *todos Conselheiros com deficiências.”. Encaminhamento. A senhora Presidente indagou se havia*
1009 algum questionamento com relação ao item 1, sendo considerado o encaminhamento proposto pela
1010 Comissão. Item dois, “Mobilização para o PL SUAS”, observou que estava sendo proposta uma
1011 reunião de representantes do CNAS com o relator do PL, Sr. Raimundo Matos, indagando quando
1012 seria e quem viria. O Conselheiro Frederico observou que a proposta havia sido trazida na
1013 perspectiva de marcar com o maior número de participantes, havendo uma urgente necessidade de
1014 apoio ao PL. A Secretária Executiva destacou que seu questionamento era justamente sobre o
1015 agendamento de alguma data para poder fazer essa articulação e marcar essa conversa, indagando se
1016 a discussão do PL seria na Câmara pelo Relator. O Conselheiro Frederico Jorge informou que o
1017 próprio Relator via essa possibilidade de audiência. A senhora Presidente, destacando a necessidade
1018 de mobilização dos atores que tinham uma relação com a Política de Assistência Social, para
1019 aprovação desse PL, com a Comissão apresentando algumas estratégias para que o Conselho
1020 pudesse levar esse assunto como prioridade. Destacou, como Encaminhamento: que o assunto
1021 fosse pautado nas Reuniões Descentralizadas, com todos os Conselheiros representantes do CNAS,
1022 pudessem destacar em suas falas a urgência e necessidade de ser aprovado o PL SUAS. Sugeriu que
1023 a Reunião dos Representantes do Conselho e com o Relator do PL acontecesse em março, se
1024 possível até durante a Plenária, onde estariam presente todos os Conselheiros, podendo um grupo
1025 maior ir até a Câmara. Como não foi registrada mais nenhuma inscrição propôs a aprovação, com
1026 *leitura da recomendação. O Conselheiro Frederico procedeu à leitura, para incorporar no nível de*
1027 *encaminhamento, “Pautar o tema nas Reuniões Descentralizadas que os Conselheiros do CNAS*

1028 *possam destacar a urgência da aprovação do PL SUAS*". A senhora Presidente, indagando se todos
1029 estavam de acordo com esta proposta de encaminhamento, deu por aprovado o item. Em seguida,
1030 passou para o Item três, observando que não se poderia, de imediato, responder o que não era
1031 Assistência Social, relatando os pontos destacados, mas esclarecendo que não estava invalidando a
1032 proposta de encaminhamento que era aguardar o envio da tipificação dos serviços sócio-
1033 assistenciais pela SNAS. O Conselheiro Renato de Paula destacou ser essa uma oportunidade ímpar
1034 para tratar o assunto pedagogicamente, concordando com as colocações da senhora Presidente e
1035 observando que já se poderia passar algumas informações aos Conselhos Municipais e orientar a
1036 leitura e o debate do Decreto 6308. Citando os itens arrolados, ressaltou o que era de competência
1037 dos Conselhos Municipais, segundo os artigos 21 e 22 da LOAS, dos quais deveriam fazer a
1038 discussão sobre a regulação, lembrando haver uma Resolução e um Decreto falando dos Benefícios
1039 Eventuais. A Conselheira Tânia dcomputou como importante essa discussão e que recomendava
1040 que se procurasse o órgão gestor da Assistência para conhecer o documento prévio sobre tipificação
1041 que em breve seria também encaminhado ao CNAS para aprovação, informando que já esta no *site*
1042 de sua Secretaria e solicitando sugestões sobre o assunto. O Conselheiro Renato informou que esse
1043 ofício havia sido encaminhado para o Conselho Estadual em São Paulo e que já haviam
1044 encaminhado uma resposta semelhante, informando principalmente as legislações pertinentes para
1045 atender às dúvidas e questionamentos. A senhora Presidente ressaltou ser importante que essa
1046 demanda chegasse ao Conselho, por ser o momento de discussão e inscrição das Entidades nos
1047 Conselhos de Assistência Social, primeiramente, por força da MP e depois por ter que regulamentar
1048 a questão do vínculo SUAS, do Cadastro. Que tudo coincidia e convergia para o debate desse tema
1049 da tipificação, pois com o encaminhamento que a própria Comissão propunha de demandar mais
1050 uma vez à Secretaria Nacional para orientar os Conselhos de Assistência Social, sendo primordial a
1051 realização desse debate no Conselho, em Plenária. Prosseguindo, deu como **Encaminhamento** dois
1052 itens "Responder ao Conselho informando que o CNAS estava aguardando o envio da tipificação",
1053 mas também, como o Conselheiro Renato havia proposto, chamar atenção para os regulamentos
1054 existentes, que eram os dois Decretos e as Resoluções e também a Política e a NOB, bem como
1055 chamar o Gestor para consulta pelo Conselho, conforme sugerido pela Conselheira Tânia. O
1056 Conselheiro Renato de Paula observou que os encaminhamentos feitos deixavam bem claro que as
1057 orientações que estavam sendo feitas nãoa seriam em prejuízo da intersetorialidade que a
1058 Assistência devia construir com as outras Políticas. O Conselheiro Carlos Eduardo externou sua
1059 preocupação de como esse assunto ficaria na prática no entendimento do Conselho Municipal, ao
1060 que a senhora Presidente observou que quando chegasse a tipificação ao Conselho haveriam debates
1061 sobre o tema. Prosseguindo, citou o último Item, de recebimento de livros, com um
1062 encaminhamento: "Os Conselheiros da Comissão de Política, Carlos Ferrari, Edivaldo Ramos e
1063 João Carlos, prepararão informações técnicas para orientar a Secretaria Executiva do CNAS no
1064 procedimento". O Conselheiro Carlos Eduardo informou como seria o procedimento, com o
1065 Conselho contribuído para estimular a produção de livros de forma acessível Não havendo mais
1066 nenhum questionamento a senhora Presidente considerou aprovado o Item. Ato contínuo, passou ao
1067 Relato da Comissão de Normas pela Conselheira Edna: *"COMISSÃO DE NORMAS DO CNAS -*
1068 *MEMÓRIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2009 - Data: 05 de fevereiro*
1069 *de 2009. Horário: 10 h30m às 13h00 e das 14h00 às 15h00. Local: Brasília/DF — CNAS.*
1070 ***Conselheiros titulares ou na titularidade presentes:** Edna Aparecida Alegro; Daniel Pitangueira*
1071 *Avelino; Maria Dolores de Cunha Pinto; Waldir Pereira. **Ausência justificada de Conselheiros:***
1072 *Antônio Celso Pasquini; Clodoaldo de Lima Leite; Josenir Teixeira; Mizael Conrado de Oliveira.*
1073 ***Apoio:** Christianne; Cláudia Sabóia . **Pauta:** Verificação dos processos que necessitam de*
1074 *retificações a serem publicadas no Diário Oficial da União. Informou o número de processos*

1075 *analisados pela Coordenação de Normas, pelo Serviço de Publicação, reponsável pela publicação*
1076 *e identificando os motivos das retificação, tudo documentado e constando do processo, com os*
1077 *seguintes entendimento: 2) Com relação ao processo do Centro Espírita Lar Dos Humildes –*
1078 *Fortaleza. Como era um pedido de Registro e Certificado, observado o julgamento foi indeferido o*
1079 *Registro. Então a Comissão de Normas decidiu pelo arquivamento do pedido de concessão, uma*
1080 *vez que o Registro é essencial ao pedido de concessão, ficando o pedido de Registro indeferido,*
1081 *logo o pedido de concessão fica prejudicado. E Comissão de Normas indicou o arquivamento do*
1082 *processo na parte reativa ao pedido de Certificado; 3) Com relação ao processo do Centro De*
1083 *Formação São José de Santo Angelo-RS. Foi publicado como indeferimento, e nesta publicação de*
1084 *indeferimento, como a gente lembra bem, está mais suscinto o relato, na publicação de*
1085 *indeferimento não constaram nem os motivos do indeferimento. Só que foi verificado e na*
1086 *realidade o processo foi objeto de pedido de vista e não de indeferimento. O julgamento não*
1087 *ocorreu, não aconteceu. Então houve uma retificação, exatamente dizendo isto, que em virtude do*
1088 *pedido de vista aquele processo era excluído da Resolução de indeferimento. Só que no dia*
1089 *seguinte, ato contínuo, alguém percebeu que quando foi publicad o indeferimento, que não deveria*
1090 *ter sido, faltaram os motivos. Então publicaram os motivos do indeferimento quando na realidade*
1091 *não houve julgamento. Então é só tornar sem efeito esta retificação que incluía os motivos do*
1092 *indeferimento porque não foi julgado o processo; 4) Com relação ao processo da Associação de*
1093 *Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio do Ratos/RS a Comissão analisou tudo o que estava*
1094 *sendo proposto. Este processo, inclusive, já passou pela Consultoria Jurídica e a Comissão de*
1095 *Normas elaborou um despacho, juntou um despacho ao processo que está aí com as considerações*
1096 *que havia. Porque no processo existiam notícias de que este entidade tinha sido publicada, tinha*
1097 *sido objeto de publicação por duas vezes. E verificamos todas as Resoluções e ela nunca foi*
1098 *publicada. Ela nunca entrou em pauta. Ela nem sequer tinha um Conselheiro relator. Então como*
1099 *em alguns momentos, inclusive a própria Consultoria Jurídica dizia que tinha que tornar*
1100 *inexistente, inválida a Resolução que em outro momento dizia que tinha sido publicada esta*
1101 *entidade. Primeiro não pode insubsistente a Resolução porque ela diz várias, ddiversas entidades,*
1102 *seria só com efeito a esta, só que esta entidade não está constando naquelas Resoluções. Então não*
1103 *tem que tomar atitude nenhuma com relação às Resoluções. Então não dá para declarar a*
1104 *inexistência, conforme foi recomendado. E também indicamos que esta entidade, este processo*
1105 *deveria ser incluído na puata de julgamento. Com a Medida Provisória, isto foi anterior à Medida*
1106 *Provisória, este também foi abarcado pela Medida Provisória e foi, inclusive, incluído na*
1107 *Resolução resgatada; 5) Outro processo que foi analisado foi o Instituto de Difusão Espírita de*
1108 *Araras/SP. Este processo naquele momento tivemos alguns entendimentos, mas consideramos que*
1109 *seria melhor tratar dele novamente em outra reunião da Comissão, o que ocorreu na reunião de*
1110 *hoje.” Concluindo, observou que todas as retificações e outros dados constavam nos respectivos*
1111 *processos. Prosseguindo, o Conselheiro Pessinattit passou à Memória da Reunião Ordinária pela*
1112 *Conselheira Edna: “MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2009 - Data: 17*
1113 *de fevereiro de 2009. Horário: 17:00 às 19h30min. Local: Brasília/DF — CNAS. **Conselheiros***
1114 ***titulares ou na titularidade presentes:** Edna Aparecida Alegro; Daniel Pitangueira Avelino; Maria*
1115 *Dolores de Cunha Pinto; Clodoaldo de Lima Leite. **Ausência justificada dos Conselheiros:***
1116 *Antônio Celso Pasquini; Josenir Teixeira; Waldir Pereira; **Apoio:** Christianne; Dialuana; Cláudia*
1117 *Sabóia; Breno. **Pauta:** Inicialmente foi realizada a conferência do quorum. Constatado haver*
1118 *número suficiente de Conselheiros, foi lida a Pauta e dado início à Reunião. **1. Informes da***
1119 ***Reunião Extraordinária da Comissão de Normas ocorrida em 05 de fevereiro de 2009.** Foi*
1120 *passada a informação de todas estas retificações e de como havia sido feito o trabalho no dia 5 de*
1121 *fevereiro, sendo que apenas o processo do Instituto de Difusão Espírita de Araras ficou para ser*

1122 *discutido nesta reunião.* Esclareceu que esse processo foi publicado na Pauta de julgamento, sendo
1123 julgado e a Nora Técnica foi pelo indeferimento, na degravação do julgamento foi mantido o
1124 indeferimento e relatando todos os procedimentos tomados e o envio do Certificado à Entidade, o
1125 quid foi questionado e anulado, solicitando sua devolução para a Entidade e aperçu de toda a situação.

1126 **2. *Apreciação do Parecer CJ/MDS no 1754/2008, que trata sobre a atribuição para a***
1127 ***manifestação do Conselho Nacional de Assistência Social sobre a isenção de Imposto de***
1128 ***Importação.*** A Comissão de Normas entendeu que seria mais apropriado deixar esse assunto
1129 pautado na próxima reunião, considerando que o Parecer ainda não havia chegado, ao que a
1130 Secretária Executiva solicitou auxílio ao Dr. Douglas nesse assunto. **3. *Apresentação de novas***
1131 ***propostas de redação para a minuta de Resolução que trata das denúncias recebidas neste***
1132 ***Conselho (Parecer n.º 1574/2008 — rito de procedimento e tratamento das denúncias recebidas***
1133 ***no CNAS).*** Observou que o assunto foi pauta da Reunião Conjunta entre Comissão de Normas e
1134 Comissão de Conselhos. **4. *Discussão sobre os Processos de Reconsideração que foram julgados***
1135 ***nas Câmaras de Julgamento indevidamente.*** Encaminhamento: revisão do julgamento e decisão na
1136 Plenária, é que eles sejam revistos, tenham o julgamento revisto para que o rito seja o correto, seja
1137 decidido na Plenária, sendo publicados na Pauta da próxima reunião para serem julgados. **5.**
1138 ***Discussão sobre o procedimento mais adequado com relação às inscrições das entidades nos***
1139 ***Conselhos Municipais de Assistência Social e no CAS/DF (regulamentação do art. 3º da LOAS)***
1140 ***— Resolução n.º 096/2008 que altera a Resolução CNAS 191 de 2005, que dispõe sobre a***
1141 ***orientação para regulação do art. 3 da LOAS.*** Informou haver uma proposta de Resolução em
1142 anexo apenas voltando o inciso I e II ao que era o texto da 191. Prosseguindo, a Conselheira Edna
1143 procedeu à leitura da Resolução: “*Considerando que a Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro*
1144 *de 2009, rejeitou a Medida Provisória n.º 446, de 07 de novembro de 2008, publicada no DOU de*
1145 *10 de novembro de 2008; RESOLVE:* Art. 1º *Alterar os incisos I e II no Anexo I da Resolução*
1146 *CNAS no 191, de 10 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 17 de*
1147 *novembro de 2005, modificados pela Resolução CNAS n.º. 96, de 11 de dezembro de 2008, os quais*
1148 *passam a vigorar com a seguinte redação: (Observou ser essa a redação exata que tinha a 191*
1149 *antes da Medida Provisória) Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”. O*
1150 *Conselheiro Renato Saidel sugeriu ao invés de “possam”, colocar “podem” no inciso II: “as*
1151 *entidades que não se enquadram na regulamentação do art. 3º da LOAS possam se registrar”.*
1152 *“podem se registrar e pleitear”. Prosseguindo, a Conselheira Edna procedeu à leitura do: último*
1153 *item: “6. Sorteio para relatoria dos processos de importação: Foram sorteados, conforme planilha*
1154 *anexa, cinco processos, 4 de manifestação de importação e um de reconsideração. Casa do*
1155 *Menor São Miguel Arcanjo de Nova Iguaçu, RJ, a relatora sorteada foi a Conselheira Ieda.*
1156 *Processo relativo à Obra Kolping do Brasil de São Paulo, SP, Conselheiro sorteado, José Geraldo.*
1157 *Processo relativo à Obra Kolping do Brasil de São Paulo, SP, Conselheiro sorteado, Frederico.*
1158 *Outro processo relativo à Obra Kolping do Brasil de São Paulo, SP, Conselheira sorteada,*
1159 *Patrícia. Sociedade Quixadense de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, de Quixadá,*
1160 *Ceará era da relatoria do Conselheiro Mizael, então a reconsideração continua com ele.* A senhora
1161 Presidente indagou se havia algum questionamento com relação à Reunião Ordinária, sobre o
1162 encaminhamento proposto pela Comissão ao Item 1, relativo à Instituição de Difusão Espírita de
1163 Araras, São Paulo. O Conselheiro José Geraldo indagou se o voto do Relator não havia sido
1164 encontrado, ao que a Conselheira Edna informou não constar no processo, mas constando a Pauta, a
1165 inclusão em Pauta, a Resolução de inclusão em Pauta, a degravação do julgamento, o voto dos
1166 Conselheiros, tendo todos os trâmites, inclusive a cópia da Resolução publicada no diário oficial
1167 com o indeferimento, faltando apenas a folha com o voto. A senhora Presidente ressaltou que essa
1168 situação exigia uma investigação cuidadosa do Conselho e com certeza a Instituição estaria

acompanhando todo o processo, a qual estava sendo notificada, conforme informado pela Conselheira Edna. Continuando, a senhora Presidente indagou se estavam esclarecidos os encaminhamentos com relação a esse ponto, informando que o ponto dois, que tratava da atribuição para manifestação do Conselho sobre a isenção de importação havia sido transferido para maio, considerando não haver Reunião em março e abril, e o ponto três seria discutido na parte da manhã do dia seguinte. A Conselheira Edna esclareceu que seria apenas a leitura do Parecer, que vinha dizer exatamente o que a lei dizia que cabia ao Conselho essa manifestação; ponto quatro, Discussão sobre os processos de reconsideração, que foram julgados nas Câmaras de Julgamento indevidamente, com a proposta de encaminhamento que encontrava clara, com esses três itens constando da Pauta, além dos outros três na pauta de março e com os mesmos relatores originais. A senhora Presidente destacou o item cinco, que tratava da Resolução que foi lida e com uma sugestão de redação, sendo colocada em apreciação essa Resolução, chamando os votos dos Conselheiros, sem necessidade de quorum qualificado. Indagando se todos estavam esclarecidos com relação à Resolução que tratava da questão da alteração que anteriormente era a Resolução 191, que havia sido a Resolução nº 96 e se estava retomando a validade da Resolução 191. A Conselheira Edna esclareceu que deveria permanecer a palavra “possam”, porque dizia que era uma recomendação para o MDS no sentido de que “*as entidades que não se enquadram na regulamentação do artigo 3 da LOAS possam se registram*”. A Secretária Executiva passou à votação: Conselheiro Carlos: “pela aprovação”; Conselheiro Renato Saidel: “pela aprovação”; Conselheira Margareth Alves: “pela aprovação”; Conselheiro Geraldo: “pela aprovação”; Conselheira Edna: “pela aprovação”; Conselheira Valdete: “pela aprovação”; Conselheiro João Carlos: “*me abstenho*”; Conselheiro Frederico: “pela aprovação”; Conselheira Tânia: “pela aprovação”; Conselheira Dolores: “pela aprovação”; Conselheiro Renato de Paula: “pela aprovação”; Conselheira Rosa: “pela aprovação”; Conselheiro Pessinatti: “aprovção”; Conselheiro José Geraldo: “pela aprovação”. A senhora Presidente computou os votos, sendo 14 votos pela aprovação e uma abstenção. A Secretária Executiva justificou a ausência do Conselheiro Edval, por problemas de saúde. A Conselheira Edna informou que os processos de reconsideração que estariam na Pauta eram: Inspeção Nossa Senhora da Penha, relatoria do Waldir Pereira; Cáritas Brasileira, de relatoria do Conselheiro Frederico; e, outro processo da Cáritas Brasileira, relatoria da Conselheira Rose Mary de Oliveira. A senhora Presidente solicitou que os relatores ausentes fossem informados, dando por concluído o Relato da Comissão de Normas, passando à organização das Câmaras de Julgamento. Observando que o julgamento da Plenária era rápido, solicitou à Relatora, Conselheira Tânia que procedesse à leitura: “*Processo 71000.2906/2007-72 e processo 71010.008402/2008-47, de reconsideração. Assunto: reconsideração de importação; Requerente: Lar esperança de Porto Alegre, cujo CNPJ é 92.965.417/0001-07. A área de atuação: Assistência social. Endereço: Rua Deodoro 250l, Bairro Mário Quintana, cidade Porto Alegre, estado Rio Grande do Sul. Relatório. Trata-se de pedido de reconsideração sobre a manifestação sobre a natureza do bem a ser importado e a habilitação da entidade. Protocolado em 16/10/2008, dentro do prazo estabelecido pela Resolução 062/2008, de 10/09/2008, publicada no Diário Oficial da União em 18/09/2008, concedendo prazo de 30 dias a contar do recebimento do AR para ingresso deste pedido. Os bens recebidos são procedentes da Suécia, doados pela organização ‘Umannbritch’. Estimativa de peso de 7564 quilos e valor financeiro estimado em 2344,84 dólares americanos, conforme carta de doação datada em 1/10/2007 e requerimento. Documentos constante às fls. 16 e 04, respectivamente, do processo original. Relação dos bens a serem recebidos como doação: 1910 quilos de roupas de inverno e 5654 quilos de roupas usadas e sapatos. O processo foi indeferido de acordo com a Resolução 62/2008 pelo seguinte motivo: parágrafo único do art. 3º da Resolução 173/2005: não apresentou na declaração a destinação dos bens e indicação de nome e endereço dos estabelecimentos*

1216 mantidos que receberão os bens importados. A entidade ingressou com o pedido de reconsideração
1217 do indeferimento dentro do prazo estabelecido pelo artigo 45 da Resolução 53, de 31 de julho de
1218 2008, publicada no Diário Oficial da União em 12/08/2008, que trata do Regimento Interno do
1219 CNAS, conforme consulta feita no SICNAS, folha 08. O ofício 298/08 Spublic, comunicando
1220 indeferimento foi expedido em 1/10/2008 e o pedido de reconsideração foi protocolizado em
1221 16/10/2008. Não houve devolução do AR até a data de expedição deste Parecer Técnico. É o
1222 relatório. Fundamentação. A entidade apresentou o pedido de reconsideração. Requerimento
1223 solicitação a reconsideração do indeferimento, folha. 2. Reconsideração contendo nome e endereço
1224 das três unidades mantidas pela entidade: Clínica Esperança de Amparo à Criança, Rua Deodoro,
1225 255, Mário Quintana, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, abriga 38 crianças portadoras do HIV.
1226 Asilo Gustavo Norklum, Rua 19 de fevereiro, 426, Rubem Berta, Porto Alegre, Rio Grande do Sul,
1227 atende a 110 idosos. Lar Esperança de Porto Alegre, Rua Deodoro 250, bairro Mário Quintana,
1228 atende a 150 crianças e adolescentes em situação de risco. Parecer de enquadramento. A entidade
1229 se enquadra como de assistência social, tendo correlação entre o produto a ser importado com a
1230 política de assistência social. Os bens serão utilizados pela própria entidade no atendimento às
1231 crianças e adolescentes de 2 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social, idosos e crianças
1232 portadoras do vírus HIV, conforme já citado. Conclusão: com base na análise dos documentos, já
1233 publica a conclusão ou tem discussão? Com base na análise dos documentos apresentados nos
1234 autos conclui-se que se trata de entidade de assistência social e natureza do bem a ser importado,
1235 bem como seu destino está de acordo com a legislação em vigor. Por esta razão o Serviço de
1236 Registro e Certificado sugere ao Colegiado o deferimento do pedido de reconsideração
1237 apresentado pela entidade Lar esperança de Porto Alegre, por esta atender aos requisitos previstos
1238 na lei 4917/1965, artigo 3º da lei 8742/93, Resolução CNAS 173/2005 e Resolução 53 Regimento
1239 Interno do CNAS”. Em não havendo discussão, a senhora Presidente passou para o processo de
1240 votação, conduzido pela Secretária Executiva: Conselheiro Carlos Eduardo: “voto com a relatora”;
1241 Conselheiro Renato Saidel: “com a relatora”; Conselheira Margareth Alves: “com a relatora”;
1242 Conselheiro Geraldo: “com a relatora”; Conselheira Edna: “com a relatora”; Conselheira Valdete:
1243 “com a relatora”; Conselheiro João Carlos: “com a relatora”; Conselheiro Frederico: “com a
1244 relatora”; Conselheira Maria Dolores: “com a relatora”; Conselheiro Renato de Paula: “com a
1245 relatora”; Conselheiro Pessinatti: “com a relatora”; Conselheiro José Geraldo: “abstenção por
1246 ausência durante a relatoria”; Conselheira Rose: “com a relatora”; Conselheira Rosa: “com a
1247 relatora”. A senhora Presidente computou 14 votos favoráveis e uma abstenção.
1248 **ENCERRAMENTO.** Considerando encerrados os trabalhos do dia, a senhora Presidente passou a
1249 palavra para a Secretária Executiva para a distribuição nas Câmaras de Julgamento que informou
1250 que os integrantes da Câmara nº 1 se reuniriam na sala 102, os quais eram: FONSEAS;
1251 Conselheiros Margareth Alves e Edivaldo; Conselheiros Carlos Ferrari e Marisa; Conselheiros
1252 Pessinatti e Pasquini; Conselheiras Karla e Lena; Conselheiros Renato de Paula e Patrícia; Câmara
1253 nº 2, que funcionaria na sala 111: Conselheiros José Geraldo e Débora; Conselheiros Edna e
1254 Maurício. Conselheiros do CONGEMAS. Conselheiros Waldir e Rosa; Conselheiros Geraldo e
1255 Edval; Conselheiros Mizael e João Carlos; Câmara nº 3, que funcionaria no próprio lugar da
1256 Reunião: Conselheiros do MEC, Conselheira Rose, da Previdência e o Conselheiro Lúcio,
1257 Conselheira Valdete, Conselheira Dolores, Conselheiros Frederico e Josenir e os Conselheiros
1258 Renato Saidel e Conselheiro Clodoaldo. **ABERTURA.** Aos dezenove dias do mes de fevereiro de
1259 dois mil e nove, estiveram reunidos os Conselheiros para dar prosseguimento ao segundo dia de
1260 Reunião do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Iniciando os trabalhos a senhora
1261 Presidente solicitou à Secretária Executiva a conferência de quorum: Conselheiros Titulares ou na
1262 titularidade presentes: Conselheira Marisa, Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth

1263 Alves, Conselheiro Geraldo, Conselheira Valdete, Conselheiro Mizael, Conselheiro Frederico,
1264 Conselheira Tânia Garib, Conselheiro Renato, Conselheira Rosa, Conselheiro Pessinatti e
1265 Conselheira Dolores. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Pasquini e Conselheiro
1266 Josenir. Prosseguindo a senhora Presidente informou a **Pauta: 9:00 às 10h:30min:** Relato da
1267 Presidência Ampliada; **10:30 às 11h:30minh:** Relato **Conjunto das Comissões de Política e**
1268 **Conselhos: Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados; 11:30 às 12h30min:** Relato
1269 Conjunto das Comissões de Normas e de Conselhos: Regulação de denúncias recebidas no CNAS.
1270 **14:00 às 15:00h:** Implementação das Ações de Vigilância Social: Levantamento Nacional de
1271 Abrigos e Crianças e Adolescentes Abrigados, **15:00 às 16h30min:** MP 446, com os Ministérios
1272 que foram convidados e após isto um debate sobre a conjuntura dos PLs em tramitação na Câmara
1273 Federal. Em seguida, a senhora Presidente solicitou ao Conselheiro Pessinatti que fizesse o Relato
1274 da Presidência Ampliada: *Reunião ocorreu de 17:00 a 19:00h, indo até cerca de 22:00h, e no dia*
1275 *seguinte no horário do almoço. Conselheiro e Conselheiras presentes: Valdete de Barros Martins*
1276 *- Presidente, Nivaldo Luiz Pessinatti, Frederico Jorge de Souza Leite – Coordenador de Política,*
1277 *Margareth Alves – Coordenadora de Conselhos, Edna Aparecida – Coordenadora de Normas e*
1278 *José Geraldo França Diniz – Coordenador de Financiamento. Apoio: Cláudia Sabóia e Liliane das*
1279 *Neves. Primeiro: Convite do Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista/BA,*
1280 *para o 1º Congresso Regional de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes, solicitando a*
1281 *indicação de um palestrante para tratar do tema Filantropia OSCIP: Financiamento, Gestão e*
1282 *Controle, no dia 14 de março de 2009, naquele município. A Presidência Ampliada sugeriu que a*
1283 *Plenária indicasse um representante para o evento. Verificou-se as opções de vôo para aquele*
1284 *município e para Ilhéus com saída de Brasília e São Paulo no dia 13 e no dia 14. Segundo: Convite*
1285 *para participar da mesa de abertura do 1º Encontro Estadual de Gestores Municipais da*
1286 *Assistência Social em Belém/PA, com a Presidência Ampliada propondo consulta à Secretaria*
1287 *Nacional de Assistência Social para a participação de um representante na mesa de abertura, que*
1288 *ocorreria no 19 de fevereiro, e também deliberou o encaminhamento de ofício à Secretaria de*
1289 *Estado cumprimentando pelo evento. Terceiro: Convite para eleição de Entidades não-*
1290 *governamentais no Conselho Municipal de Belém, Pará. Gestão 2009-2010, com a solicitação de*
1291 *presença de um Conselheiro para esclarecer dúvidas sobre a MP 446/2008 no que se referia à*
1292 *inscrição de Entidades de Saúde e Educação no Conselho Municipal no dia 4 de março de 2009,*
1293 *ocasião em que estará realizando eleição das entidades não-governamentais naquele Conselho. Foi*
1294 *deliberado que a Coordenadora de Conselhos do CNAS, Liliane das Neves fará contato com o*
1295 *Conselho para verificar qual a real demanda daquele Conselho para informar sobre a atual*
1296 *situação da inscrição de entidades no Conselho Municipal após a rejeição da 446. Quatro:*
1297 *Participação dos Conselheiros do CNAS em Reuniões Descentralizadas. A Coordenação de*
1298 *Conselhos elaborou a programação das Reuniões Descentralizadas dos estados e encaminhou a*
1299 *proposta com os temas a serem discutidos, para os quais deverá haver participação de*
1300 *Conselheiros Nacional. A Presidência Ampliada sugere que os Conselheiros conheçam o*
1301 *calendário das Reuniões Descentralizadas e indiquem a possibilidade de participação na reunião,*
1302 *observando a proximidade de seu estado ou região. A Coordenação de Conselhos e a Presidente*
1303 *estão preparando o material e slides para subsidiar a participação de Conselheiros, destacando-se*
1304 *ainda que está providenciando o Caderno de Textos que encontra-se em fase de conclusão do MDS.*
1305 *Quinto: Propostas de distribuição de Cartilhas. A Coordenação de Conselhos apresentou*
1306 *propostas de distribuição das Cartilhas 1 e 2 para as Conferências Estaduais de Assistência Social*
1307 *no total de 100 mil exemplares. A proposta foi aprovada pela Presidência Ampliada. É aquela*
1308 *Cartilha que já conhecemos. Quem por acaso não lembra da cara da Cartilha, é esta cara aqui.*
1309 *Expliquem aí para o Mizael qual é a cara da Cartilha. Cartilha 1 e 2, esverdeada. Sexto assunto:*

1310 *11º Encontro Nacional de Gestores do CONGEMAS. O CONGEMAS convida o CNAS para*
1311 *participar da mesa de abertura do 11º Encontro Nacional de Gestores e Secretários da Assistência*
1312 *Social a realizar-se no dia 17 e março, anexo. Sugere-se que o Conselho seja representado pelo*
1313 *Conselheiro Charles Pranke, ou pela Conselheira Ieda Castro, que já participaram deste evento. A*
1314 *proposta de realização de eventos, seminário ou Reunião Ampliada para tratar do tema:*
1315 *Trabalhadores e Usuários da Assistência Social. A Presidência Ampliada propõe a realização de*
1316 *evento, seminário ou Reunião Ampliada em parceria com o MDS para discutir o tema:*
1317 *Trabalhadores e Usuários da Assistência Social. Proposta de Pauta para a reunião de março:*
1318 *primeiro dia o planejamento estratégico a partir das 9 horas; segundo dia Informes, tratar da VII*
1319 *Conferência e; dia 12 apresentação da pesquisa da professora Aldaísa Sposati”. Após a leitura, a*
1320 *senhora Presidente, observou a necessidade de um representante para participar no Evento em*
1321 *Vitória da Conquista e a impossibilidade de comparecer no Encontro em Belém, agradecendo o*
1322 *convite e justificando a ausência por meio de um Ofício. Quanto ao terceiro ponto, informou que a*
1323 *Sra. Liliane faria uma ligação e retornaria para ver qual a real demanda do Conselho, já que era uma*
1324 *eleição da Sociedade Civil. Quarto ponto: Participação dos Conselheiros do CNAS em Reuniões*
1325 *Descentralizadas, indicando o Calendário em anexo no qual os Conselheiros deveriam registrar o*
1326 *nome para participação, de acordo com suas agendas. Observou que nos estados dos quais não*
1327 *tinham o nome de Conselheiros, como Minas Gerais, foi colocado o nome de todos os*
1328 *Conselheiros: Geraldo, Maria Dolores, Samuel. Com relação aos estados do Paraná, e Piauí,*
1329 *informou a inscrição da Conselheira Tânia para os dois estados e, no caso de Alagoas, sugeriu que o*
1330 *Conselheiro Frederico participasse e a participação da Conselheira Ieda no Acre. A Conselheira*
1331 *Tânia, relatando as dificuldades de acesso, sugeriu que o Conselheiro permanesse dois dias para*
1332 *participar dos eventos em Cruzeiro do Sul e Rio Branco, ao que a senhora Presidente observou que,*
1333 *caso não fosse possível, a participação seria em apenas um dos Eventos, considerando a realização*
1334 *da Reunião do CNAS em março e solicitando que os Conselheiros se inscrevessem nos demais*
1335 *Eventos, conforme a sua disponibilidade. A Conselheira Margareth destacou a presença de novos*
1336 *Conselheiros, que precisavam de orientações, ao que a senhora Presidente informou que o material*
1337 *seria entregue a todos. Após fechar o calendário, passou para a entrega do material confeccionado*
1338 *para subsidiar a fala dos Conselheiros nas Reuniões Descentralizadas, dos textos que estavam em*
1339 *fase final de correção e o kit com a legislação pertinente. O Conselheiro Carlos Eduardo indagou se*
1340 *seria entregue algum material para colher assinaturas referente ao PL SUAS, questionando qual*
1341 *seria a estratégia. A senhora Presidente esclareceu que esse processo estava se realizando com*
1342 *assinatura pela internet e com orientação pelos Conselheiros, observando que a mobilização da*
1343 *aprovação do PL SUAS era um ponto muito importante. Destacou que no Calendário distribuído*
1344 *não constava o tema das Reuniões Descentralizadas, observando que os slides eram sobre Controle*
1345 *Social e recordando que, possivelmente em novembro, foi distribuído na Plenária quais os pontos*
1346 *que seriam debatidos nessa Descentralizadas, recapitulando o assunto e indicando os pontos*
1347 *principais a serem tratados: Controle Social, a questão da prestação de contas dos Fundos e a*
1348 *inscrição das Entidades nos Conselhos Municipais. Ressaltou que os Conselhos Estaduais, em*
1349 *conjunto com as Secretarias estavam organizando com o apoio do Conselho, através da Secretaria*
1350 *Executiva e Comissão de Conselhos, no sentido de que os Conselhos pudessem direcionar essa*
1351 *Reunião Descentralizada para esses pontos, observando que o CNAS, segundo o entendimento,*
1352 *sempre estaria na mesa de Controle Social. Observou que os Conselhos Estaduais poderiam*
1353 *convidar o CNAS para falar na questão da inscrição das Entidades nos Conselhos Municipais,*
1354 *sendo a hora de lançar mão do Decreto 6308 da Resolução 191 e outras Resoluções do CNAS sobre*
1355 *o assunto para debate com os Conselhos. Com relação à prestação de contas do Fundo, havia ficado*
1356 *acordado que o MDS assumiria. A Conselheira Margareth sugeriu a inclusão da participação dos*

1357 trabalhadores no Controle Social, cujo debate deveria ser estimulado, considerando a realização em
1358 2010 de uma Conferência de Recursos Humanos. A Conselheira Tânia informou haver sido passado
1359 na CIT sendo elaboradas perguntas a serem respondidas pelos Conselhos sobre avaliação dos
1360 documentos encaminhados sobre a Política e se poderiam receber esse checklist entre esse dia e o
1361 seguinte, observando, também, haver uma consulta se o MDS participaria dessas Conferências. A
1362 Secretária Executiva esclareceu que o MDS estaria presente tratando da prestação de contas e que
1363 seria contatada a SNAS para informar aos Conselheiros quem estaria presente. O Conselheiro
1364 Renato indagou, com relação à inscrição dos Conselhos, se haveria um material padrão ou se seria
1365 preparado pelos próprios Conselheiros, ao que a senhora Presidente observou que poderia ser
1366 preparado um material básico, com cada Conselheiro devendo estar atento à sua participação no
1367 evento para demandar outras informações necessárias. O Conselheiro Geraldo sugeriu que fosse
1368 incluída a questão do Usuário, ao que a senhora Presidente esclareceu que como o tema era
1369 Participação e Controle Social de forma mais ampla não se entrou nesse item mas que o texto
1370 escrito pelo Conselheiro Edval tratava desse assunto. O Conselheiro Renato de Paula sugeriu que o
1371 material fosse estudado com antecedência, com a inclusão de transparências sobre o Trabalhador e
1372 sobre o Usuário, para haver uniformidade na apresentação e no material que poderia ser
1373 disponibilizado aos participantes e cujo encaminhamento teve a concordância da Conselheira
1374 Margareth. A senhora Presidente sugeriu como Encaminhamento pelo Conselheiro Renato e dos
1375 outros dois Conselheiros e Conselheiras, de até o dia seguinte serem encaminhadas as sugestões
1376 incluindo os dois itens, de Usuários e Trabalhadores, com inclusão de um slide do chamamento da
1377 Conferência, sugerido pela Conselheira Tânia. Prosseguindo, a senhora Presidente passou à
1378 proposta de distribuição das Cartilhas na Conferência Estadual e nas Reuniões Ampliadas e
1379 Descentralizadas, informando o total de 100 mil Cartilhas a serem distribuídas, colocando a
1380 proposta à apreciação dos Conselheiros. A Conselheira Dolores indagou qual o critério utilizado
1381 para essa distribuição, sugerindo maior número para Minas Gerais o que foi esclarecido e atendido
1382 pela Secretária Executiva, que complementou, informando que esse material havia sido
1383 encaminhado no ano anterior para os Conselhos Municipais e aos gestores, ficando disponível no
1384 Conselho. O Conselheiro Geraldo elogiou o texto das Cartilhas, conclamando a todos que tomassem
1385 ciência de seu conteúdo e destacando a importância do papel exercido pelos Conselheiros, no que
1386 foi referendado pela senhora Presidente. Concluindo, o Conselheiro Geraldo informou a presença da
1387 professora Leonora, representando a Universidade Federal e ex-Conselheira do Conselho Estadual
1388 de Minas. O Conselheiro Carlos sugeriu a disponibilização desse material em formato acessível e,
1389 caso houvesse demanda, em formato audível ou Braille, com consulta aos Conselhos Municipais, ao
1390 que a Secretária Executiva informou que a Cartilha 1 e 2 já estavam disponíveis no site e sugerindo
1391 indagar sobre a demanda em Braille. A senhora Presidente deu por vencido o ponto, passando para
1392 o Item seis, Encontro de Gestores, do qual havia recebido convite e com a indicação de dois
1393 Conselheiros para representar o CNAS. Com relação ao Item sete, que era uma proposta que da
1394 Presidência Ampliada, de realização de um evento para tratar o tema “Trabalhadores e Usuários da
1395 Assistência Social”, em conjunto com o MDS e que deveria ocorrer entre os meses de maio, agosto,
1396 setembro, antes da Conferência Nacional, abrindo o tema à discussão. O Conselheiro Renato de
1397 Paula passou a explanar sobre o seu desejo de que fosse construída, de fato, a Seguridade Social
1398 brasileira, com a criação de um Conselho Nacional de Seguridade Social, a identificação dos
1399 trabalhadores da Assistência Social com sua área e a organização dos Usuários em um Fórum de
1400 Usuários da Assistência Social, ou de um Encontro dos Usuários da Assistência Social. Propôs que
1401 fosse sugerido ao MDS: realização de seminários distintos sobre a questão dos trabalhadores e outro
1402 dos usuários, antecedidos de uma mobilização via gestores, e, a discussão da Assistência no papel
1403 da Seguridade Social, em três momentos específicos. O Conselheiro Pessinatti tomou da palavra, na

1404 sua condição de usuário, observando que a senhora Presidente havia se referido a eventos, sendo o
1405 entendimento de que seriam dois eventos, encontrando oportuna a reflexão do Conselheiro Renato
1406 de Paula e concordando com a sua organização. Sugeriu, considerando a dificuldade de
1407 entendimento por parte dos Conselhos, tanto Estaduais como Municipais, dentro do plano
1408 estratégico, que se tivesse a preocupação de desencadear um processo de compreensão e de
1409 capacitação, de entendimento, da própria evolução do conceito da Assistência Social e da
1410 Seguridade com a realização regular desses eventos. A Conselheira Margareth, encontrando
1411 oportuna a fala do Conselheiro Renato de Paula, explanou sobre a questão da identidade, mapeando
1412 e organizando os trabalhadores da Assistência e reputando como muito importante a realização de
1413 debates de forma separada. O Conselheiro Geraldo observou que a questão do trabalhador e do
1414 usuário era sempre trazida ao Pleno, concordando com as colocações dos Conselheiros Renato de
1415 Paula e Margareth. A Conselheira Tânia, por oportuno, prosseguiu com as colocações do
1416 Conselheiro Geraldo, discorrendo sobre a evolução da Política de Assistência Social e observando
1417 ser impossível pensar em reuniões ampliadas nesse ano, considerando as atividades já existentes, as
1418 quais deveriam ser planejadas e discutidas com cautela. O Conselheiro Renato, encontrando
1419 ponderada essa colocação, observou que no encaminhamento dado pela senhora Presidente havia
1420 ficado consensuada a necessidade da realização de eventos nesse sentido, nas que não havia ficado
1421 explicitada a forma como seriam realizados, com o assunto devendo ser tratado com muita
1422 tranquilidade. A senhora Presidente esclareceu que esse tema deveria ser delegado pela Plenária à
1423 Presidência Ampliada, composta pelas Coordenações, Presidente e Vice-Presidente, para que se
1424 pudesse abrir esse diálogo com o MDS e trazer propostas para as três temáticas em uma próxima
1425 reunião, provavelmente a de março, consultando a Plenária se o assunto poderia ser encaminhado.
1426 O Conselheiro Frederico, manifestando sua concordância, sugeriu que a Presidência Ampliada
1427 avaliasse essas questões com relação à viabilidade, recurso financeiro e data. **Encaminhamento.**
1428 **Após essas colocações a senhora Presidente destacou o Encaminhamento proposto, com o consenso**
1429 **dos Membros presentes.** Prosseguindo, passou ao Item oitavo, com a **proposta de Pauta** para a
1430 Reunião de março: **Dia 10:** Conclusão do Planejamento Estratégico; **dia 11:** Informes; Julgamento
1431 de processos; **dia 12:** Apresentação da pesquisa das chamadas Entidades Mistas, pela Professora
1432 Aldaíza. Como não seriam realizadas as Reuniões das Comissões, caso houvesse algum assunto
1433 urgente, seria chamada uma Reunião Extraordinária. O Conselheiro Geraldo sugeriu que o horário
1434 de julgamento dos processos encerrasse às 18:00h, ao que a senhora Presidente observou que os
1435 horários poderiam ser revistos. **Encaminhamento. Após essas colocações, a pré-proposta de Pauta**
1436 **foi aprovada pelos Conselheiros.** O Conselheiro Pessinatti informando a situação ocorrida
1437 anteriormente, sugeriu que fosse publicamente sorteado um novo Relator para o processo do Centro
1438 Espírita, sendo apresentado o nome da Conselheira Margareth Alves. A Conselheira Edna sugeriu a
1439 realização de uma Reunião Extraordinária da Comissão de Normas, com troca de informações via
1440 e-mail, sendo marcada para o dia 9 e para o dia 13 o Grupo de Trabalho Conjunto. Continuando, a
1441 senhora Presidente passou ao Relato conjunto das Comissões de Política e de Conselhos, pela
1442 Conselheira Edna: *“Memória da reunião conjunta. Comissão de Conselhos e Comissão de Normas.*
1443 *Realizada em 17 de fevereiro. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari; Clodoaldo de Lima*
1444 *Leite; Edivaldo da Silva Ramos; Edna Aparecida Allegro; Margareth Alves; Renato Francisco de*
1445 *Paula; Renato Saidel; Tânia Mara Garib; Geraldo Gonçalves; Mizael e Conselheira Rosa. Aqui a*
1446 *Conselheira Tânia Mara Garib não estava nesta reunião! Conselheiros com ausência justificada:*
1447 *Charles Roberto, Iêda Maria, Margarete Cutrim, Patrícia Souza de Marco, Samuel, Daniel,*
1448 *Antônio Celso Pasquini; Waldir Pereira; Maria Dolores Pinto; Josenir Teixeira e Conselheira*
1449 *Tânia Mara Garib. Apoio: a Secretária executiva Cláudia Sabóia, a Liliane, a Geovana, a Rosana,*
1450 *a Cristiane, e a Luana. O assunto em pauta é a regulação sobre processamento de denúncias*

1451 *recebidas no CNAS. Foi deliberado, na reunião Plenária de Dezembro, que as Comissões de*
1452 *Conselhos e de Normas, discutissem e elaborassem a Minuta de Resolução para regular o*
1453 *processamento de denúncias que chegam ao Conselho, incluindo a atuação de Conselhos de*
1454 *Assistência Social, tendo em vista que este debate está na pauta de discussão de ambas. Importante*
1455 *ressaltar que a proposta a ser apresentada é uma Minuta de Resolução para normatizar o*
1456 *processamento de denúncias de toda a ordem, recebidas pelo Conselho. Foi apresentada uma*
1457 *Minuta de Resolução elaborada pelo Conselheiro Josenir, apresentada pelo Conselheiro Josenir.*
1458 *Tem que alterar um pouco o texto! Sendo esclarecido que a mesma ainda não havia sido apreciada*
1459 *na Comissão de Normas. Foi distribuído aos integrantes, mas não havia sido apreciada! Também*
1460 *foi apresentada a Minuta elaborada pela Consultoria Jurídica, com base no Parecer 1299/2008. O*
1461 *texto aí precisa ser adequado um pouco. O que foi discutido lá em linhas gerais foi o esqueleto do*
1462 *que a Minuta deve contemplar. O conteúdo essencial quanto à identificação ou não do denunciante,*
1463 *fatos descritos, fatos informados, elementos mínimos, como fatos, identificação de quem praticou o*
1464 *ato, em síntese, elementos que possam dar viabilidade à apuração do que está sendo noticiado.*
1465 *Também foi discutido o formato disto, os procedimentos e prioridades, prioridade para aquela que*
1466 *tiver os elementos essenciais, que tiver a indicação, a identificação do denunciante. Mas, sempre*
1467 *resguardando uma verificação daquelas denúncias, mesmo que anônimas. Não vão ser*
1468 *descartadas! Mas vão ter um rito dando a estas um rito sumário de verificação. No primeiro*
1469 *momento, nenhuma denuncia anônima vai virar um processo. Mas sim teremos procedimento*
1470 *sumário para todas as denúncias anônimas ou identificadas, até para verificar se ela vai ter*
1471 *continuidade ou não, e também vamos estudar quanto aos procedimentos internos do CNAS para*
1472 *denúncias. Enfim, eu não sei se ficou claro! Eu acho que o texto aqui está um pouco diferente, e a*
1473 *gente vai rever algumas coisas. As matérias aqui, indicar quem poderá oferecer denúncia, quer*
1474 *dizer, todo cidadão, todo e qualquer cidadão. Definir como a denúncia deve ser apresentada,*
1475 *definir como a denúncia deverá ser identificada, definir os procedimentos. Trouxemos também,*
1476 *para conhecimento dos Conselheiros, um ofício da CGU que trata também do tratamento de*
1477 *denúncias anônimas e identificadas. Considerar a relevância dos fatos, considerar os elementos*
1478 *constantemente na denúncia. Definir quais os elementos essenciais ou mínimos necessários para instruir*
1479 *um processo. Identificação do denunciante e do denunciado. Relato do fato denunciado, data de*
1480 *ocorrência, indícios da ocorrência. Para denúncia anônima, fica registrado que deve ser realizado*
1481 *um procedimento e não um processo, não ser instaurado um processo de imediato. O grupo deverá*
1482 *considerar todos os documentos que foram apresentados. O material do Conselheiro Josenir, o*
1483 *Material da CGU e o Material da CONJUR do MDS. A Minuta, isto, um ponto muito importante*
1484 *que foi destacado, é que devem ser consideradas as questões que minimizem a valorização, os*
1485 *conceitos de valores! E também identificar quem terá competência para os procedimentos*
1486 *sumários. Encaminhamento: indicação dos Conselheiros Clodoaldo, Edna, Edivaldo e Renato.*
1487 *Integrantes das duas comissões que irão discutir e apresentar a minuta de Resolução, sempre*
1488 *levando em consideração todos os itens que foram elencados acima. A minuta deverá ser*
1489 *apresentada em data a ser confirmada”. O Presidente em exercício, passou a palavra para*
1490 *esclarecimentos, com o Conselheiro Mizael cumprimentando pelo texto apresentado e observando*
1491 *que no seu entendimento, no momento das discussões, o procedimento sumário era para todos os*
1492 *tipos de denúncia, independente de anônimas ou não, com a concordância da Conselheira Edna.*
1493 **Encaminhamento.** Em não havendo mais nenhum questionamento o Presidente em exercício
1494 colocou em votação, sendo aprovado o Relato e os encaminhamentos, aguardando até o final da
1495 Reunião a definição sobre a data. A Conselheira Edna destacou que a proposta ficou alterada para a
1496 apresentação da Minuta, sendo que a Reunião do GT seria dia 6 de abril e a Minuta seria
1497 apresentada na Plenária desse mes. A senhora Presidente informou que haveria Reunião

1498 Extraordinária da Comissão de Normas no dia 9 de março. Prosseguindo, passou ao **Relato da**
1499 **Comissão de Conselhos e de Políticas** pela Conselheira Margareth: “**MEMÓRIA DA REUNIÃO**
1500 **CONJUNTA - COMISSÃO DE CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO DE**
1501 **POLÍTICA - Data: 17 de fevereiro de 2009. Local: sala 108/ CNAS. Horário: 14h às 15h30.**
1502 **CONSELHEIROS PRESENTES:** Carlos Eduardo Ferrari; Clodoaldo de Lima Leite; Edivaldo da
1503 Silva Ramos; Margareth Alves Dallaruvera; Frederico Jorge de Souza Leite; Tânia Mara Garib;.
1504 **CONSELHEIROS COM AUSÊNCIAS JUSTIFICADA:** Charles Roberto Pranke; Ieda Maria de
1505 Castro Nobre; Margarete Cutrim Vieira; Patrícia Souza De Marco; Renato Saidel Coelho; Samuel
1506 Rodrigues. **CONVIDADOS:** Simone Aparecida Albuquerque — Diretoria de Gestão do SUAS
1507 MDS/SNAS. **APOIO:** Cláudia Sabóia; Daniela Munguba; Giovana Rocha Veloso; Maria
1508 Auxiliadora Pereira; Liliane Neves do Carmo; Rosana de Cássia Alves da Silva; **I PACTO DE**
1509 **APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DO SUAS.** Na última Plenária o CNAS
1510 deliberou que as Comissões de Política e de Conselhos dessem continuidade às discussões sobre as
1511 orientações aos conselhos estaduais e, ainda para definir ações do CNAS para o controle social do
1512 Pacto. Cabe ressaltar que o Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único da Assistência
1513 Social - SUAS dos Estados e do DF, segundo as Portarias do MDS nº 350 e 351/2007, é o
1514 compromisso entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS com os
1515 órgãos gestores da assistência social dos Estados e do Distrito Federal. Esse tem como objetivo o
1516 fortalecimento desses órgãos para o pleno exercício da gestão do Sistema Único de Assistência
1517 Social — SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, no seu âmbito de competência.
1518 A assinatura do Pacto significa adesão dos Estados e do Distrito Federal ao SUAS e, todos os
1519 Estados aderiram. O Pacto é um compromisso entre os gestores Estadual e Federal e consiste no
1520 estabelecimento de metas a serem alcançadas, em contrapartida o gestor Federal repassa
1521 incentivos financeiros. Tais metas consistem em: - Reordenamento institucional e programático do
1522 órgão gestor de Assistência Social para adequação ao SUAS, respeitando o disposto na NOB-
1523 RH/SUAS. - Descrição da organização do território Estadual e do Distrito Federal em regiões e
1524 microrregiões, com identificação da implantação dos serviços de caráter regional nos municípios
1525 Sede ou Pólo, e nos de abrangência bem como na identificação de novas demandas por novos
1526 serviços; - Existência de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus
1527 sistemas municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família. -
1528 Elaboração de proposta para instalação e coordenação do sistema estadual de informação,
1529 monitoramento e avaliação das ações de assistência social, de âmbito estadual e regional, por nível
1530 de proteção social básica e especial em articulação com os sistemas municipais validado pelo
1531 sistema federal. - Coordenação, gerenciamento, execução e co-financiamento de programas de
1532 capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços. Os incentivos são
1533 repassados por meio dos Fundos de Assistência Social, acompanhado por todos os entes até o
1534 Federal, via SUAS Web, sendo possível e imprescindível o acompanhamento também pelos
1535 Conselhos. A Secretaria Nacional de Assistência Social — SNAS tem hoje alguns indicadores de
1536 avaliação que apresentam necessidade de seu aprimoramento, sendo que o ideal é acordar esses
1537 indicadores entre o Ministério e as Secretarias Estaduais, para melhor acompanhamento dos
1538 Pactos. O sistema de acompanhamento e a avaliação são realizados pelo gestor Federal por meio
1539 de consultores, que visitam os Estados, e pelo sistema específico — SISPACTO. Segundo a
1540 representante da SNAS, até abril serão discutidos os indicadores e renegociado o Pacto, partindo
1541 da construção de indicadores acordados entre o MDS e cada Estado e o DF, propiciando o
1542 entendimento comum sobre esses, facilitando o acompanhamento de sua execução. Para efetivar o
1543 controle social do Pacto torna-se necessário conhecer o que foi pactuado e seus indicadores de
1544 avaliação, para definir ações. Ao CNAS cabe orientar os Conselhos para esse exercício e, a partir

1545 da definição dos indicadores de avaliação o Conselho Nacional poderá apresentar uma proposta
1546 clara de orientação aos CEAS. **O CNAS e o investimento nos Conselhos de Assistência Social:** No
1547 Plano Plurianual - PPA 2008/2011 consta a ação 8249- Funcionamento dos Conselhos de
1548 Assistência Social, que tem como finalidade assegurar o funcionamento do CNAS, assim como
1549 apoiar os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, em virtude de constituírem
1550 instâncias deliberativas e de controle social do SUAS. No exercício de 2008 foram alocados
1551 recursos para apoio técnico e financeiro para assegurar a realização de reuniões de capacitação
1552 de conselheiros. O repasse se deu via fundo a fundo, para o Pacto de Aprimoramento de Gestão
1553 Estadual. Em outubro de 2008 a SNAS/MDS realizou uma Oficina para discutir essa ação e, para
1554 tal foram convidados representantes dos Conselhos Estaduais e dos órgãos gestores. Nessa ocasião
1555 foram apontadas diretrizes para a realização das Reuniões, assim como os pontos importantes a
1556 serem abordados nos encontros como o tema da Conferência Nacional de Assistência Social
1557 “Participação e Controle Social”; prestação de contas; inscrição de entidades de assistência
1558 social nos Conselhos Municipais. Após essa reunião o CNAS repassou aos Conselhos Estaduais
1559 orientação para a construção dos Projetos a serem elaborados. O CNAS irá participar das
1560 Reuniões apresentando questões pertinentes ao Controle Social e, para isso foi elaborada uma
1561 minuta de apresentação, a ser encaminhada aos Conselheiros nacionais. **ENCAMINHAMENTO:**
1562 Enviar ofício aos CEAS com informações acerca do Pacto, visando orientar ações referentes ao
1563 controle social; Solicitar à SNAS/MDS que apresente, em reunião Plenária, a forma como
1564 está acontecendo o monitoramento do Pacto de Aprimoramento da gestão estadual. Margareth
1565 Alves Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Conselhos. Frederico Jorge de Souza Leite –
1566 Coordenador da Comissão de Política.” A Conselheira Edna informou que a gostaria de constasse
1567 o registro da presença da Comissão de Normas nessa Reunião. A Conselheira Dolores observou que
1568 a Comissão de Normas considerou importante estar presente pela relevância do tema e pela
1569 importância da fala da Conselheira Simone e de algumas interrogações que precisavam ser feitas,
1570 ressaltando o destaque feito pela Conselheira sobre a relação de BPC na Escola, que constava na
1571 gravação sendo que para a Comissão de Normas era importante que constasse nesse relato. O
1572 Conselheiro Frederico fez a seguinte observação: que na segunda página quando trazia que “O
1573 Pacto é um compromisso entre os gestores Estadual e Federal e consiste no estabelecimento de
1574 metas a serem alcançadas, em contrapartida o gestor Federal repassa incentivos financeiros” as
1575 metas são prioridades nacionais, não são metas. E a correção lá na frente foi feita, de
1576 “coordenador” invés de “coordenadora”. A Conselheira Tânia, justificou sua ausência no dia 17,
1577 parabenizando a sensatez das Comissões pelo encaminhamento “Enviar ofício aos CEAS com
1578 informações acerca do Pacto”. Prosseguindo, discorreu sobre o Pacto entre Governo Federal e o
1579 Governo Estadual e as metas que deveriam ser cumpridas, reputando como importante a
1580 participação dos Conselhos Estaduais, que aprovaram o Pacto em cada estado. Observou como o
1581 processo estava ocorrendo, informando sobre o encerramento do Pacto em dezembro de 2008 e a
1582 construção de um novo Plano, sendo encaminhado um ofício ao Ministro e à Secretária Nacional,
1583 dizendo que se entendia que um Pacto era um conjunto de diretrizes que comprometiam o estado e a
1584 União na Política de Assistência Social e que tinham que ser construídos planos de ação com metas
1585 claras para cada biênio. Que estavam nesse processo que esperavam se concretizasse no dia 12, na
1586 Reunião do FONSEAS e sintetizasse com os encaminhamentos a serem feito na reunião da CIT a
1587 *posteriori* e trazendo para o CNAS essas questões. Informou que na última reunião do FONSEAS
1588 houve uma manifestação, sendo encaminhado um ofício à Secretária Nacional Ana Lúcia com o
1589 descontentamento dos estados, sendo recebidos pela secretária e já havia sido agendada uma
1590 reunião do FONSEAS para colocar todos os desdobramentos necessários. Prosseguindo, observou
1591 que após essa conversa com a Secretária Nacional, com o acompanhamento do CNAS no Plano

1592 Estadual de Capacitação deveriam ocorrer ações de capacitação nos Conselhos Municipais e
1593 Estaduais, dentro de um cronograma possível de ser executado. A senhora Presidente justificou sua
1594 ausência como Membro da Comissão de Políticas, encontrando a fala da Conselheira Tânia muito
1595 esclarecedora, observando ser o Pacto fundamental para consolidação do Sistema Único de
1596 Assistência Social, considerando todos os elementos que envolviam esse processo, bem como a
1597 importância de acompanhamento pelos Conselhos Estaduais e Municipais. Concluindo, parabenizou
1598 pelo trabalho, considerando o Relato bastante esclarecedor. O Conselheiro Clodoaldo observou ser
1599 importante a colocação do nome da Doutora Simone e sua qualificação, com relação ao Plano
1600 Plurianual, quanto à ação 249, sugeriu adequação do texto, com inclusão da palavra “ação”. A
1601 senhora Presidente, não registrando nenhuma inscrição, referiu-se aos dois **Encaminhamentos:**
1602 Enviar ofício aos Conselhos, e solicitar à Secretaria que apresentasse monitoramento do Pacto,
1603 considerando o Relato aprovado. A Secretária Executiva informou que, para tratar do primeiro item,
1604 Implementação das Ações de Vigilância Social: Levantamento Nacional de Abrigos de Crianças e
1605 Adolescentes Abrigados, estaria representado o Departamento de Proteção Especial pela Sra.
1606 Solange, Coordenadora do Departamento, e pelo Sr. Luiz Otávio, Assessor da Secretaria Nacional
1607 do DGSUAS. Para tratar do Item relativo à MP 446/2008, o Ministério da Saúde indicou o Dr.
1608 Marcos Vinícius, Assessor da Secretaria Executiva, e Sra. Karla Larica; o MDS indicou a Sra.
1609 Simone Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS, e a Assessora da SNAS, Sra.
1610 Cibele, o Ministério da Educação não confirmou presença, informando que não encaminharia
1611 Representante para essa reunião, e que estava estudando o assunto internamente. A senhora
1612 Presidente informou estar pendente para o final do dia a distribuição de vagas para a Reunião
1613 Descentralizada e Ampliada do CNAS. Que a Sra. Mercês estava confeccionando uma tabela para
1614 submeter à Comissão de Conselhos e ser apresentada à Plenária. Recordou, ainda, a indicação da
1615 representação do Conselho Municipal, no evento do Conselho Municipal de Vitória. Prosseguindo,
1616 informou que a Reunião Descentralizada de Mato Grosso do Sul, seria no dia 6 de março e não dia
1617 09 de março, como constava na Planilha. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou os
1618 trabalhos para o almoço, convocando os Conselheiros para retomarem os trabalhos às catorze horas.
1619 Reiniciando os trabalhos, a senhora Presidente comunicou a presença dos convidados, bem como da
1620 Doutora Simone. Na sequência, Solicitou à Secretária Executiva a conferência do quorum:
1621 Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheiro
1622 Renato Saidel; Conselheira Margareth Alves; Conselheira Edna; Conselheira Valdete; Conselheiro
1623 João Carlos; Conselheiro Frederico; Conselheira Tânia Garib; Conselheira Maria Dolores;
1624 Conselheiro Pessinatti; Conselheira Rosa. Conselheiros Suplentes presentes; Conselheira Marisa,
1625 Conselheiro Clodoaldo; Conselheiro Edivaldo; Conselheiro Josenir; Conselheiro Samuel; Pasquini.
1626 A senhora Presidente relatou a distribuição de material para os presentes, como também cópia da
1627 apresentação que seria feita. A seguir, passou a palavra para a Sra. Solange Soares Martins, que
1628 cumprimentando a todos, informou que o Projeto a ser apresentado era em parceria com a
1629 FIOCRUZ, solicitando ao Sr. Luiz Otávio, que procedesse à apresentação. O Sr Luiz Otávio iniciou
1630 com o relato do histórico desse Projeto e sua parceria com a FIOCRUZ, com grande participação na
1631 formulação e implementação do Sistema Único de Saúde. Informou que esse Projeto estava
1632 estruturado em três eixos de ação: primeiro, levantamento das crianças e adolescentes em serviço de
1633 acolhimento no país; segundo, elaboração de uma proposta de padronização nacional dos registros
1634 de atendimentos realizados pelos CRAS e CREAS, e, terceiro, elaboração de uma metodologia para
1635 diagnóstico e monitoramento de riscos e vulnerabilidades, em nível municipal, discorrendo sobre
1636 cada um deles. Prosseguiu, referindo-se ao material em tela, apresentando o levantamento das
1637 crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, que era o objeto principal e cuja estimativa era
1638 muito variada, construída a partir de dados da pesquisa de informações municipais e de Entidades

1639 privadas de Assistência Social, realizada pelo IBGE, do Departamento de Proteção Especial do
1640 MDS, e pelo IPEA. Discorreu sobre o cronograma de ação, com informação quantitativa sobre o
1641 número de abrigos e as crianças envolvidas no Projeto ainda em 2009, o que já viabilizaria a
1642 implementação de algumas ações concretas do MDS no início do ano de 2010. Informou que em
1643 março o MDS disponibilizaria um aplicativo on-line, que as Secretarias Municipais de Assistência
1644 Social acessariam e registrariam esses dados. Que seria aplicado um instrumento de coleta de
1645 informações de caracterização do abrigo e outro instrumento individualizado, com dados de cada
1646 criança, preenchido a partir de informações fornecidas pelo dirigente do abrigo, baseado na
1647 documentação referente àquela criança e à sua família. Esclareceu que esse trabalho seria
1648 supervisionado por um profissional, assistente social ou psicólogo, com a equipe podendo conter
1649 estagiários da mesma área e também de Direito, projeto que seria submetido ao Comitê de Ética da
1650 FIOCRUZ. Concluindo sua apresentação, o Sr. Luiz Otávio informou o tempo previsto para a
1651 realização de uma pesquisa qualitativa em trinta municípios localizados pelas cinco regiões do país,
1652 os quais ainda não estavam definidos, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Na
1653 sequência, a Sra. Solange destacou ser essa a primeira iniciativa no Brasil de fazer esse diagnóstico
1654 da situação das crianças e dos adolescentes abrigados, e também dos abrigos, considerando que a
1655 pesquisa realizada pelo IPEA abrangia um universo menor, dos abrigos que recebiam co-
1656 financiamento do MDS à época. Ressaltou que esse planejamento facilitaria não só o cumprimento
1657 de uma série de ações previstas no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, mas
1658 também da Agenda Social da Criança e do Adolescente, lançada no final de 2007 pelo Governo
1659 Federal, que elencava uma série de ações para combater e enfrentar grandes problemas da área da
1660 criança e do adolescente. Ressaltou que o objetivo era, a partir da identificação dessa situação, o
1661 Poder Público fazer um trabalho de dar condições para que essas famílias pudessem receber de
1662 volta essas crianças e adolescentes. Enfatizou a necessidade de apoio e condições políticas e
1663 objetivas para se fazer um levantamento nessas proporções, distribuindo aos Conselheiros uma carta
1664 de pedido de apoio do CONANDA. Encerrando sua apresentação, destacou que a intenção não era
1665 somente de informar, mas também pedir o apoio do Conselho junto aos gestores, aos Conselhos,
1666 contribuindo com apoio político a esse Projeto. Agradecendo a apresentação, a senhora Presidente
1667 ressaltou a importância desse Projeto no sentido de conhecer a situação dos abrigos e das crianças e
1668 adolescentes abrigados, assim como havia sido destacado, na construção do SUAS, a Vigilância
1669 Social como um dos grandes eixos que se estava por construir. Que esse Projeto ia ao encontro do
1670 que estabelecia o ECA com relação à prioridades, na direção do que vinha sendo construído
1671 conjuntamente pelos dois Conselhos, que foi o Plano Nacional de Convivência Familiar e
1672 Comunitária. Que agora, nesse trabalho que estava sendo conduzido, de se ter uma regulação sobre
1673 a questão dos serviços de abrigamento, que o CNAS vinha debater, em conjunto com o
1674 CONANDA, através da Comissão de Política. Abrindo as inscrições, a Conselheira Margareth,
1675 parabenizou a iniciativa e o mérito dessa pesquisa, considerando a relevância do tema. Observou
1676 que sua preocupação advinha não do mérito, mas da forma como a pesquisa seria realizada,
1677 considerando que a FIOCRUZ tinha experiência na área da saúde e como iria fazer a supervisão dos
1678 assistentes sociais, dos psicólogos, dos advogados, enfim, da equipe que iria trabalhar. Destacou
1679 que não estava fazendo críticas, mas externando sua preocupação. A Conselheira Marisa questionou
1680 alguns itens apresentados, indagando sobre o foco nas pessoas com deficiência, com crianças e
1681 adolescentes com deficiência em outros tipos de abrigos que talvez não estivessem sendo
1682 levantados, citando, também, adultos e idosos em abrigos de longa permanência, sendo que o
1683 pessoal da Assistência não havia conseguido definir o número de abrigos para idosos, indagando se
1684 esse levantamento não poderia ser feito em toda a classe. A Doutora Simone destacou a importância e
1685 a relevância da FIOCRUZ nesse trabalho, ressaltando que havia um grande número de pessoas da

1686 área da Assistência Social, inclusive a mesma, o conselheiro Renato e a Secretária Ana Lígia,
1687 discorrendo sobre os procedimentos a serem adotados nesse Projeto, juntamente com a FIOCRUZ.
1688 Dirigindo-se à Conselheira Marisa, informou que esse trabalho seria iniciado com todas as crianças
1689 e adolescentes, inclusive as com deficiência, e posteriormente seria trabalhada a área abrangendo
1690 adultos e idosos. O Conselheiro Clodoaldo cumprimentando aos expositores e ao MDS pela
1691 iniciativa, indagou com relação à metodologia para desenvolvimento do Programa Bolsa Família,
1692 até que ponto seria aproveitado esse cadastro e os recursos destinados, se havia envolvimento dos
1693 estados nesse processo e os critérios para seleção dos trinta municípios envolvidos. O Conselheiro
1694 Frederico manifestou sua concordância com a inquietação da Conselheira Margareth, sendo
1695 inegável a importância da FIOCRUZ dentro do movimento ao nível da Saúde, sendo valoroso
1696 escutar da FIOCRUZ esse novo olhar para uma política que estava se construindo, e que tinha uma
1697 base territorial, matricial e familiar que o epidemiologista não tinha, relatando as suas experiências.
1698 Manifestou que outra preocupação era como se iria trabalhar enquanto GT CONANDA e CNAS,
1699 esculpindo as orientações técnicas de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes,
1700 discorrendo sobre as preocupações colocadas pela Conselheira Marisa com relação aos recursos
1701 públicos utilizados e porque não se ter uma visão ampliada sobre a questão nesse momento. A
1702 Conselheira Dolores ressaltou a importância dessa pesquisa e a necessidade que envolvesse as
1703 Promotorias da Infância e da Juventude, relatando as situações encontradas e a necessidade de
1704 investir para que as famílias tivessem condições de ficar com as crianças, principalmente no caso de
1705 pessoas com deficiência. Passando a responder aos questionamentos, a Sra. Solange informou a
1706 realização de Reuniões sistemáticas da equipe do MDS com a FIOCRUZ, compartilhando o
1707 material existente para irem se qualificando nesse olhar ao serviço sócio-assistencial e que na parte
1708 dos instrumentais, dos formulários a serem aplicados, seria realizado pesquisa, oficinas, convidando
1709 gestores, especialistas, pesquisadores, para que se construísse conjuntamente esse material. Com
1710 relação aos envolvimento dos gestores estaduais e municipais, colocado pelo Conselheiro
1711 Clodoaldo, o Sr. Luiz Otávio havia mencionado que ambos estiveram na Comissão Intergestora
1712 Tripartite, onde estava presente a Conselheira Tânia, e a sua intenção era envolver os gestores
1713 estaduais, não só pelo seu papel estratégico na mobilização dos municípios, mas também porque
1714 havia uma série de abrigos que atualmente estavam sendo executados pelo estado. Informou que
1715 seria enviada correspondência para os gestores estaduais e municipais, fazendo essa mobilização e
1716 dando as orientações do preenchimento da ficha indicada pelo Sr. Luiz Otávio. Dirigindo-se à
1717 Conselheira Marisa, informou que a orientação era que todos os abrigos que atendessem crianças e
1718 adolescente no território e no município fossem elencados, inclusive os que tinham e os que não
1719 tinham registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, até para conhecer esse dado.
1720 Ressaltou que os atores considerados importantes e que já estavam mobilizando eram os promotores
1721 e os juízes, com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores – ABMP, manifestando seu
1722 apoio como membro do CONANDA e referindo-se à mentalidade ainda existente sobre a idéia de
1723 que a criança estaria melhor abrigada. Com relação aos municípios escolhidos, o Sr. Luiz Otávio
1724 ressaltou que não havia uma definição precisa de quantos municípios seriam, e cuja seleção se daria
1725 a partir do momento que se tivesse um conhecimento maior da realidade a partir dos dados
1726 quantitativos. Prosseguindo, esclareceu como seria esse Projeto, realizado em parceria com a
1727 FIOCRUZ, destacando que um dos departamentos encarregados era o centro multidisciplinar
1728 Centro Latino Americano de Estudos da Violência – CLAVES. A Conselheira Tânia passou a
1729 discorrer sobre o tema, informando como a Proteção Especial era tratada nos estados e municípios,
1730 com as propostas novas necessitando de tempo para serem incorporadas. Ressaltou que via nessa
1731 carta do CONANDA o que já havia dito na reunião da CIT, que era preciso entrar em contato com o
1732 Poder Judiciário e com o Ministério Público para haver um consenso nas atitudes a serem tomadas,

1733 bem como o desempenho municipal e estadual. Concluindo, observou se não seria bom em uma
1734 reunião da CIT ou do FONSEAS se fazer a pesquisa aprofundada dos estados que estavam com
1735 projetos nessa linha e tentar casar os procedimentos, pois era recurso em duplicidade para um
1736 objetivo que seria bom e útil a todos. O Conselheiro João Carlos indagou se esse trabalho já havia
1737 sido realizado ou era a primeira vez com essa metodologia, ao que a Sra. Solange esclareceu que
1738 essa pesquisa já havia ocorrido em anos anteriores, mas abrangendo um universo menor. Com
1739 relação à preocupação colocada pela Conselheira Tânia, informou que estavam buscando esses
1740 instrumentais junto a estados que já realizaram sua pesquisa e outros que ainda estavam em
1741 elaboração e cujo material estava sendo passado para a FIOCRUZ para análise. Relatou que
1742 estavam passando essa pesquisa para os juízes, promotores e gestores, informando a realização de
1743 um Encontro Nacional dos Juízes promovidos pela SDH, onde seria feita uma divulgação. Que se
1744 estava fazendo essa mobilização não só pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores,
1745 mas também buscando outros espaços, outras estratégias, utilizando as teleconferências para fazer
1746 uma rápida divulgação. O Conselheiro Clodoaldo indagou se seria aproveitada a experiência do
1747 Programa Bolsa Família, e qual havia sido o processo de seleção da organização, ao que a Doutora
1748 Simone esclareceu que quando era por órgão público era destaque orçamentário. Com relação ao
1749 Cadastro Único, observou que ele não capturava todas as informações de situação de risco,
1750 destacando que não havia em nenhum lugar o conhecimento completo sobre toda a rede de abrigos
1751 do Brasil, e se fosse de interesse, poderiam realizar uma apresentação sobre o novo Cadastro.
1752 Informou que as senhas correspondentes ao Cadastro Único, do BPC e do SUASweb foram
1753 repassadas à FIOCRUZ, com especialistas acompanhando esse trabalho e esclarecendo que eram
1754 2500 para o projeto todo por dois anos. A senhora Presidente, observando não ter mais inscrições
1755 sobre o Item, informou que já estavam presentes os convidados para o próximo Item da Pauta, Sr.
1756 Marcos Vinícius e Sra. Elfa Gomes, do Ministério da Saúde, e a Doutora Simone e Sra. Cibele do
1757 MDS. **Encaminhamento.** A senhora Presidente propôs que o Conselho Nacional de Assistência
1758 Social também fizesse essa manifestação de apoio e acompanhamento do Projeto, de acordo com a
1759 carta que foi proposta nessa Reunião. Concluindo sua preleção, a Sra. Solange agradeceu, em nome
1760 do MDS, o apoio recebido, informando que na assembléia do CONANDA ocorrida no dia anterior,
1761 foi feita a leitura do documento das orientações técnicas para o funcionamento dos abrigos, no GT
1762 que faziam parte a própria Sra. Solange e o Conselheiro Frederico, com a equipe técnica ajustando
1763 alguns aspectos julgados na reunião do GT que precisavam ser reformulados ou melhorados, e que a
1764 proposta era que em março cada Conselho fizesse a sua discussão específica do documento e em
1765 abril se agendaria uma Assembléia Conjunta para apreciação e aprovação do documento, lançando a
1766 Resolução Conjunta. Na sequência, o Conselheiro Pessinatti procedeu à leitura do documento, para
1767 ficar registrado em Ata: *“CARTA DE APOIO – O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente –*
1768 *CONANDA anifesta seu apoio à realização do LEVANTAMENTO NACIONAL DAS CRIANÇAS E*
1769 *DOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, promovido pelo Ministério do*
1770 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a ser realizado em parceria com a Fundação*
1771 *Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O referido levantamento tem como finalidade fazer um diagnóstico da*
1772 *situação dos serviços de acolhimento no país e a identificação e caracterização de todas as*
1773 *crianças e adolescentes abrigadas, produzindo informações que auxiliem as políticas e garantias*
1774 *de direito à convivência familiar e comunitária. Para efetivação do levantamento é importante que*
1775 *todos os serviços de acolhimento existentes no país sejam mobilizados para participar da*
1776 *pesquisa, cujas informações serão importante para que o poder público, em parceria com a*
1777 *sociedade civil, possa desenvolver ações de apoio a este serviço de garantia de direito de crianças*
1778 *e adolescentes atendidos e de suas famílias. O levantamento compreenderá os serviços de*
1779 *acolhimento para crianças e adolescentes, sendo eles de natureza público-estatal ou não estatal.,*

1780 *que oferecem acolhimento cuidado e proteção às crianças e aos adolescente em situação de*
1781 *abandaono ou afastadas do convívio mediante aplicação de medida protetiva de abrigo prevista no*
1782 *ECA. Estes serviços podem ser ofertados em diferentes odalidades, como abrigo institucional,*
1783 *casa-lar, programas de família acolhedoras ou outras similares. Considerando que esta é uma*
1784 *ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e*
1785 *Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária aprovada pelo CONANDA e pelo CNAS, e*
1786 *representa um compromisso para afirmação no Estado brasileiro do direito de crianças e*
1787 *adolescentes à convivência familiar e comunitária, o CONANDA manifesta seu apoio a esta*
1788 *inciativa do MDS, que objetiva garantir os direitos às crianças e adolescentes atendidos, assim*
1789 *como de suas famílias e apoiar o processo de reordenamento destes serviços para sua adequação*
1790 *aos parâmetros do ECA e do Plano Nacional de Convivência Familia e Comunitária. Assim,*
1791 *convocamos todos os Gestores da Assistência Social, os Conselhos de Assistência Social e dos*
1792 *Direitos de Crianças e Adolescentes, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Sociedade Civil*
1793 *organizada e as Entidades de Assistência Social que prestam serviços de acolhimento para*
1794 *crianças e adolescentes para apoiar e colaborar com a realização da pesquisa: Levantamento*
1795 *Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Brasília, 18 de fevereiro de*
1796 *2009.”* O Conselheiro Frederico indagou se o encaminhamento seria uma carta conjunta dos
1797 Conselhos, ao que a senhora Presidente observou que poderia se subscrever a carta que já estava
1798 pronta ou o Conselho confeccionar outro documento. Solicitou aos Conselheiros Renato, Tânia e
1799 Dolores que confeccionassem esse documento até as 18:00h, para aprovação no final da Plenária.
1800 Prosseguindo, passou ao seguinte Item da Pauta, relativo à MP 446, informando que o Ministério da
1801 Educação havia justificado sua ausência, mas estando presente o Conselheiro da Educação, que
1802 poderia contribuir nos debates. Explanando sobre a importância do tema em tela, passou a palavra
1803 para o Sr. Marcos Vinícius, que iniciou seu relato sobre os procedimentos adotados para empregar,
1804 dentro do Ministério da Saúde, uma estrutura organizacional e até mesmo uma cultura de
1805 certificação para filantropia e seu objetivo dentro dessa área. Observou que apesar dessa MP ter
1806 sido rejeitada na semana anterior, era apenas uma conjuntura, porque o Projeto de Lei que estava
1807 em tramitação seguia principalmente com os componentes da saúde quase que inalterados, com
1808 alguns ajustes sendo feitos, entendendo e compactuando com a idéia geral de que a certificação de
1809 questões de saúde, de Entidades que atuavam proponderantemente no âmbito da saúde tivesse não
1810 apenas a sua mera proximidade com o Ministério da Saúde, mas que fossem tutelados,
1811 supervisionados e regulamentados pelo próprio. Informou a constituição de um grupo técnico de
1812 trabalho interno no Ministério, encarregado de desenvolver algumas ações, explanando sobre as
1813 mesmas, que incluíam a certificação das Entidades e a estrutura desse grupo de trabalho, com a
1814 realização de concurso público para contratação temporária, assim como a parte física e estrutural
1815 para o bom desempenho de suas atividades. Relatou a discussão sobre o regulamento, de como
1816 seriam certificadas essas entidades e as condições estabelecidas para que as mesmas fizessem jus a
1817 essa documentação. Destacou que esse regramento não poderia ser discutido como uma atividade de
1818 competência única e exclusivamente do Ministério da Saúde, sendo uma regra para o SUS e tendo
1819 que ser construído envolvendo gestores e com discussão dentro do Conselho Nacional de Saúde e
1820 com a publicidade correspondente. Observou que esse trabalho havia sido diminuído, considerando
1821 que a lei poderia sofrer modificação, com a realização de debates internos para preparar a discussão
1822 ampliada, do regramento, da estruturação física e obviamente incorporando que se tinha a
1823 responsabilidade de assumir isso para dentro do Sistema Único de Saúde. Que essa discussão
1824 deveria estar de acordo com o princípio de Controle Social da participação da Comunidade, da
1825 descentralização, com nível de municipalização, com todo o ordenamento já existente em termos de
1826 saúde no Sistema Único de Saúde e com a participação dos gestores, que eram os atores diretamente

1827 relacionados com a vinculação e prestação desses serviços no âmbito do SUS. Destacou que de uma
1828 forma geral essa era a conjuntura que apresentavam no Ministério e contavam com o CNAS para
1829 ajudar nesse processo de estruturação, que tinham representação dentro do Conselho, como algumas
1830 contribuições a fazer no processo até de reformulação do próprio CNAS nesse novo contexto e de
1831 como o CNAS também ajudava na manutenção do sentido constitucional da isenção tributária dada
1832 a determinado tipo de Entidade. Concluindo, esclareceu ser essa a sua compreensão, estando em
1833 fase inicial de discussão e abertos à construção de diálogo, sobretudo com relação à experiência que
1834 existia atualmente do ponto de vista da certificação. Na sequência, a Sra. Elfa, cumprimentando a
1835 todos, destacou que gostaria de registrar que nessa regulamentação para além do que se via para
1836 dentro do SUAS, esta transferência desse processo de certificação e um porte de Conselho Nacional
1837 para o Ministério da Saúde vinha sendo feito em Plenária, com relatores. Que havia uma grande
1838 discussão no Ministério de como se daria a grandeza do que era realizado e do que acontecia ali,
1839 querendo deixar registrado que as Resoluções do Conselho, Regimento, Manual de Procedimentos
1840 muito tinham ajudado como subsídio nessa discussão da nova estruturação dos serviços, esperando
1841 que o Ministério conseguisse dar continuidade naquilo que tão bem o Conselho sempre havia feito
1842 no processo de certificação. A Doutora Simone cumprimentou os colegas do Ministério da Saúde,
1843 explanando sobre o exposto pelo Sr. Marcos Vinicius e destacando que a Medida Provisória estava
1844 extinta, mas que o Projeto de Lei estava tramitando, não apresentando muita proposta de mudança,
1845 mantendo os princípios colocados para a área da Assistência Social, e que dentro desses princípios
1846 que pensavam como o Ministério absorveria a função de certificar Entidades Beneficentes de
1847 Assistência Social. Que agora que se estava trazendo essa certificação para essa área e se vincularia
1848 ao SUAS, não seria uma responsabilidade somente do Ministério, mas também uma
1849 responsabilidade do Sistema e significava que para a sua área a certificação teria um caráter federal.
1850 Prosseguindo, discorreu sobre o entendimento sobre Assistência Social, observando que o Conselho
1851 possuía vários normativos esclarecendo o que era Entidade de Assistência Social, seguindo todas as
1852 suas definições de orientações e discussões. Com relação às providências que já haviam sido
1853 tomadas, informou que seria criado um departamento específico para tratar desse assunto, e até que
1854 isso fosse concretizado, o seu departamento vinha respondendo junto com o Gabinete da Secretária,
1855 ajudando a formular esse departamento e suas competências, como também fazendo a regulação do
1856 Cadastro Nacional de Entidades, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, o CAD-SUAS.
1857 Prosseguindo, a Doutora Simone discorreu sobre esse cadastro e a sua importância para
1858 identificação de todas as Entidades públicas e privadas nacionais. Observou que também estava
1859 sendo discutido qual seria o tipo de regulação, o que deveria ser Decreto e o que deveria ser
1860 Portaria, instruções para que se pudesse discutir com a Comissão Intergestores Tripartite, tendo em
1861 vista que também era uma função que tinha a ver com o SUAS. Destacou que a vinculação do
1862 Conselho Nacional ao MDS facilitava muito o seu trabalho, considerando que muitos dos
1863 funcionários eram do quadro do Ministério e que adquiriram muito conhecimento nessa área.
1864 Concluindo, observou não saber exatamente qual era a proporção dos serviços estatais com os
1865 privados, mas que de 30 mil entidades de Assistência Social só 8 mil tinham certificado, sendo que
1866 tratar da certificação pelo SUAS abriria uma possibilidade enorme para que as Entidades mais
1867 carentes tivessem acesso ao direito à certificação. A senhora Presidente, agradecendo a participação
1868 dos expositores, abriu para o debate. O Conselheiro Carlos indagou como a Doutora Simone via
1869 esse controle que tanto a MP quanto os Projetos de Lei falavam no papel do Conselho exercendo o
1870 Controle Social sobre o processo de certificação e como isso seria efetivado. Destacou que outra
1871 dúvida era que quando se falava nas Entidades de assistência, tanto na MP quanto em alguns
1872 Projetos de Lei indicavam 100% de gratuidade e como ficava a questão da receita no caso da
1873 Assistência. O Conselheiro Clodoaldo indagou do Sr. Marcos Vinicius sobre a situação dos

1874 concursados e se já havia alguma informação ou como o Conselho Nacional de Saúde, se
1875 posicionaria com relação a ser um órgão controlador social dessa ação que seria desenvolvida pelo
1876 Ministério da Saúde. Inquiriu, também, a respeito do PLS do Senador Flávio Arns, que apresentava
1877 a criação do CONCEBAS que receberia os recursos das Entidades assistenciais. A senhora
1878 Presidente esclareceu ao Conselheiro Clodoaldo que nesse momento dos Pls não saberia se
1879 conseguiriam ter todas as respostas com relação à Conjuntura. Passou a palavra para a Doutora
1880 Simone que esclareceu que ao vincular a certificação à Política Pública e ao SUAS, o Conselho
1881 passava a ter o papel que ele tinha no Sistema Único, fiscalizando e controlando, e o próprio CNAS
1882 determinaria como isso seria feito. Que conforme fossem estabelecidas as regras, viriam ao
1883 Conselho que teria condições de fazer uma Resolução e dizer como que gostariam que fosse feita a
1884 prestação de contas, e também como os Conselhos Municipais e Estaduais fariam esse controle e
1885 fiscalização. Dirigindo-se ao Conselheiro Carlos, observou que ele deveria ter confundido 100% de
1886 gratuidade com receita, que esclareceu que havia falado em receita, mas queria dizer custeio, ao que
1887 a Doutora Simone observou não dominar esse assunto, passando a explanar sobre gratuidade,
1888 questão que também deveria ser discutida, assim como os critérios para certificação. O Sr. Marcus
1889 Vinicius discorreu sobre o histórico da construção do Controle Social, que se encontrava em franco
1890 crescimento. Destacou que a idéia geral sobre o Projeto era que se aproximasse das Políticas
1891 Públicas e como se dava a participação da comunidade nesse processo. Como esse Projeto deveria
1892 partir do envolvimento dos Conselhos, também haveria a participação do Conselho Nacional de
1893 Saúde, relatando os problemas ocorridos com Entidades filantrópicas. Esclareceu que o concurso
1894 realizado pelo Ministério da Saúde não foi direcionado para uma área específica mas sim para
1895 diversas áreas de atuação, informando também sobre como se daria a construção da certificação. O
1896 Conselheiro Renato de Paula recordou uma discussão ocorrida no âmbito da Comissão
1897 Organizadora da Conferência e também na própria Comissão de Conselhos para aproveitar esse ano
1898 quando se realizaria as Conferências, as Descentralizadas, para discutir certificação no âmbito mais
1899 amplo do Controle Social e da participação, assunto que foi discutido e que seria tema da
1900 Conferência. Destacou que nesse debate foi ressaltado que a preocupação do Conselho era dar o
1901 salto de qualidade necessário e superar o caráter cartorial da certificação, fazendo uma discussão
1902 mais ampla do Controle Social e entendendo esse mecanismo como parte dele. Que havia ficado
1903 claro a respeito das iniciativas que o MDS estava tomando de qualificação desse processo de
1904 certificação e que jamais poderiam ser feitas no Conselho da forma como se estava fazendo, com
1905 uma discussão mais ampla pelo CNAS e sua maior participação nesse Processo, com os
1906 Conselheiros acompanhando nos seus respectivos estados desde a inscrição até a certificação da
1907 Entidade no Conselho Nacional. A senhora Presidente observou que, com a emissão da MP, o
1908 Conselho havia constituído o GT da Transição Gerencial e o outro GT criado para discutir como
1909 seriam orientados os Conselhos Municipais a respeito da inscrição das Entidades, acompanhando o
1910 MDS nesse processo. A Conselheira Edna, dizendo-se contemplada com a fala do Conselheiro,
1911 ressaltou que se deveria prestar atenção quanto à avaliação das Entidades, considerando a qualidade
1912 e não a quantidade. O Presidente em exercício passou a palavra para a Conselheira Dolores, que se
1913 referiu às Entidades que credenciavam no SUS, e a reserva de vaga de atendimento de 60% para o
1914 Sistema, o que vinha criando transtorno, citando exemplos onde essa situação era detectada.
1915 Concluindo, observou que isso estava criando um quadro de disparidade que no contexto da
1916 vigilância e do Controle Social havia que criar indicadores para medir esse Processo. A Conselheira
1917 Marisa indagou se o Ministério da Educação também estava preocupado e se estava fazendo algo a
1918 respeito dessa situação. A Conselheira Margareth externou sua preocupação com relação à
1919 derrubada da Medida Provisória, observando que no dia 3 de março iniciariam as Reuniões
1920 Descentralizadas, e que o Conselho deveria ter uma posição equânime entre seus Membros, para

1921 não externar opiniões diferentes nos Eventos. A senhora Presidente observou ser esse um Item de
1922 Pauta a ser debatido na seqüência, assim que os convidados encerrassem sua exposição. O
1923 Conselheiro Daniel informou que o MEC ainda não tinha respostas adequadas que pudessem ser
1924 trazidas ao Conselho em relação ao assunto, e que iria trazer alguns esclarecimentos, discorrendo
1925 sobre a MP e a situação em que se encontrava o Ministério com a mudança no sistema de
1926 certificação das Entidades filantrópicas. Destacou ser necessário haver uma estruturação para que
1927 esse tipo de análise e de decisão fosse tomado no âmbito do Ministério de forma adequada para
1928 manter e aperfeiçoar o nível que vinha sendo utilizado pelo CNAS. Discorreu sobre as dificuldades
1929 apresentadas no MEC, que não tinha um Sistema Único de Educação, estando acostumados a
1930 trabalhar com regras, lógicas e decisões federalizadas, em que os estados e municípios tinham
1931 regras diferenciadas e com Entidades que não se relacionavam com o Ministério da Educação.
1932 Observou que acarretaria uma análise inadequada trazer essas Entidades para o âmbito desse
1933 Ministério, regulá-las, supervisioná-las, promover uma análise, sem fosse feito antes a recepção, o
1934 entendimento e a compreensão dessas lógicas estaduais e municipais que eram muito variadas e que
1935 precisavam ser bem compreendidas. Após essas colocações, observou que qualquer mudança que
1936 acontecesse nesse Projeto faria com que o Ministério da Educação tivesse que se reestruturar
1937 praticamente do zero. Concluindo, reforçou o compromisso, como já estava na comunicação que foi
1938 enviada ao Conselho, que assim que essas respostas estivessem um pouco mais elaboradas e um
1939 pouco mais sistematizadas, seriam trazidas ao Conselho, como o Ministério da Educação já havia
1940 feito em outras oportunidades referentes a outros assuntos. A senhora Presidente externou seus
1941 agradecimentos aos convidados, esperando que a questão da certificação das Entidades fosse
1942 resolvida o mais rápido possível. Dirigindo-se à Doutora Simone, solicitou seu auxílio sobre a
1943 questão das Reuniões Descentralizadas, informando que o Calendário já estava organizado, com a
1944 primeira Reunião Descentralizada no dia 3 de março em Alagoas, indagando se o seu calendário já
1945 estava organizado e quem seriam os representantes, para falar a respeito da prestação de contas. A
1946 Doutora Simone informou que encaminharia essa relação no dia seguinte, a qual seria repassada aos
1947 Conselheiros. A senhora Presidente retornou ao Item pendente sobre a questão da participação dos
1948 Conselhos na Reunião Descentralizada Ampliada e como seriam distribuídas as vagas para a
1949 participação dos estados. Informou dois pontos: que a Comissão de Conselhos tinha uma proposta
1950 de distribuição das vagas para participação na Reunião Ampliada para aprovação; e, até quando
1951 seria o prazo de inscrição, para se proceder ao remanejamento das vagas. A Conselheira Tânia
1952 esclareceu que a orientação que sempre foi adotada era fazer uma proporcionalidade de vagas em
1953 relação ao número de municípios e em relação ao número de lugares existentes na Reunião
1954 Ampliada. Que ao lado dos 5566 municípios existentes foi colocado outro item muito importante,
1955 que era o número de municípios habilitados, discorrendo como seria feita essa distribuição,
1956 atendendo às especificidades de cada estado. Indicando o material em tela, apresentou a proposta da
1957 Comissão de Conselhos e que se fosse aprovada seria divulgada nas Reuniões Descentralizadas.
1958 Referiu-se a outro encaminhamento feito pela manhã, que diante da situação desse ano, com os
1959 Eventos a serem realizados, poderia ocorrer que os estados e as pessoas não tivessem condições de
1960 comparecer e que o estado não fizesse as inscrições, as vagas seriam disponibilizadas no *site* no
1961 período de 16 a 23 de março, e, caso não houvesse preenchimento das vagas, ficariam no CNAS e
1962 de 24 de março a 4 de abril os demais interessados fariam a inscrição diretamente no Conselho. A
1963 senhora Presidente colocou para apreciação dos Conselheiros a proposta para participação da
1964 Reunião Descentralizada Ampliada. O Conselheiro Geraldo sugeriu como encaminhamento, que se
1965 aumentasse uma vaga retirada de São Paulo e voltasse uma de Minas, discorrendo sobre os
1966 percentuais utilizados para a alocação das vagas nos estados, no foi contestado pela senhora
1967 Presidente, que observou ter que se usar o bom senso, e pela Conselheira Edna, que observou que

1968 caso fosse retirada esse percentual, se perderia a paridade. A Conselheira Dolores manifestou sua
1969 concordância pelo exposto pela Conselheira Tânia, colocando as vagas nos municípios que tiverem
1970 mais necessidade e que não tivessem tantos municípios habilitados, cujo posicionamento foi
1971 apoiado pelo Conselheiro Geraldo. **Encaminhamento.** A senhora Presidente, em não havendo mais
1972 nenhum questionamento, considerou a proposta como aprovada, assim como o período em relação à
1973 data. Prosseguindo, passou para o Item seguinte, **Conjuntura pós-MP.** Destacou que todos
1974 acompanhavam esse processo pela imprensa, propondo que se tirasse uma cópia do *clipping* da
1975 Agência Câmara que acompanhavam e se convidasse a Sra. Maria Rosa, Assessora do Deputado
1976 Eduardo Barbosa para falar sobre esse processo. Ressaltou que, após esse acompanhamento, seria
1977 marcada uma Reunião Extraordinária da Comissão de Normas, para o Conselho analisar, a
1978 Secretaria Executiva, junto com a Comissão de Normas, fazer uma leitura dessa conjuntura e pensar
1979 como se procederia nesse novo momento de volta para o CNAS. Observou que estava próxima a
1980 realização da Plenária de março, onde se avaliaria novamente a Conjuntura e se teria alguns
1981 procedimentos e, ainda, se essa competência permaneceria com o Conselho. Prosseguindo, passou a
1982 palavra para a Sra. Maria Rosa, a quem agradeceu a presença, e solicitou à Secretária Executiva que
1983 procedesse à distribuição do *clipping*. A Sra. Maria Rosa iniciou sua apresentação, explanando
1984 sobre os aspectos que considerava mais importantes sobre a questão da Medida Provisória 446 e da
1985 tramitação do PL 3021, destacando o aspecto político e a questão do processo legislativo que
1986 traziam alguns fatores que deveriam ser considerados para o CNAS pensar em como agir e atuar
1987 desse momento em diante. Ressaltou a discussão do Projeto de Lei sem conhecer o teor do relatório
1988 do Deputado Gastão Vieira destacando, também, a questão da anistia e da investigação sobre as
1989 Entidades denunciadas ou sob suspeita em sua atuação. Prosseguindo, explanou sobre o
1990 procedimento relativo ao processo legislativo, e como esse Projeto estava sendo tratado no
1991 Congresso Nacional. Informou que o Parecer do PL já estava disponível, mas não o havia trazido
1992 visto o Sistema da Câmara estar fora do ar e o que poderia ser feito pelos Conselheiros para acessar
1993 o relatório do Deputado Gastão Vieira, que seria colocado em votação no Plenário Observou que
1994 um dos pontos mais polêmicos entre os parlamentares era a questão da partição do CNPJ, e a
1995 proposta para votação era de que as Entidades que atuavam em mais de uma área seria facultativo
1996 repartir os CNPJ's próprios e quais os procedimentos a serem seguidos se a Entidade optasse em ter
1997 apenas um. Concluindo, ressaltou serem esses os pontos que estavam em torno das duas propostas,
1998 da MP, que havia caído, e do PL e que esse processo legislativo devia ser levado em consideração
1999 para o CNAS se organizar. A Conselheira Dolores indagou como estava no Senado o andamento do
2000 Projeto 462, do relator Flávio Arns, com a Sra. Maria Rosa informando que o Projeto continuava
2001 tramitando nas duas Comissões. Destacou que o Senador Flávio Arns era relator na Comissão de
2002 Assuntos Sociais, mas já havia um acordo com o Senador Romero Jucá que se a Câmara se
2003 debruçasse sobre o PL 3021 ele prosperaria e o Senador não faria questão de que o dele fosse votado
2004 para ser uma lei sua. Que sobre esse ponto já estavam sendo levantadas algumas
2005 inconstitucionalidades no Projeto porque atribuiu responsabilidades ao Executivo, e Projetos com
2006 esse conteúdo tinham que ser de iniciativa do próprio Executivo, não podendo ser de iniciativa
2007 parlamentar. Prosseguindo, a Conselheira Dolores inquiriu se já haviam sido nomeados os
2008 Coordenadores da Comissão do Senado, com a Sra. Maria Rosa esclarecendo que na Câmara as
2009 eleições aconteceriam dia 4 de março, não sabendo informar a data quanto ao Senado. A senhora
2010 Presidente observou que o *clipping* que havia sido distribuído trazia um pouco do tema colocado
2011 pela Sra. Maria Rosa, sendo importante acompanhar o substitutivo do Gastão Vieira, que já estava
2012 na Câmara. O Conselheiro Josenir indagou à Secretária Executiva como o CNAS iria se portar do
2013 ponto de vista operacional, a partir do dia 10, caso alguma Entidade viesse protocolar, que
2014 esclareceu que o protocolo do Conselho Nacional nunca foi fechado para esses recebimentos de

2015 documentos tendo, inclusive, pedidos de renovação durante todo esse período da Medida Provisória
2016 Relatou o entendimento do GT, da Plenária e da CONJUR de que esses processos, esses pedidos de
2017 renovação que estariam no CNAS se a Medida continuasse em vigor, fossem devolvidos para as
2018 Entidades. Segundo a lógica, era que se iria protocolizar esses processos que já estavam no
2019 Conselho ou que, eventualmente chegassem nesse momento, após a rejeição da Medida. Acreditava
2020 que havia urgência em que a Comissão de Normas ajudasse a responder essas perguntas que
2021 aparentemente poderiam ser simples, mas era uma ansiedade de todo mundo, para poder orientar
2022 àqueles que procuravam o Conselho. O Conselheiro Clodoaldo indagou da Sra. Maria Rosa qual a
2023 sua posição e do Deputado Eduardo Barbosa com relação ao assunto, que informou que não tinha
2024 conhecimento de um acordo público para isto não acontecer e que era cedo para se falar sobre o
2025 assunto. A Conselheira Edna observou que a Conselheira Tânia estava perguntando se isso tinha
2026 prazo, e, pelo que sabia, eram 15 dias após a rejeição, tendo ocorrido em 10 de fevereiro o prazo
2027 para o relator apresentar o Decreto. A Sra. Maria Rosa destacou que era um Projeto que seria
2028 apreciado pelo Plenário das duas casas, sendo 15 dias para ele e até 60 dias para outro qualquer e
2029 que, em não ocorrendo, seria encerrado. Prosseguindo, a Conselheira Edna observou que,
2030 considerando a situação, era necessário que o Conselho se posicionasse, devendo estar presente no
2031 Congresso Nacional. A Conselheira Dolores indagou à Sra. Maria Rosa se a possibilidade dessa
2032 questão da tramitação lenta ser uma estratégia política para que a Medida Provisória passasse,
2033 citando sua volta em 60 dias, que informou que a Medida já havia sido rejeitada e que a posição do
2034 Governo era de que os efeitos da Medida Provisória vigorassem porque a intenção dele era essa
2035 quando editou a Medida Provisória, observando que, quanto aos prazos, ficava um pouco sem
2036 controle. Relatando o que poderia ocorrer se não houvesse manifestação dentro de prazo legal,
2037 destacou existir preocupação dos parlamentares de que o Projeto deveria ser votado com urgência
2038 para atender as necessidades das Entidades. O Conselheiro Geraldo explanou sobre a situação,
2039 sugerindo que os Conselheiros se articulassem para adiantar essa situação e apreciar a 462
2040 disponibilizada no *site* e verificar se ainda existia alguma possibilidade de se colocar alguma
2041 alternativa possível de acolhimento, porque enquanto não estiver editada ainda existia esta
2042 possibilidade. A Conselheira Margareth observou que a Conselheira Edna trazia uma reflexão
2043 importante e alguns encaminhamentos reforçados pelo Conselheiro Geraldo, com o CNAS devendo
2044 estar presente no Congresso e sendo muito importante sair dessa Reunião com um posicionamento
2045 dos seus Membros. A senhora Presidente ressaltou que tanto o o Conselheiro Geraldo como a
2046 Conselheira Margareth levantaram pontos que demandariam um debate e um tempo para o
2047 Conselho fazer essa discussão e se possível, tirar uma posição consensuada, encontrando a
2048 necessidade de se ter mais tempo disponível para esse debate. A Conselheira Dolores observou que
2049 ocorreram debates dentro do Conselho, sendo consensuado e sentindo a preocupação da Sociedade
2050 Civil, por um dos artigos do 3021 no momento em que se propunha a criar 3 CNPJs, sendo
2051 manifestado que ela traria o esfacelamentos das Entidades. Destacou sua concordância com o
2052 Conselheiro Geraldo no sentido de que todos os Conselheiros deveriam se mobilizar e ter clareza no
2053 Colegiado, defendendo esse ponto de dar oportunidade às Entidades que não tivessem condição de
2054 fazer a opção, de continuar com o CNPJ, fala que a senhora Presidente encontrou ser o único
2055 dissenso que existia no Conselho. O Conselheiro Josenir destacou não ser esse item o único que
2056 perturbava as Entidades, havendo outros. Que encontrava mais importante, que ainda não havia sido
2057 superado e não seria em meia hora que seria resolvido, era a premissa do Decreto que era a
2058 separação ou a deslegitimação do CNAS na outorga do certificado, com a passagem para os
2059 Ministérios, havendo uma nota de manifestação do Conselho no site, indicando o seu
2060 posicionamento. Manifestou sentir-se incomodado com a fala do representante do Ministério da
2061 Saúde que observou que quando as Entidades sem fins lucrativos que atuavam na área da saúde

2062 fizeram um movimento de manifestação de inconformismo com o custo que o SUS pagava de todos
2063 os procedimentos que eram feitos, o Ministério da Saúde fez duas coisas: chamou o Ministério
2064 Público para eventualmente desapropriar as Entidades ou processá-las por algum motivo ou
2065 descredenciá-las, situação que preocupava. A Conselheira Edna observou que se deveria pensar no
2066 que era melhor para o público que era atendido pelas Entidades, tendo regras claras e definidas
2067 sobre o seu papel, destacando que essa situação vinha de muito tempo e que era de responsabilidade
2068 do Conselho. Ressaltou que havia que parar de misturar isenção com certificação, um dos grandes
2069 problemas existentes, estando na hora de se buscar mudanças na legislação. O Conselheiro Renato
2070 de Paula observou também não haver entendido a fala do representante do Ministério da Saúde,
2071 sendo que essa colocação deveria ter sido feita diretamente ao expositor. Explanando sobre a sua
2072 trajetória, ressaltou o trabalho realizado junto às Entidades, destacando que para se ter um estado
2073 forte, se deveria contar com serviços públicos e estatais com qualidade, existindo os CRAS e os
2074 CREAS para auxiliar nesse trabalho, mas que também se queria Entidades fortes e atuantes, que não
2075 interrompessem seu trabalho. Que acreditava já estar consensuada a questão de fazer um Controle
2076 Social, caso contrário, havia que sentar à mesa e rediscutir o tema, com clareza no debate para se
2077 chegar a um posicionamento. Continuando, o Conselheiro Renato indagou à Secretária Executiva se
2078 havia um levantamento de quantos pedidos de renovação ou certificação foram protocolados neste
2079 íterim, devendo se refletir sobre a questão desses processos e qual seria o andamento e a posição
2080 do Conselho. Concluindo, observou que seria mais positivo trabalhar os pontos nos quais havia
2081 concordância, e não ao contrário, pois seria um posicionamento mínimo desse Conselho dizendo
2082 entender da validade de algo para a Assistência Social no país, como também trabalhando alguns
2083 consensos. Observou que gostaria de sair dessa Reunião esclarecido, para poder sair e prestar contas
2084 sobre o trabalho realizado. O Conselheiro Pessinatti observou que todos tinham que ter
2085 posicionamento, por convicção e amadurecimento intelectual, destacando que o debate que se
2086 estava propondo era muito mais radical e muito mais profundo do que uma tomada de posição e de
2087 alguns entendimentos. Que entendia que a construção do entendimento sobre questões tão
2088 fundamentais se fazia no decorrer do processo, tendo que respeitar o amadurecimento de um grupo
2089 de pessoas que estavam reunidas por causas comuns, observando que antes do encerramento dessa
2090 Reunião, às dezoito horas, todos deveriam estar conscientes que era árduo o trabalho da construção
2091 do processo de amadurecimento de um grupo e que se deveria estar aberto a isso. A Secretária
2092 Executiva, dirigindo-se ao Conselheiro Renato, observou que a orientação desse colegiado, apoiada
2093 no GT e na CONJUR, era que todos os pedidos fossem devolvidos à Entidade o que não havia
2094 ocorrido. Mas, que, novamente com a competência para analisar as petições, isso seria feito na
2095 Reunião da Comissão de Normas. A senhora Presidente manifestou sua concordância com as
2096 colocações do Conselheiro Pessinatti, havendo transcorrido tempo suficiente para criar consensos,
2097 entendimento com relação à certificação de Entidades, o que também não estava ocorrendo em
2098 diversos outros pontos. Com relação ao colocado pela Secretária Executiva, observou que já havia
2099 sido discutido na Presidência Ampliada, não sendo um processo fácil, mas sim um grande desafio.
2100 Destacou que a competência política do Conselho não estava pautada por se considerar que essa
2101 etapa estava vencida, ressaltando seu desejo que o PL fosse votado o mais rápido possível, porque a
2102 insegurança que ficaria era muito ruim. O Conselheiro Geraldo referiu-se a duas falas da Secretária
2103 Ana Lúcia e que atingia profundamente o Conselho, sendo uma delas a questão da fragmentação e
2104 fragilidade na prestação de contas. Sugeriu que na segunda, na parte da tarde, que se tivesse um
2105 tempo maior para discussão dessa situação, pois encontrava constrangedor sair da Reunião sem um
2106 posicionamento. A senhora Presidente, informando não estar presente nesse dia, ressaltou haver
2107 questões de ordem prática, porque dia nove estavam marcadas Reuniões Extraordinárias das
2108 Comissões de Normas e alguns Conselheiros poderiam estar presentes, mas se a maioria pudesse e o

2109 Conselheiro Pessinatti conduzisse a Plenária, não haveria nenhum impedimento, podendo ser feito
2110 esse **Encaminhamento:** Pautar para o dia 09 de março, à tarde, um debate que seria para
2111 aprofundar a questão, para que o Conselho fizesse sua definição. O Conselheiro Pessinatti destacou
2112 que o que estava mais próximo eram algumas questões mais pontuais, concordando com o debate e
2113 que, como Conselho, ao assumirem a responsabilidade como Conselheiros, deviam tomar posições.
2114 Que em uma Assembléia, em uma Descentralizada, em uma Ampliada, o Conselheiro, pelo fato de
2115 haver assumido esse papel público, estava dizendo para todos que defendia a política pública da
2116 Assistência Social. Encontrava ser uma responsabilidade individual, emitir um parecer a respeito de
2117 algo que ainda estava em construção e que, se não havia consenso sobre a certificação, porque ela
2118 estava em debate público, não via a necessidade de um Conselho chegar, forçado ou não, livremente
2119 ou não, a um consenso sobre esse tema. Concluindo, observou que não via demérito de um
2120 Conselho não ter consenso sobre alguns pontos, mas que encontrava que em toda Reunião se
2121 deveria dedicar algum tempo para debater os seus entendimentos. A senhora Presidente observou
2122 ser o Conselho um espaço deliberativo, decisório, não um espaço de pactuação. Que no caso
2123 específico desse Pleno, quando não dava para consensuar o espaço decisório resolvia no voto, não
2124 sendo um espaço para pactuação mas sim de decisão, o que estava faltando ao Conselho. O
2125 Conselheiro Pessinatti, concordando com as palavras da senhora Presidente observou que a questão
2126 era sobre o que se teria que decidir, sendo um processo de amadurecimento, ressaltando que muitos
2127 pontos importantes já foram decididos., citando o Planejamento Estratégico. Concluindo, observou
2128 que se deveria priorizar aquilo sobre o que se deveria tomar alguma decisão com sabedoria. O
2129 Conselheiro Renato de Paula tomou da palavra para dizer que se alguém se sentiu ofendido com
2130 suas palavras, a intenção não era essa, destacando a sua preocupação com relação a ter um
2131 posicionamento sobre o momento conjuntural. Que talvez tivesse uma idéia sobre o que se deveria
2132 posicionar, e encontrava que esse debate poderia ser interessante, citando o que era publicado na
2133 imprensa quase todos os dias a respeito do que estava acontecendo, da Medida Provisória, do
2134 Projeto de Lei, e com posicionamentos muito claros, sendo importante que o CNAS se posicionasse
2135 com relação a esses assuntos, colocando esse posicionamento como encaminhamento. A
2136 Conselheira Dolores observou que o 3021, envolvia uma série de questões que pensava que já
2137 estavam deliberadas pelo Conselho. Que era um fundamento da política de Assistência Social, e que
2138 no momento que foi encaminhado pelo Governo, havia sentido que o Conselho precisava se
2139 posicionar e colocar na internet para conhecimento de todos. A senhora Presidente indagou se essa
2140 era a posição do Conselho, se havia um consenso com relação à fala da Conselheira Dolores, ou,
2141 caso contrário, havia uma proposta de se fazer um debate no dia 09, lembrando que nessa data havia
2142 a Reunião da Comissão de Normas, consultando se todos poderiam estar. Perguntou duas coisas: o
2143 Conselho tinha posição favorável ao 3021, se só havia dissenso com relação ao CNPJ, ou se
2144 precisaria amadurecer esse debate e ter uma posição do Conselho para isso, mesmo que se fizesse o
2145 que o Conselheiro Pessinatti colocou, solicitando a fala dos Conselheiros. O Conselheiros Renato
2146 Saidel fez sua a fala do Conselheiro Renato de Paula, devendo ser definido sobre o que se iria tratar,
2147 e a partir daí a estabelecer quais eram as manifestações, mesmo que fosse pelo voto, entendendo o
2148 consenso pelo dia 9 de março. A senhora Presidente destacou o que havia colocado: primeiro, se
2149 haveria condições de se ter uma posição nesse momento; ou, segundo, aceitar a sugestão do
2150 Conselheiro Geraldo, agregada por outras falas, de se fazer esse debate em outro momento e qual o
2151 instrumento que seria utilizado. O Conselheiro Carlos destacou encontrar importante o debate, mas
2152 que não poderia comparecer à reunião do dia 09 de março, mas que valia a pena discutir os assuntos
2153 em tela, para melhor esclarecimento, colocando sua preocupação com a data, ao que o Conselheiro
2154 Clodoaldo observou que seria necessário um ou dois dias para discutir o assunto. Prosseguindo,
2155 explanou sobre qual seria o papel das Entidades sociais no Sistema SUAS, querendo saber qual era

2156 o posicionamento do Governo com relação a isso, com essa PL e PLS, devendo atender a essas
2157 Instituições. Ressaltou que suas palavras eram uma reflexão e não um ataque, devendo haver
2158 diálogo para se chegar a um ponto de equilíbrio. Que a sua proposta era que se realizasse um debate
2159 mais amplo, em que todas essas questões fossem colocadas com serenidade, tranqüilidade, definir
2160 um ou dois dias, mas sem posicionamentos duros, autoritários. O Conselheiro Carlos sugeriu como
2161 encaminhamento debater e votar no dia 10 e jogar o Planejamento Estratégico para o dia 11. A
2162 senhora Presidente propôs como **Encaminhamento:** Realizar no dia 11 o debate da Plenária,
2163 denominado Debate sobre a conjuntura da da Política de Assistência Social. Prosseguindo, o
2164 Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da carta que havia ficado para o final: “O Conselho
2165 Nacional de Assistência Social manifesta seu apoio à realização do LEVANTAMENTO NACIONAL
2166 DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, promovido pelo
2167 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a ser realizado em parceria com
2168 a Fundação Oswaldo CRUZ (FIOCRUZ). Ao realizar um diagnóstico da situação dos serviços de
2169 acolhimento no país e a identificação e caracterização de todas as crianças e adolescentes
2170 abrigadas, se avança nas possibilidades de aprimoramento e melhorias no atendimento prestado
2171 em abrigos e serviços de acolhimento em consonância aos princípios estabelecidos em estatutos de
2172 direitos como o ECA, a LOAS e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de
2173 Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Entende o CNAS que este
2174 diagnóstico irá contribuir de maneira fundamental na execução da Política Nacional de Assistência
2175 Social e na definição clara de todos os parceiros em âmbito municipal estadual e da sociedade
2176 civil. Além disso este estudo permitirá ao CNAS avaliar e decidir com muito mais propriedade os
2177 recursos na área de custeio e investimento tão necessários a proteção social especial de alta
2178 complexidade, área da PNAS onde estão localizados todos os abrigos existentes no Brasil. Mais do
2179 que o acima relatada este Conselho destaca a seu compromisso com o Plano Nacional de
2180 Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e
2181 os dados colhidos desse levantamento irão permitir conhecer toda a realidade hoje existente e o
2182 que devemos inferir para que mudanças ocorram no sentido de que efetivamente este plano se
2183 efetive em nosso País. Assim, convocamos todos os Gestores da Assistência Social, os Conselhos de
2184 Assistência Social e dos Direitos de Crianças e Adolescentes, o Ministério Público, o Poder
2185 Judiciário, a Sociedade Civil organizada e as Entidades de Assistência Social que prestam serviços
2186 de acolhimento para crianças e adolescentes para apoiar e colaborar com a realização da
2187 pesquisa: Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento”.

2188 **Encaminhamento.** Após a leitura da carta, e não havendo manifestações em contrário, a senhora
2189 Presidente destacou a necessidade de correção de português, considerando a mesma aprovada e
2190 marcando para o dia 11 o debate da Conjuntura da Política de Assistência Social.

2191 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de
2192 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço
2193 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
2194 aprovada em Reunião de de 2009.